



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Fabio Macedo de Castro Faria

A Gênese e o Desenvolvimento dos Municípios da Microrregião de Rio do Sul
no Alto Vale do Itajaí - SC

Florianópolis, SC

2021

Fabio Macedo de Castro Faria

A Gênese e o Desenvolvimento dos Municípios da Microrregião de Rio do Sul
no Alto Vale do Itajaí - SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientador: Prof. José Messias Bastos, Dr.

Florianópolis, SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Faria, Fabio Macedo de Castro
A Gênese e o Desenvolvimento dos Municípios da
Microrregião de Rio do Sul no Alto Vale do Itajaí - SC /
Fabio Macedo de Castro Faria ; orientador, José Messias
Bastos, 2021.
110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. formação sócio-espacial. 3. Alto Vale do
Itajaí. 4. Microrregião de Rio do Sul. I. Bastos, José
Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Fabio Macedo de Castro Faria

A Gênese e o Desenvolvimento dos Municípios da Microrregião de Rio do Sul no Alto Vale do Itajaí -
SC

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta
pelos seguintes membros:

Prof. Carlos José Espíndola, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fabio Napoleão, Dr.

Universidade Estadual de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado
para obtenção do título de mestre em Geografia.

Profa. Rosemy da Silva Nascimento

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. José Messias Bastos, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2021

RESUMO

Compreender a dinâmica das transformações econômicas e territoriais, e a interação sociedade/espaço na evolução da Microrregião de Rio do Sul é o objeto deste estudo. Buscou-se analisar como se deu o processo de expansão econômica e diminuição territorial do município de Rio do Sul, originando outros 17 municípios menores. Foi necessário descrever como o imigrante se apropriou dos recursos que encontrou, e como a natureza se impôs a esta apropriação (múltiplas determinações). Além disso, inferiu-se que a origem de Rio do Sul, como um povoamento de Blumenau, favoreceu a queima de determinadas etapas que anteriormente travavam a expansão do município vizinho (falta de recursos para manutenção de estradas, balsas, vias de comunicação com centros consumidores). Através de pesquisa documental em campo levantou-se que os imigrantes que vinham prosperando no início do século XX e estavam se inserindo na política, ficaram de fora do pacto de poder a partir do Golpe de 1930. A região se viu assim, dividida e enfraquecida politicamente. Se esse período por um lado foi impulsionador da emancipação de Rio do Sul, seu desdobramento foi em grande medida a causa de sua fragmentação política e territorial. Apesar das sucessivas perdas territoriais, na década de 50 do século passado, pouco depois de duas décadas da sua emancipação ocorrida nos anos 30, Rio do Sul já despontava como a quarta economia mais importante do Estado de Santa Catarina, atrás das cidades de Blumenau, Joinville e Florianópolis respectivamente. Já os demais municípios que se desdobraram a partir do território original de Rio do Sul tiveram diferentes destinos. Alguns alçaram expressiva dinâmica política e econômica. Outros ficaram absolutamente estagnados e hoje dependem de recursos federais para sua manutenção.

Palavras-chave: formação sócio-espacial, Alto Vale do Itajaí, Microrregião de Rio do Sul

ABSTRACT

The goal of this study is to understand the economic and territorial changing, and the interaction between society and space in the evolution of Rio do Sul's microregion. The process of economic expansion and the reduction in the territory of Rio do Sul, what generated another seventeen smaller cities, was analyzed. It was necessary to describe how the immigrants appropriated the resources found in the region, and how nature imposed itself on this appropriation (multiple determinations). Furthermore, it was implied that the origin of Rio do Sul as a settlement of Blumenau, helped it to skip some stages, that previously halted the expansion of the neighbor city (as the lack of resources to road maintenance, ferryboats, communication paths to consumers). Through a documental field research, we noticed that the immigrants who were thriving in the beginning of the XX century, and were inserting themselves in politics, were left out of the power pact after the Coup in 1930. The region became divided and politically weakened. This was a growth stimulating period, but it's outcome was in large scale the cause of its political and territorial fragmentation. Even though it's successive territorial lost, in the fifties of the last century, just after two decades of it's emancipation in the thirties, Rio do Sul already emerged as the fourth most important economy in the State of Santa Catarina, only behind the cities of Blumenau, Joinville and Florianópolis, respectively. The other towns, that emerged after the territorial fragmentation of Rio do Sul, had different outcomes. Some achieved expressive political and economic dynamic, other were absolutely stagnated and today rely on federal resources to its maintenance.

Keywords: socio-spacial formation, Alto Vale do Itajaí, Rio do Sul's microregion.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação | 1 |
| Introdução..... | 2 |
| Justificativa..... | 2 |
| Objetivos | 4 |
| Objetivo Geral | 4 |
| Objetivos Específicos..... | 5 |
| Fundamentos teórico-metodológicos..... | 5 |
| Definição dos capítulos | 6 |
| CAPÍTULO 1: Antecedentes da Colonização do Alto Vale do Itajaí | 8 |
| As Transformações Econômicas no Brasil no Século XIX | 11 |
| Imigração e Abolição da Escravatura | 13 |
| A Colonização de Iniciativa Imperial | 14 |
| A Colonização de Iniciativa Privada..... | 16 |
| A Necessidade colonizar o caminho do Planalto: a nova configuração urbana do AVI..... | 19 |
| Capítulo 2: Ocupação, Divisões Municipais e as Origens do Alto Vale do Itajaí | 23 |
| Colônia Blumenau | 23 |
| 1.2 A Ocupação do Alto Vale do Itajaí e a Colônia Rio do Sul | 31 |
| Primeiros Anos Políticos, Revolução de 30 e Estado Novo | 42 |
| Primeiras Divisões Territoriais..... | 49 |
| Período Militar – 1964-1985 | 51 |
| As Transformações Econômicas Decorrentes..... | 55 |
| As Transformações Populacionais Decorrentes..... | 57 |
| As Mudanças na Urbanização | 60 |
| A Rede Urbana do Alto Vale do Itajaí..... | 63 |
| Capítulo 3: Alto Vale do Itajaí e suas relações atuais de dependência econômica. | 68 |

| | |
|---|----|
| Estudos de Casos das Empresas Riosulenses | 70 |
| Frigorífico Riosulense Pamplona | 75 |
| Riomed-Gemballa - Maior estabelecimento comercial de Rio do Sul | 77 |
| Comercial Foto Marzall - estabelecimento comercial mais antigo do município..... | 78 |
| Metalúrgica Riosulense S.A – mais antiga metal-mecânica local. | 79 |
| Ical – mudanças de produtos e persistência no mercado..... | 81 |
| Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil..... | 82 |
| H.Bremer : alta tecnologia aliada a uma antiga tradição..... | 83 |
| Cravil – uma Organização Econômica Fundamentada na Participação Coletiva | 86 |
| Prefeitura de Atalanta e Apremavi : uma relação estreita entre poder público e Terceiro Setor | 88 |
| Trombudo Central: empresas semi-feudais, extração de produtos primários, capital internacional | 89 |
| Braço do Trombudo – pequena cidade, indústrias gigantescas | 90 |
| Agrolândia – polo de tecnologia de processamento de biomassa e geração de energia..... | 91 |
| Laurentino - alimentos e agricultura, no berço da migração italiana | 92 |
| Rio do Oeste – um expoente industrial da colonização italiana | 94 |
| Pouso Redondo – um centro industrial compactado em uma pequena cidade..... | 95 |
| Lontras – novo direcionamento dos negócios no Alto Vale..... | 96 |
| Conclusões | 97 |

APRESENTAÇÃO

Não sou cidadão riosulense de nascimento. Nem ao menos sou catarinense, senão de coração. Meu pai é de origem portuguesa, com família vinda do interior do estado do Rio de Janeiro. Minha mãe, de família pobre do Rio Grande do Sul, acompanhou meu avô em constantes peregrinações pelo interior de seu estado e pelo estado do Paraná em busca de emprego. Da parte de meu pai, meu avô foi um dos filhos que estudou, virou professor e não voltou mais para o campo. Da parte de minha mãe, meu avô foi agricultor, bóia fria, zelador, pedreiro, motorista de caminhão e ônibus.

Quando decidiram morar em Santa Catarina, meus pais buscavam a tranquilidade de uma cidade pequena, a modernidade de um estado conhecido pela qualidade de vida de “padrão europeu”, uma boa educação para os filhos, e se possível uma vida próxima a pessoas simples. Fomos matriculados em uma escola que mantinha uma tradição local incomum para nossa família: a língua alemã como segundo idioma. Eventualmente também havia o costume de caminhar até a Igreja Luterana no alto de uma colina para ouvir o culto do pastor. Nas datas cívicas todos os alunos se reuniam para cantar o hino nacional, o hino da independência, o hino do município. Atividades culturais como aulas de música, de teatro, competições esportivas incentivavam a unidade dos alunos. Mas o mais incrível, é que ainda na segunda série do primário (assim se chamava na época), tive um primeiro passeio da escola para conhecer uma fábrica. Fomos levados à Laticínios Oliveira, no município de Laurentino, cerca de 30 km da escola. O objetivo: conhecer o funcionamento da fábrica, seus produtos e processos. Meu irmão mais novo, em um trabalho de ciências da escola, castrou um pequeno porquinho junto com um colega de sala filho de um funcionário do frigorífico local. Em uma feira de ciências, montamos um alambique para mostrar as etapas do processo de produção da cachaça. E de maneira irônica, bem ao modo das crianças, mesmo sendo filhos de brancos, porém moreno de pele e de cabelos, meu irmão mais novo recebeu na escola o apelido de “Mussum”. Na minha adolescência, passei muitas tardes na pequena fábrica de roupas íntimas de minha madrinha, alocada numa pequena parte da majestosa Casa Odebrecht, primeiro comércio de Rio do Sul nos tempos da colônia. Meu melhor amigo nesta época, fazia um estágio organizado pela escola, onde ele trabalhava como balconista e *office boy*, em troca apenas da enriquecedora experiência de trabalhar em uma empresa de verdade.

Estes pequenos elementos, sempre foram lembranças divertidas, retalhos de uma infância rica em fato que me pareciam comuns. A graduação e posteriormente o mestrado me mostraram que os traços culturais que forjaram minha educação escolar, estavam permeados por elementos que foram

essenciais a formação de “um povo ordeiro e trabalhador”: a prussianização que moldou a vida do povo alemão pós 1871, e veio imbricada na alma e no jeito de ser do colonizador.

INTRODUÇÃO

JUSTIFICATIVA

A evolução socioeconômica do município de Rio do Sul esteve intimamente ligada a dois fatores a serem considerados. A abundância de recursos naturais: solos férteis, florestas ricas e vias fluviais navegáveis. E as iniciativas de imigrantes no início do século XX: criação de um banco de microcrédito, cooperativas, pequenas indústrias, rodovias, ferrovias. A cada nova etapa do desenvolvimento regional, o empresariado local reagiu de maneira a buscar novos segmentos que pudessem se adequar as condições momentânea ou contornar os entraves.

Para a compreensão do processo de expansão econômica e da diminuição territorial do município de Rio do Sul, é preciso compreender como o imigrante se apropriou dos recursos que encontrou, e como a natureza se impôs a esta apropriação (múltiplas determinações). A cultura dos imigrantes, e as técnicas que os mesmos já dominavam, foram fundamentais para o desenvolvimento rápido da economia e da ocupação. Além disso, a origem de Rio do Sul, como povoamento de Blumenau, favoreceu a queima de determinadas etapas que anteriormente travavam a expansão do município vizinho (falta de recursos para manutenção de estradas, balsas, vias de comunicação com centros consumidores).

A pesquisa de series econômicas correspondentes ao século XX (IBGE, IPEA, Caged/Rais) traz a tona importantes contribuições sobre como evoluiu a economia do município, nas últimas décadas. O que sobrou das importantes indústrias madeireiras após a escassez das madeiras nobres e a lei de proteção a mata atlântica em 1986, quais empresas resistiram a duas tragédias seguidas, as enchentes de 1983 e 1984, e o que houve com a economia local com a liberação da mão de obra operaria após a quebra de grandes indústrias nas décadas de 80 e 90 do século XX. O trabalho de campo tornou-se imprescindível para a confirmação das tendências apresentadas em laboratório. A entrevistas com políticos e industriais de diferentes fases históricas mostrou quais fatores foram fundamentais a essa evolução.

O município de Rio do Sul recebe a alusão de ser a capital da micro-região do Alto Vale do Itajaí, na região alemã do Estado de Santa Catarina. Este destaque deve-se em parte, a sua posição geográfica destacada, centralizada, que favoreceu as suas relações socioeconômicas. O sítio urbano

está localizado na confluência dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, formadores do Itajaí-Açú. Este rio, abaixo da Serra do Mar é navegável até o litoral, e acima da Serra, navegável em todo o Alto Vale até as encostas da Serra Geral Catarinense. Rio do Sul situa-se no entroncamento de importantes vias de acesso ao Planalto Catarinense, e por anos foi o ponto final da Estrada de Ferro Santa Catarina, que ligava o Vale ao Porto de Itajaí.

Além destes fatores estratégicos que tornaram o município um ponto de convergência da economia do Médio Vale e do Planalto, os imigrantes alemães e italianos que ali se instalaram a partir de 1892, encontraram florestas repletas de madeiras nobres, e solos férteis característicos das várzeas inundáveis do Itajaí. No início do século XX, a cidade desenvolveu uma pujante indústria madeireira, que se expandiu a partir de 1931 com a chegada da estrada de ferro, quando o escoamento da madeira passou a não depender mais das cheias dos rios para chegar a Blumenau e seguir para o porto. Nesse período, imigrantes fundam um banco particular de micro crédito, afim de potencializar a economia local através de empréstimos para aquisição de sementes melhores, melhoramento do gado, aquisição de equipamentos modernos para a agricultura. Fundam sociedades agrícolas, cooperativas e sindicatos, através dos quais importam animais, espécies frutíferas e maquinários. Na década de 50 do século passado, pouco depois de duas décadas da sua emancipação ocorrida nos anos 30, Rio do Sul já despontava como a quarta economia mais importante do Estado de Santa Catarina, atrás das cidades de Blumenau, Joinville e Florianópolis respectivamente.

A partir da década de 50, o município passou por sucessivas retaliações de seu território. A cada gestão municipal, distritos eram desmembrados, e surgiam ao seu redor pequenos municípios, inicialmente de pouca expressividade econômica. Com isto, Rio do Sul reforça a sua posição central na região, pois as novas cidades periféricas passam a orbitar os serviços oferecidos e comércio local.

A extinção da ferrovia em 1971 marca o fim de uma era econômica para a cidade. Boa parte da indústria da madeira, além da já consolidada indústria da alimentação (massas, amido de mandioca, laticínios, carnes), dependia radicalmente do transporte barato até o porto. Muitas indústrias madeireiras fecharam as portas nesse período. Outras ligadas à produção de amido migraram para o Paraná e Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, entra em expansão um ramo que vinha surgindo como suporte à indústria madeireira: o setor metal-mecânico.

A Metalúrgica Riosulense surgiu na década de 40 produzindo peças para serrarias. Com a queda progressiva do setor, migrou para o setor de auto-peças para caminhões de carga e se consolidou fabricando pequenas peças para diferentes montadoras. Atualmente fabricam um terço das peças de um motor automotivo, e dominam 80% do mercado nacional no seu segmento. A H.Brehmer, começou também na década de 40 consertando tornos e caldeiras das pequenas indústrias locais. Se consolidou nos anos 70 fabricando suas próprias caldeiras. Além de ser uma das maiores do setor no

país, desta indústria surgiu a Brevil, fabricante de guindastes industriais e a Metalciclo, atualmente umas das maiores fabricante de peças para bicicletas do mundo. A Hergen Maquinas e Equipamentos, começou como Indústria de Madeiras e Navegação, especializada em exportação de esquadrias de madeira nos anos 40. Nos anos 70 comprou a Águas Negras, indústria de pasta para celulose e papel. Nos anos 80 surge a Hergen, indústria de máquinas e equipamentos para o setor de fabricação de papel, que não possui concorrentes nacionais no seu segmento.

Com as duas grandes enchentes de 1983 e 1984, e a proibição do corte de madeira nativa, ascende no município a indústria de confecções. Expandem-se e consolidam-se as indústrias metais-mecânicas e de alimentos. De 1970 a 1990, o número de estabelecimentos industriais no setor metal-mecânico triplicou. O Frigorífico Riosulense Pamplona tornou-se o 2º maior abatedor de suínos do estado neste período, e o oitavo maior exportador. Do ano de 1988 para 1989 o número de trabalhadores na indústria passou de 3.575 pessoas, para 4.336 pessoas. Em 1990 esse número passou para 5.876 pessoas. E este foi um dos períodos mais complicados para a economia brasileira, com uma inflação crescente e abertura ao capital internacional que custou a extinção de muitos estabelecimentos nacionais. Para driblar a crise, a Metalúrgica Riosulense abriu o capital. Com a venda de ações dobrou o tamanho da planta industrial, e criou uma fundição própria eliminando a compra de matéria prima semi-acabada. A Hergen retraiu a carta de produtos, e posteriormente especializou-se em máquinas de alto valor agregado, segmento onde só concorre com grandes multinacionais. A H.Brehmer buscou parcerias internacionais das quais surgiu a Brevil com capital internacional. Recentemente a Metalciclo adquiriu a Selle Royal da França, surgindo a fusão Metal Royal. O Frigorífico Riosulense aproveitou o período importando matéria prima mais barata do Uruguai renovando a indústria com máquinas da Holanda e da Bélgica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

A compreensão da dinâmica das transformações econômicas e territoriais, e a interação sociedade/espço na evolução da Região de Rio do Sul é o objeto deste estudo. Como posto anteriormente, as experiências industriais prévias dos imigrantes, juntamente com a abundância de recursos naturais, e a capacidade de contornar situações de dificuldade já observadas com a ocupação de Blumenau, permitiu aos colonizadores do Alto Vale, se desenvolver com mais velocidade. Fatores políticos concomitantes, hora favoreceram esse processo, hora dificultaram. Da mesma forma, a divisão territorial que se deu com o surgimento de outros municípios, por vezes atuou de maneira positiva, quando o território emancipado custava caro à administração pública, ou negativa, quando se perdeu expressivo eleitorado e vultosa carga de impostos a municipalidade recém surgida.

Objetivos Específicos

Expor os fatores sociais e espaciais que impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico do Alto Vale a partir da sua gênese, e os eventos que inferiram um ritmo mais acelerado que o de Blumenau.

Compreender como se deu o processo de divisão territorial posterior a emancipação de Rio do Sul, que originou a maior parte dos municípios do Alto Vale (fatores políticos, fatores econômicos?).

Levantar o que houve com os municípios na região após a emancipação, como alçaram desenvolvimento próprio, ou por que permanecem agrícolas enquanto outros se industrializam.

Observar se a tese de outros teóricos para desenvolvimento da Região (perfil empreendedor do colono, ou ainda, o déficit da estrada de ferro – Hering e Goulart Filho), explicam os fatores apontados.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Seguindo os pressupostos de análise da formação socioespacial de Milton Santos, a origem do colono será apontada como uma das bases que fundamentam o destino da região. As particularidades do contexto regional imbricada a este conjunto, é por sua vez a contribuição de Mamigonian, já explorada na sua análise sobre Blumenau (1965). No período inicial da ocupação do Alto Vale, temos o mapeamento da região pelo engenheiro alemão Emil Odebrecht, que objetivava traçar uma rota para o comércio com o planalto, e levantar a quantidade e a qualidade das terras no percurso. No entanto, dado a agressividade dos indígenas, o primeiro morador que consegue se fixar e abre alas para entrada dos europeus é justamente um caboclo balseiro que dominava tanto o idioma dos índios como o alemão dos imigrantes. Posteriormente, quando já há balsa, estrada, e uma povoação alemã bem instalada, com a chegada do imigrante italiano, são as terras alagáveis menos nobres do Itajaí do Oeste que vão ser ocupadas. Criou-se um dito popular local que diz que “alemão não se cria no banhado”. No entanto os italianos instalados na região de Rio do Oeste desenvolveram forte cultura de arroz irrigado e ali prosperaram bem nas décadas seguintes. Com o desenvolvimento da indústria madeireira, e todos os serviços que esta demanda (serrarias, oficinas de reparos, empresas de transporte terrestre e fluvial, residências para os operários, bem como alimentos, roupas) começam a aparecer migrantes de origem portuguesa e mesmo açoriana, vindos do litoral e do sul do estado pelas ferrovias com facilidade de acesso a região antes inóspita e isolada. Cada período guarda um pouco do seu passado e o imprime ao apanhado de experiências prévias que o colono traz consigo na sua bagagem cultural.

Da mesma forma que as diferentes experiências inerentes ao passado de cada colonizador o conduzem a um processo criativo próprio em sua nova condição de existência, as diferentes situações que o meio impõe sobre o homem também lhes reserva um conjunto de situações, e por vezes

improvisos e desafios que para alguns poderia parecer determinante única, ou senão principal, dos seus destinos. Já em 1892, Frankenberger, primeiro imigrante alemão a se fixar na região anotou um detalhado diário das enchentes, a fim de entender seus ciclos e se precaver contra perdas inesperadas. Se por um lado a região tinha uma parte baixa do Vale, muito fértil, porém inundável, as partes altas por sua vez eram menos férteis, mas muito ricas em madeira, e as mais altas, ainda menos férteis, mas planas o suficiente para permitir criação de gado extensivo e o surgimento de propriedades muito acima dos padrões de minifúndio idealizados pelo projeto colonizador privado. Temos, portanto um conjunto de fatores tanto culturais quanto espaciais interagindo hora de forma harmônica, hora de forma conflituosa para resultar no que temos hoje.

Assim como Marx apontou a situação na qual o empreendedor inglês se colocou ao imigrar para a Austrália e levar consigo seus operários, e ao chegar a novas terras, ficou sem quem lustrasse suas botas, veremos que Hermann Blumenau não escapou a semelhante sina. Visto que tudo era oportunidade, o colono no início da ocupação não se punha a trabalhar abrindo estrada e derrubando mata por um baixo salário, enquanto podia trabalhar pra si e tudo o que produzisse de excedentes teria comércio certo.

Já em análise aos acontecimentos do século XX, veremos como a dualidade básica brasileira e os pactos de poder apontados por Ignácio Rangel fundamentam os fatos que se deram a partir do fim do império repercutindo no fim dos investimentos do Estado na colonização de origem estrangeira. Como os imigrantes que vinham prosperando como comerciantes, industriais, banqueiros ou empresários rurais e estavam se inserindo na política, ficaram de fora do pacto a partir do golpe de 1930. A região se vê nesse contexto dividida e enfraquecida politicamente, e se esse período é por um lado impulsionador da emancipação de Rio do Sul, seu desdobramento é em grande medida a causa de sua fragmentação territorial.

DEFINIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Iniciando com uma visão geral do contexto que culmina com o processo de imigração, o primeiro capítulo transita pela Europa no século XIX. À medida que avançavam as transformações político-econômicas na França e na Inglaterra, decorrentes do fim do absolutismo monárquico e da modernização das manufaturas, Alemanha e Itália ainda estavam distantes de se consolidar mesmo enquanto estado unificado. No Brasil, o Governo Imperial lidava com problemas muito distantes dessa realidade, como ausência de povoamento, a insegurança das vias comerciais, a falta de estrutura para conectar e manter suas redes de acesso a produtos e mercados. Era preciso ocupar os vazios territoriais, e este processo exigia atrair uma população “produtiva e ordeira”. Se inicialmente o Império investiu em distribuição de terras, em agentes de propaganda, em transporte de imigrantes e distribuição de ferramentas, numa fase subsequente, a colonização se consolidou como importante

negócio. A venda de terras, o comércio de produtos com as metrópoles, o transporte por estradas, trens e navios, a geração de energia elétrica para as fábricas e as cidades, a construção de pontes, estradas, escolas, hospitais, prefeituras, tudo isso era transformado num grande negócio, onde a moeda de troca muitas vezes era a terra.

O estudo segue mostrando que a primeira fase da ocupação do Alto Vale, grosso modo, vai do interesse pelos recursos lá existentes, até a consolidação da povoação de “Südarm” como “Distrito de Bella Aliança”. Superada esta fase, começam a despontar localmente alguns nomes que souberam aproveitar o momento histórico, e traçaram boas estratégias de negócios. Trocar estrada aberta por terra virgem, caçar índios, cobrar pedágio para manter as estradas transitáveis e seguras, cobrar taxas para cada animal atravessado na balsa, ou cobrar o pernoite do gado em um bom pasto a beira do caminho do planalto, são algumas das formas de acumular terras nesse período. O segundo capítulo apresenta ainda os desafios enfrentados na consolidação de Blumenau, que foram superados na ocupação de Rio do Sul. Como nomes ascendidos do nada, se apresentam em poucas décadas como principais representantes políticos e econômicos da região. O contexto da tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930, se dá quase que concomitante a emancipação do município. Nesse período, políticos de grande poder na região como Peter Feddersen e Ermembergo Pellizzetti, vão se ver deslocados de um cenário que privilegiou os apoiadores da Revolução, e ascendem localmente, tanto na política como na economia, novos atores que em alguns casos não tem relação nenhuma com a história da colonização, tendo sido nomeados devido ao contexto assinalado para assumir o poder na região.

Para encerrar esta análise, o terceiro capítulo observa os diferentes caminhos percorridos pelos municípios surgidos a partir do território original de Rio do Sul. Tendo sido criado com uma área que correspondia praticamente ao tamanho atual do município de Lages, em cerca de 4 décadas, o município foi fragmentado em 14 outras pequenas cidades. Ao iniciar este estudo, se abriam as seguintes possibilidades: os municípios fragmentados terem dificuldades de se desenvolver devido a ausência de investimentos em infraestrutura e escassez de arrecadação, culminando num atraso que resultaria numa dependência crônica do município original; ou ainda, os municípios adquirirem impulso próprio, alcançando um desenvolvimento autônomo e criando sua própria rede de relações políticas e econômicas, despontando com uma economia forte, com indústrias expressivas e estrutura suficiente para cuidar da sua população ou mesmo oferecer comércio e serviços as cidades vizinhas. As duas hipóteses se mostraram não só verdadeiras, como ricas em detalhes que merecem registro. Enquanto cidades com grande território, acesso a vias de transporte, abundância de recursos naturais não foram muito bem economicamente, outras muito menores, distantes, de difícil colonização devido a qualidade do solo, declividade, pouca população, desenvolveram forte economia possuindo hoje uma estrutura urbana e econômica que está décadas a frente das cidades no entorno.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

As transformações socioeconômicas que se processaram na Europa, na primeira metade do século XIX, causaram a liberação de mão de obra por parte das manufaturas, a concentração de terras por parte da aristocracia e a expropriação do homem do campo. Restringia-se a procura por bens de consumo e matérias primas pelas indústrias da Europa. Esse fenômeno repercutiu na emissão de excedentes populacionais não só para o Brasil, mas para vários países do mundo (África do Sul, Chile, Argentina, EUA), originando, portanto, o primeiro surto migratório europeu.

Este fluxo de população significou um período totalmente novo no desenvolvimento social e econômico do Brasil. Suas implicações foram repercutir ainda na forma de organização política do estado de Santa Catarina, no urbanismo de alguns municípios, na formação das redes de interdependência entre as cidades e nas relações de hierarquia entre os municípios.

Para melhor entender a importância e a abrangência desse processo de formação, é preciso compreender o contexto em que se deram estas transformações. Para chegar ao objeto em si desta análise, vamos partir da compreensão de alguns dos fatores que influenciaram a migração européia para o Brasil, e a instalação de imigrantes alemães e italianos em Santa Catarina.

O caso do Alto Vale do Itajaí formado no início do século XX, já difere da formação do Médio Vale, formado na segunda metade do século XIX. A principal diferença vai se dar em função da velocidade de desenvolvimento. Tendo o suporte político e econômico de Blumenau, além é claro, de uma série de lições aprendidas, podemos observar que os municípios do Alto Vale “queimaram etapas” de desenvolvimento, tendo alçado sua emancipação e sua expressividade econômica mais cedo, e com menos dificuldade que os do Médio Vale.

A formação da sociedade catarinense foi fortemente marcada por grandes deslocamentos populacionais. Desde a primeira metade do século 19, com o iminente fim da escravidão, a possibilidade de introduzir trabalhadores europeus esteve na pauta das ações políticas brasileiras, principalmente na transição do trabalho escravo ao assalariado (PIAZZA, 1994, SANTOS, 2010).

A segunda metade do século 19 assistiu o desenrolar de um processo que ficou marcado como a maior migração de povos de toda a história. Entre 1846 e 1875, cerca de 9 milhões de pessoas deixaram a Europa. É importante entender os fatores que impulsionaram esse grande fluxo migratório. A Itália, além de possuir um passado marcado por conquistas e invasões, pela forte presença e dominação da igreja católica, pela existência de cidades-estado distintas culturalmente, nesse período apresenta economias regionais extremamente fragmentadas, e uma forte oposição entre o norte, desenvolvido industrialmente, e o sul agrário, atrasado em seu desenvolvimento socio-espacial (PEREIRA, 2009). Em 1861, após a conclusão do seu processo de unificação, possuía milhares de

trabalhadores “dispostos” a abandonar sua terra natal e se aventurar em países distantes como Brasil, Argentina e Estados Unidos. Isso se explicará, sobretudo, pela concentração da propriedade da terra e pela forte penetração – ainda que tardia - das relações capitalistas no campo (SANTOS, já citado). Para Singer (1977), o aumento demográfico, a indisponibilidade de recursos, que por sua vez, impõe uma mudança nas técnicas e no modo de produção conduz a um novo “ótimo” populacional. Estes valores ao serem ultrapassados trazem um novo dilema: encontrar novos recursos via conquista, colonização, imigração ou perecer.

Política e economicamente, a Alemanha se encontrava a margem dos processos que vinham se desenrolando na Europa nos séculos XVIII e XIX. Ainda para Singer (já citado), num período em que o capitalismo comercial se consolida na Inglaterra e na França, com um mercado nacional unificado e um forte centralismo político, a Alemanha do início século XIX permanece retalhada em numerosos reinos, principados e ducados. O cerne da condição social alemã é descrito por Raquel Fontes Pereira, que traz a tona que

[...]a Alemanha ainda não se constituiu como um país, ainda se constituía como um Estado nacional(...). A estrutura feudal permanece inalterada: o poder está nas mãos dos proprietários de terras e inexistente qualquer tipo de governo centralizado. A Alemanha não passou sequer pela Monarquia Absoluta que é a forma de governo que assinala a transição entre feudalismo e a constituição dos Estados modernos (PEREIRA, 2009, p. 96).

Estas pequenas divisões político-administrativas são fracas demais para promover as transformações necessárias à transição econômica, de forma que a Revolução Industrial, bem-sucedida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, mal tocou a Alemanha. A Alemanha permaneceu dividida durante quase todo o século XIX, polarizada pela Prússia ao norte, e o Império Austro-húngaro ao sul. As regiões sulistas e ocidentais da Alemanha, mais concentradas de indústrias e cidades, acompanhavam com entusiasmo as transformações que se processavam advindas da expansão napoleônica. No entanto para as monarquias orientais, Prússia e Áustria, as transformações da Revolução Francesa uma ameaça as relações feudais estabelecidas. A unificação da Alemanha será levada a cabo pela aristocracia rural prussiana, a classe dos *junkers*. Enquanto outros reinados apresentam territórios pouco favorecidos pelas condições naturais (regiões de montanha, de nevascas, de solos pouco férteis) ou desfavorecidos pelas condições culturais (terras de fronteiras, suscetíveis a constantes ataques); os reinos mais desenvolvidos do ocidente já contam com uma elite burguesa que possui seja nas manufaturas ou no campo, um braço de seus investimentos. Bem providos de cidades e centros comerciais, os aristocratas do ocidente frequentemente vivem distantes de suas terras, e como sua economia já se encontra diversificada, não há coesão entre os seus interesses. A Prússia por sua vez, se caracteriza por um módulo rural de tamanho médio, ou seja, sua elite é menos discrepante entre si. Os *junkers* estão presentes em suas terras, estando simultaneamente ligados a gestão política do

território. Não obstante, o reino da Prússia é o mais forte militarmente, e enquanto a classe burguesa recém-chegada ao poder na França, vai adequando o aparelho do Estado para a institucionalização das relações capitalistas e o fim das instituições feudais, a aristocracia prussiana precisava fazer frente a estas modificações antes que a burguesia ocidental as implemente. Mas estes avanços se deram apenas de forma a garantir a perpetuação *junker* no poder político-econômico. As modificações no campo provocam a expropriação dos camponeses, o fim das terras de uso comum e a concentração de terras nas mãos da aristocracia. Com uma aristocracia rural forte apoiando a coroa, a Prússia sairá vitoriosa na aliança contra a França napoleônica, recebendo como compensações de guerra, territórios ricos e desenvolvidos como a Renânia-Westfália e a Saxônia (de onde migrará H. O. Blumenau). A Prússia precisará conectar a economia rural do leste às modernizações em curso nas províncias do oeste, afim de se tornar o coração do capitalismo na Alemanha (PEREIRA, já citado). Ainda para a autora, as transformações em curso na França, expõem as fragilidades da fragmentação do território. Em 1815, o Congresso de Viena consolida a Confederação Germânica, onde se estabelece a união de 39 Estados, mas ainda contando com a participação hegemônica da Áustria. Em 1839, a aliança aduaneira destes Estados, a *Zollverein*, estabeleceria a viabilização da circulação interna de mercadorias, a exclusão definitiva da Casa da Áustria, conferindo soberania ao Reino da Prússia, e favorecendo os avanços comerciais e industriais que se processariam a partir de então. O ano de 1848 é marcado por levantes populares que são sufocados pela aristocracia, marcando este ano como fim da “fase heroica” da burguesia que até então se apresentava como classe revolucionária (coincidentemente o ano de 1848 é o ano da primeira incursão de Blumenau ao Vale do Itajaí afim de levantar dados botânicos, geológicos e topográficos que atestassem sobre a viabilidade da ocupação). Se por um lado o terror das insurreições populares serviu para aproximar a burguesia da aristocracia, por outro expôs as necessidades da aristocracia de consolidar o território como uma unidade nacional, reforçando a via das “transformações pelo alto”. No ano de 1862, Otto Von Bismarck é nomeado primeiro ministro da Prússia. Filho de uma tradicional família *junker*, Bismarck já atuara como diplomata na Rússia e na França. Dois anos após a sua nomeação, declarou guerra contra a Dinamarca, saindo vitorioso na conquista do território de Schleswig-Holstein. Posteriormente em 1866 em nova batalha contra a Áustria, saiu vitorioso garantindo a soberania prussiana sobre os territórios germânicos. Finalmente em 1870, a Prússia entra em guerra contra a França terminando mais uma vez como vencedores no conflito, e recebendo como compensação de guerra o território da Alsácia-Lorena, de maioria germânica, e rico em carvão e minério de ferro. Considerado herói pela vitória contra os franceses, Bismarck é nomeado Chanceler do imperador Guilherme I. Entre as políticas que adota a partir de então, destaca-se a criação de uma moeda única, do Banco Central Alemão, de um código civil e comercial comum a todo país, além instituir a lei de acidentes de trabalho, o reconhecimento dos sindicatos, o seguro de doença, acidente ou invalidez, um sistema de previdência social pioneiro na história moderna, que lhe conferiu amplo apoio das classes operárias.

A unificação finalizada em 1871, assegurou a hegemonia da Prússia e em três décadas, a Alemanha recuperou um atraso de três séculos. Nesse sentido, quando se inicia a imigração na primeira e segunda década do século XIX, a causa das ondas migratórias partidas da Alemanha é a ausência de desenvolvimento. Emigravam filhos de camponeses cujas propriedades tinham atingido dimensões inviáveis para a manutenção do modo de vida e não poderiam mais ser divididas e artesãos incapazes de encontrar ocupação nos mercados locais. Já nos últimos 25 anos do século XIX, os imigrantes se constituem de operários de manufaturas e quadros de escritório desempregados após a unificação, além de camponeses afetados pela modernização agrícola (introdução de implementos e adubos químicos). A expansão industrial alemã continuaria em ritmo tão crescente, e por sua vez os problemas por aqui enfrentados - abandono das colônias, falta de investimentos, relações de trabalho exploratórias - a ponto de o governo alemão aconselhar e mesmo restringir o envio de colonos para o Brasil (RICHTER, 1992). As empresas colonizadoras sofreram prejuízos irreparáveis no início do século XX pelo descumprimento de acordos de introdução de colonos em áreas cedidas pela união.

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO BRASIL NO SÉCULO XIX

No século XIX, 95% das exportações brasileiras se resumiam a 8 produtos: açúcar, algodão, couro, mate, borracha, fumo e café. Mas nas primeiras décadas o café assume uma importância que superou as demais culturas. Em 1830, o café ocupa a segunda posição na pauta de exportações nacionais, com 20%, atrás do açúcar com 37%. Já em 1850, o café equivale a 48% das exportações do Brasil, enquanto o açúcar cai para a segunda posição com 23% das exportações (Fausto, já citado).

No início do século XIX, a decadência da mineração deixou como herança uma estrutura de estradas, portos e comércio, que deveriam buscar novas atividades a partir de então. Além disso, a decadência das fazendas de cana-de-açúcar e algodão reforçava a necessidade de introdução de uma atividade econômica mais lucrativa. Nesse ambiente propício, é que surge a cultura do café. Até então cultivado nos quintais para consumo interno nas fazendas, o café encontrou um vasto mercado nas exportações, principalmente para os Estados Unidos, e em muito pouco tempo se tornaria o principal produto de exportação do país (MOURA, 2002).

A produção de café começou no Vale do Paraíba no Rio de Janeiro, área tradicional de produção canavieira. Aos poucos a cultura rumou para Minas Gerais e São Paulo, onde o clima era mais propício e os solos de terra roxa não estavam desgastados por séculos de exploração de uma única cultura. Essa introdução gerou mudanças significativas na estrutura urbana e social do país. Os estados de São Paulo e Minas Gerais passaram a concentrar capitais rapidamente, o que influenciava diretamente em sua representação política. Além disso, a expansão da cultura se deparou com um problema de escassez de mão de obra, que causou uma transferência de escravos das áreas decadentes do nordeste para o sudeste do país.

Os lucros do café, bem como a proximidade que vinha se consolidando com a Inglaterra, proporcionaram uma modernização dos meios de transporte e a construção de estradas de ferro, uma expansão da rede bancária e de crédito agrícola, a modernização dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da dinamização das atividades comerciais (FAUSTO, 2006).

Enquanto a produção de café no Rio de Janeiro estava concentrada nas mãos da oligarquia rural conservadora, base de apoio da monarquia, esta nova classe emergente em São Paulo constituiu-se de liberais e republicanos, que viam a monarquia como um atraso nas relações econômicas do país com o exterior devido a grande dependência das políticas econômicas inglesas que causavam grande entrave ao desenvolvimento do Brasil. Em 1844 é criada a Lei Alves Branco, que revê as taxas sobre produtos importados, que até então era de 15% para todos os produtos, fixando novas taxas que variavam de 30 a 60% de acordo com os produtos. Esta medida provocou a reação imediata dos ingleses. A Inglaterra já havia proibido o tráfico de escravos para suas colônias em 1807, esta proibição causou a liberação imediata de recursos para o comércio e para a indústria, além de estimular o trabalho assalariado. Quando o Brasil declarou-se independente em 1822, a Inglaterra condicionou o seu apoio a extinção do tráfico de escravos.

Em 1831 de fato foi criada uma lei proibindo o tráfico de escravos, mas as elites rurais demandando um aumento da mão de obra na lucrativa produção cafeeira pressionou para que a lei não fosse levada adiante. A Inglaterra responde então a Lei Alves Branco, com a Lei Bill Aberdeen, de 1845, que autorizava a marinha britânica a abordar e mesmo abrir fogo contra qualquer navio no Atlântico suspeito de levar escravos, bem como confiscar a carga e a embarcação e levar presos os tripulantes (FLORENTINO, 2003). A Lei Aberdeen, apesar de duramente criticada, levou o Brasil a criação da Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro da África para o Brasil. Isso porque entre as províncias, o tráfico se acentuou. Para Fausto (2002), no entanto, a extinção do tráfico negreiro liberou subitamente grande soma de capitais que afluíram para outras atividades econômicas. Entre 1850 e 1860, foram fundadas 62 empresas industriais, 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros e oito estradas de ferro. Mas é mais provável que estes investimentos tenham se dado em função das novas taxas sobre os produtos ingleses. Exemplo dessa relação direta apontado por Moura (opt. cit) é o fato de que a Fundação e Estaleiro Naval da Ponta da Areia, de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, ter produzido no período de vigência da Lei Alves Branco, tubulações pesadas, pontes metálicas para estradas de ferro, e nada menos que 72 navios mercantes e de guerra, num período de apenas 11 anos. No entanto, em 1860 é decretada a Lei Silva Ferraz, que reduz de 60% para irrisórios 5% a taxa sobre importação de navios, e o próprio Barão de Mauá mesmo sendo o maior banqueiro e industrial do país, não teve chance de fazer o seu estaleiro competir com os preços ingleses (se para o Barão de Mauá a competição foi injusta, que dirá então, os pequenos empresários, industriais e banqueiros).

Ainda de acordo com Fausto, forçados pela escassez e encarecimento do trabalhador escravo, vários cafeicultores paulistas começaram a trazer colonos europeus para suas fazendas, como fizera o senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847, numa primeira experiência mal

sucedida. A proposta de Campos Vergueiro era bancar a passagem dos imigrantes, e estes deveriam trabalhar gratuitamente por “determinado período” até pagar os custos de sua vinda ao Brasil. Essa iniciativa causou várias revoltas entre os imigrantes a ponto de a imigração para o Brasil chegar a ser proibida na Prússia (PIAZZA, opt. cit). Em 1870 a entrada de europeus para trabalhar nas colônias de café de São Paulo toma novo impulso ao ser regulamentada pelo Governo Imperial. O governo arcava com a passagem dos imigrantes, que não precisariam ressarcir esse valor, e estabelecia por lei o regime de parcerias, onde o trabalhador assinava um contrato de 2 a 5 anos de trabalho na fazenda, onde receberia um salário fixo, independente da situação da safra, e mais uma participação nas colheitas a ser estabelecido com os fazendeiros.

IMIGRAÇÃO E ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A lei Euzébio de Queiroz causou um forte impacto no aporte de mão de obra escrava vinda da África para o Brasil. Em 1848, entraram no Brasil 54 mil escravos, em 1851 apenas 3.827, e no ano seguinte apenas 700 (FLORENTINO, 2002). Enquanto isso a imigração européia crescia exponencialmente. Entre 1820 e 1883 um total de 430.000 imigrantes se instalaram no país, numa média de 7.166 ao ano. No período de 1884 a 1903 entraram no Brasil nada menos que 1.745.000 imigrantes, numa média de 91.842 imigrantes por ano (PIAZZA, já citado).

Esse crescente fluxo de trabalhadores para o Brasil mostra que estávamos iniciando a fase econômica que a Inglaterra visualizara em 1807, quando proibira o tráfico de escravos em suas colônias. Esse processo, tão estimulado pelos liberais paulistas emergentes do café, teve ainda alguns reforços conservadores ao longo do século XIX. Se o governo imperial regulamentou a entrada e a subvenção de imigrantes em 1870 a favor dos liberais, em 1871, criou a Lei do Ventre Livre, que liberava da escravidão os negros nascidos a partir desta data. No entanto, as crianças deveriam ficar em poder dos proprietários até os 8 anos de idade, quando o senhor teria o direito de decidir: receber uma indenização do estado no valor de 20 sacas de café pela libertação, ou receber os serviços do liberto até os 21 anos de idade. Em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei do Sexagenário foi mais um alívio aos conservadores. Uma vez que libertava os escravos com mais de 60 anos de idade, os fazendeiros se livravam do peso de bancar um empregado velho, doente e imprestável para o trabalho (MOURA, já citado).

Ainda de acordo com Fausto, ao lado da monarquia, sempre estiveram as oligarquias rurais da cana-de-açúcar e do algodão, além de comerciantes exportadores e a igreja. No final do século XIX, no entanto, já havia se consolidado no Brasil a nova classe de fazendeiros cafeicultores, e começava a se fortalecer uma nova classe de comerciantes e industriais, todos fortemente contrários a escravidão. O exército, também contrário à escravidão, desde o fim da Guerra do Paraguai reivindicava ascensão mais rápida aos cargos militares e melhores salários. O império, receoso do surgimento de “novos

Napoleões” criara a guarda nacional, enfraquecendo o exército, e concedia amplos privilégios à marinha, que tinha no seu comando oficiais ingleses. Para completar o quadro crítico, seguindo orientações do Papa Pio IX, o Bispo de Olinda, Dom Vital, e o Bispo de Belém, Dom Antonio de Macedo, proibiram a presença de maçons nos cultos da igreja. O governo imperial ordenou que os Bispos fossem presos e condenados a trabalhos forçados. Vê-se então que ao final do século XIX, a monarquia estava sem apoio dos liberais, dos militares e até mesmo da igreja católica. Em 1888, quando é assinada a Lei Áurea, ela foi praticamente um último suspiro da monarquia no Brasil. A insignificância da Lei Áurea se reflete nos números apresentados por Moura. Enquanto em 1851, quando entra em vigor a Lei Euzébio de Queiroz, o número de escravos no Brasil corresponde a 2,5 milhões de pessoas, ou 36% da população total, em 1888, o número de escravos era de 700 mil, o que no período equivalia a 4% da população total, enquanto o número de imigrantes já ultrapassara 1,3 milhões de pessoas, ou 10% da população total do Brasil (FAUSTO, opt cit).

A COLONIZAÇÃO DE INICIATIVA IMPERIAL

Houve no estado de Santa Catarina, experiências de colonização com imigrantes europeus mobilizadas pelo Governo Imperial tal como São Pedro de Alcântara, Angelina, Joinville, e ainda a Colônia Industrial do Saí. As tentativas governamentais, em alguns casos, foram caracterizadas pela necessidade de ocupação imediata das terras entre o litoral e o Planalto Catarinense, e se caracterizaram pela doação de terras, insumos e ferramentas aos imigrantes. Apesar da gratuidade das terras e dos insumos, esse apoio estava longe de ser suficiente para promover uma ocupação plena do território. Era necessário proximidade com mercados, estradas em boas condições, segurança pública, enfim, todo tipo de estrutura imaginável para transformar uma área de floresta tropical em uma vila ou uma cidade. Mas a despeito dessas demandas, ainda no primeiro Império, vai ser publicada a Lei Orçamentária de 15 dezembro de 1830, onde se expressa que “Fica abolida em todas as Províncias do Império, a despesa com colonização estrangeira” (Piazza, 1994)

Há que se ressaltar ainda a experiência da Colônia Socialista Cecília no Paraná, fundada por imigrantes italianos. Este povoamento, de organização anarco-socialista, ocorreu em terras doadas pelo próprio D. Pedro II, como um experimento de ocupação.

Em 1828, o Presidente da Província de Santa Catarina recebe ordens do Império para a instalação de dois povoamentos com colonos alemães ao longo do caminho de ligação entre a capital e o Planalto: São Pedro de Alcântara, próximo ao litoral, e outro mais avançado, próximo onde se localiza atualmente o município de Rancho Queimado.

Um contingente de 635 pessoas é enviado ao Desterro. Desses 523 imigrantes de Bremen, e 112 mercenários da legião alemã, que estavam prestando serviços no Rio de Janeiro. Piazza relata que esses colonos foram os primeiros a sentir a alteração da lei proibindo os investimentos em imigração estrangeira, visto que estavam prometidos 160 réis por dia a cada imigrante no primeiro ano, o que nunca aconteceu. Além disso, as terras eram muito irregulares, distantes dos mercados, de pouca fertilidade natural, sem possibilidades de expansão devido ao relevo acidentado. Havia ainda o fato de os alemães não estarem habituados a tropicalidade do litoral, e claro, os problemas de convívio entre agricultores e soldados que não tinham habilidades para os tratos com as atividades típicas de um início de ocupação. Em virtude disso, muitos desistiram migrando para áreas mais amenas, fundando novas áreas ou voltando para Desterro. Em 1847, o Império faria uma nova distribuição de terras à alemães na Colônia Santa Isabel, as margens do Rio Cubatão, em Santo Amaro da Imperatriz. Foram enviados a esta povoação 256 alemães, além dos advindos de São Pedro de Alcântara posteriormente.

A Colônia Nacional Angelina (homenagem ao presidente do conselho de ministros Ângelo Moniz da Silva Ferraz), tinha como objetivo a distribuição de terras a colonizadores nacionais em função do excesso de ocupação do litoral catarinense. Foi fundada em 1860 com 107 colonos, e em 1877 já se contavam 1.475, o que mostra um crescimento superior a 5% ao ano. Desse total, apenas 145 correspondem a imigrantes alemães, advindos de colônias próximas, como São Pedro de Alcântara e Santa Isabel. Piazza ressalta ainda, que havia um reduzido número de escravos na Colônia Nacional Angelina, o que não acontecia nas áreas de ocupação genuinamente alemãs.

As terras da Colônia Dona Francisca são um caso a parte na história catarinense. Isto porque as terras pertenciam à família real, e diferente dos casos onde foram doadas a colonos, constitui-se uma sociedade privada entre investidores e a família real para comercialização de lotes. Piazza (1994) afirma que de acordo com a Lei 166 de 1840, ficava determinado que as princesas Dona Januária e Dona Francisca, irmãs de Dom Pedro II, quando em idade de se casar, teriam vantagens econômico-financeiras em patrimônios de terras pertencentes à União. Ao se casar com o Príncipe de Joinville François Ferdinand Philippe de Orleans, Dona Francisca recebeu terras ao norte da Província de Santa Catarina. Estas terras foram medidas e demarcadas em 1845 pelo Major Jerônimo Coelho. Os príncipes, refugiados na Inglaterra em função da revolução havida na França em 1848, viram-se na contingência de fazer o aproveitamento econômico de suas terras no Brasil. Para efetivar a ocupação das terras, funda-se a “Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849”, que acertou com o Príncipe de Joinville a introdução de 1500 colonizadores em 5 anos.

Segundo Piazza (já citado), o mesmo sentido teve a Colônia Industrial do Saí, organizada no litoral de São Francisco do Sul em 1841. Mobilizada pelo médico francês Benoit Joseph Mure, baseado nas idéias do filósofo Charles Fourier, a colônia (ou Falanstério) deveria ter em seu auge uma população de 10 mil pessoas. Estas trabalhariam de acordo com suas inclinações pessoais. Os lucros

gerados pelo Falanstério deveriam ser distribuídos na proporção de 3/12 para manutenção da colônia, 4/12 para compensação dos mentores e dirigentes, e 5/12 para os falansterianos. Em 1843, o Major Jerônimo Coelho aponta que, apesar de promissora, a colônia registrava um deslocamento dos profissionais, de forma que viam-se “carpinteiros lavrando a terra, engenheiros cavando valas, maquinistas fazendo derrubadas, fabricantes de máquinas rebocando paredes(...)Sendo uma colônia de artesãos e operários especializados, faltou-lhes a necessária base agrícola para subsistência e mercado próximo para suas habilidades profissionais.”

Em 1847, foram distribuídos pelo governo provincial, lotes à 150 colonos de origem alemã no litoral próximo a Ilha de Santa Catarina, fundando a Colônia Piedade. Se localizava na baía norte, local ainda hoje denominado Armação da Piedade. Todos os seus habitantes eram católicos, e os diretores da colônia eram os comandantes da Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim. A colônia não prosperou devido ao fato das terras serem de má qualidade, além do local ser uma costa batida pelo vento, com uma reduzida parte plana à beira do mar compartimentada entre montanhas íngremes facilmente lavadas e tornadas estéreis pela ação das águas das chuvas intensas que caem na região.

A COLONIZAÇÃO DE INICIATIVA PRIVADA

Em função da proibição de investimento público para incentivar a imigração estrangeira, em 15 de junho de 1836, é decretada a Lei 49 que estabelece a permissão para particulares ou companhias promoverem a venda de lotes com o objetivo de colonização. Aproveitando a necessidade do Império de ocupar as terras entre o Litoral e o Planalto catarinense, surgem empresas de vários portes para a comercialização de terras e instalação de famílias de europeus. Entre as iniciativas empresariais, destacam-se as grandes sociedades (Sociedade Colonizadora Hanseatica, iniciativa de bancos alemães, comerciantes *import/export* e empresas de navegação). Houveram iniciativas particulares bem sucedidas como a do químico alemão Otto Hermann Bruno Blumenau. E, posteriormente, surgem as pequenas empresas (Odebrecht, Curt Schroeder, Federsen, Reif & Jansen), que se compunham a partir da iniciativa de particulares que contratavam mão de obra local, para empreender determinadas obras de interesse do estado para o estímulo ao povoamento (estradas, pontes, escolas, igrejas), e recebiam do governo extensas áreas de terra loteável como pagamento (D'AMARAL, 1950)¹.

¹ Klaus Richter (1992) afirma que o início da colonização do Médio Vale, é marcado pela atuação comercial da Companhia Salinger, ligada aos capitais alemães e às sociedades colonizadoras. As matérias primas produzidas pelos imigrantes deveriam ser vendidas exclusivamente na Companhia Salinger, intermediadas por Peter Federsen, representante comercial da companhia. Essas transações eram pagas em vale-compras. Revoltados com a dependência do comércio centralizado, imigrantes se organizam em uma cooperativa de consumo que obriga a Companhia Salinger a sair do mercado em 1909. Federsen, Reif e Jansen fundam a Companhia Torrens, que vai atuar na venda de terras e no comércio no Alto Vale do Itajaí.

Nas tentativas particulares, o que movia a colonização era o dinheiro (WAIBEL, 1979). Desta forma, a terra era comercializada com os imigrantes, e, geralmente, os empreendedores da venda de lotes eram também proprietários dos comércios, das madeireiras, dos engenhos. A medida que precisavam de crédito para quitar suas compras ou seus lotes, os colonos entregavam a madeira do lote, ou parte da sua produção, que era beneficiada nos primeiros estabelecimentos industriais (PELUSO, 1954) e, desde a gênese da ocupação, tinha mercado certo no Rio de Janeiro, em São Paulo e mesmo na Europa.

É importante destacar a pesquisa de Richter (1992) que enfatiza que representantes da elite política e econômica alemã, empresários e comerciantes do final do século XIX, adeptos ao imperialismo e ao nacionalismo vigente na época, consideravam de interesse nacional que a imigração se desse em colônias agrícolas

1 – onde sendo pouco habitadas pelos nativos e possuindo condições climáticas vantajosas, favorecessem uma imigração alemã em grande escala com amplas possibilidades de desenvolvimento;

2 – onde pelo fato de a população nativa ser de etnia inferior, garantissem que a cultura, língua e nacionalidade dos imigrantes ficassem preservadas;

3 – a longo prazo fornecessem matérias primas para a Alemanha;

4 – em principio, não se desenvolvessem indústrias próprias, dependendo da importação de produtos industriais da Alemanha (RICHTER, 1992, p.13).

Estes aspectos mostram que a imigração, antes de mais nada, era um poderoso mercado de logística (de mão de obra excedente, de produtos beneficiados, de matérias primas) e de empréstimos bancários. Nas colônias catarinenses, a dinâmica tomou vida própria rapidamente visto que o litoral catarinense dá acesso a pequenos vales, navegáveis em seu curso médio e litorâneo (São Francisco do Sul, Itajaí, Laguna, Tubarão). A conformação geomorfológica associada a rede hidrográfica permitiu um intenso comércio entre os portos e as colônias no interior dos vales. A medida que iniciativas locais passavam a concorrer com os produtos importados e substituir as importações (fábricas de ferramentas, tecelagens, beneficiamento de madeiras, gêneros alimentícios, bancos)², a economia local

² Quanto a esse desenvolvimento industrial diversificado a partir dos capitais acumulados na pequena produção mercantil, Silva (1999) chama a atenção para o fato de a industrialização dispersa, descentralizada estar em crescente evidência em todo o mundo, o chamado modelo “Terceira Itália”.

se desenvolvia. As povoações se tornavam mais atrativas para migrantes, gerando novos fluxos entre colônias.

Deve-se considerar ainda, que na retomada do crescimento europeu na fase seguinte do ciclo (1848-1873), haverá uma queda no ritmo das entradas de imigrantes, uma vez que a situação da indústria alemã passa por uma melhora. Quando se dá o último surto de imigração em 1880-1890 (RICHTER, 1992), o valor das terras no Médio Vale (Blumenau, Brusque, Indaial) já é consideravelmente alto, devido a infra-estrutura e a segurança que a povoação já oferece (estradas de rodagem, porto, comércio diversificado, proteção contra os indígenas). Desta forma os novos imigrantes passam a procurar áreas mais afastadas, iniciando uma frente colonizadora em direção ao Planalto Catarinense.

Esse processo de expansão da dinâmica econômica de Blumenau para o Alto Vale vai se concretizar em 1892, ano da chegada do primeiro imigrante em Rio do Sul. Apesar dos fatos anteriores (expedição de E. Odebrecht para mapear novas terras comerciáveis) e da conjuntura (segunda depressão do ciclo longo na Europa, e segundo surto migratório), o Alto Vale ainda era reduto de indígenas, caboclos, doenças tropicais e sujeito a severas enchentes. A medida em que se afastavam de uma ocupação sistemática: falta de equipamentos de trabalho, precariedade das vias de comunicação, impossibilidade de escoar a produção.

O estabelecimento de um comércio geral, a Casa Odebrecht, foi a primeira forma de amenizar a questão. Rudolf Odebrecht, era o filho mais velho do engenheiro agrimensor Emil Odebrecht, pioneiro que mapeou a Colônia Blumenau e conseguiu estabelecer o acesso com o Planalto. Podemos concluir que Rudolf Odebrecht conhecia bem os problemas da falta de infraestrutura, bem como os lucros possíveis de se extrair desse isolamento, do comércio de terras e da compra de matérias primas. R. Odebrecht instalou filiais de sua casa comercial ao longo do caminho das tropas, e uma serraria no encontro dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, onde chegava a madeira das povoações do Alto Vale. Nos anos seguintes, este empreendimento se consolidaria como uma das maiores serrarias do Estado, chegando a ter na década de 40 do século XX, 1700 funcionários. (BLOGOSLAWSKY, 2000).

Nas primeiras décadas do século XX, o forte estabelecimento de relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos preocupava os investidores alemães e o governo de Santa Catarina (Lauro Muller, secretário de obras e viação, Hercílio Luz, governador do estado). O governo do estado, que havia cedido terras aos empresários alemães, estava preocupado com o descumprimento do acordo com a Sociedade Colonizadora Hanseática, de estabelecimento de 5 mil imigrantes por ano no Vale do Itajaí e região de Joinville. Lauro Muller pressiona a Sociedade a implantar com urgência uma estrada de ferro ligando o Planalto aos portos de Itajaí e São Francisco do Sul (RICHTER, 1992). Esta ferrovia dinamizaria as exportações e facilitaria o fluxo de imigrantes para as povoações.

A falta de novos imigrantes para cumprir as metas³ não deixou outra alternativa para a sociedade, senão a busca por recursos entre os membros da companhia para a construção da ferrovia. Iniciada em 1909 em Blumenau, o ramal da ferrovia chega a Rio do Sul em 1936. Por certo este empreendimento não serviu para atrair novos alemães para o Brasil. No entanto, atraiu colonos de segunda e terceira geração (filhos e netos de europeus) e italianos estabelecidos no Médio Vale e no sul do estado, além de brasileiros do litoral que foram se empregar nas indústrias nascentes do Vale.

Antes da ferrovia, as tropas pagavam tributos significativos para o município de Rio do Sul para poder circular pelas estradas, afim de mantê-las trafegáveis. Com o término da ferrovia, o gado passou a figurar cada vez menos como importância econômica para o município. Reforça-se a importância de outras mercadorias como a madeira, que anteriormente dependia das cheias dos rios para ser transportada; a fécula de mandioca, vendida para ser adicionada à farinha de trigo nos moinhos em São Paulo e Rio de Janeiro, e o tabaco, voltado fundamentalmente para exportação. Essa diversificação será responsável pelo surgimento de inúmeros pequenos empreendimentos (celulose, móveis, peças de reposição para serrarias, oficinas de caldeiras, indústrias de alimentos, bebidas, ferramentaria e todo tipo de comércio). Essa diversificação colabora para atração de novos migrantes.

A NECESSIDADE COLONIZAR O CAMINHO DO PLANALTO: A NOVA CONFIGURAÇÃO URBANA DO AVI

As experiências em Santa Catarina (São Pedro de Alcântara, 1828), no Rio Grande do Sul (São Leopoldo, 1824) e na serra do Rio de Janeiro (Nova Friburgo, 1824) foram as primeiras tentativas de colonização com pequenas propriedades de agricultura familiar, e daí a diante abririam as portas do processo de colonização de povoamento no Brasil.

Ao fim do século XIX, a necessidade de ocupação das terras do Vale do Itajaí se tornava imperativa ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. O litoral abarcava o povoamento luso-brasileiro, e o planalto catarinense o povoamento paulista e gaúcho. No entanto, as duas regiões encontravam-se desconectadas. O espaço de cerca de trezentos quilômetros entre o litoral e o Planalto era povoado por indígenas, caboclos e homens fora da lei, em uma ocupação desordenada, não

³ O porto de Hamburgo foi o principal fornecedor de imigrantes para o mundo. Seguindo uma tendência de queda pós unificação da Alemanha (1871), nos anos de 1890-1894 foram enviados 462 mil imigrantes; já de 1895 até 1899 esse número despencou para 142 mil imigrantes, e segue caindo a partir daí, não sofrendo mais nenhum crescimento expressivo. Corrobora para esta diminuição, o fato de que o índice salarial da Alemanha passa de 52 pontos em 1871 para 73 pontos em 1890. Além da melhora na condição salarial, mesmo os bancos alemães pressionados a cumprir os acordos de povoamento com o governo brasileiro, já alertavam para a possível falta de mão de obra nas indústrias alemãs, visto que a Alemanha pós unificação em pouco tempo alcançaria a condição de país líder do capitalismo europeu, se posicionando como o centro orbital da II Revolução Industrial (RICHTER, 1992, D'AMARAL 1950).

lucrativa e conseqüentemente ameaçadora ao desenvolvimento esperado para o estado. Nesse sentido, a colonização européia em Santa Catarina tinha o intuito de ocupar essas terras (colônias de povoamento), mantendo transitáveis e seguros os acessos para a circulação de mercadorias.

No final do século XIX e início do século XX, o avanço econômico de Santa Catarina, e particularmente, das zonas de colonização européia no Sul do Brasil, revelaram um desenvolvimento diferenciado de demais regiões brasileiras, onde a evolução socioeconômica não seguiu os mesmos moldes de ocupação. Algumas indústrias catarinenses apresentam uma dinâmica de inserção em mercados nacionais e internacionais, e uma adaptação a novas tecnologias e situações de crise que difere das demais regiões do país. Estas diferenciações começaram a se manifestar na gênese da formação socioeconômica catarinense, quando as empresas recém criadas estão, por um lado, focadas inicialmente no mercado local e regional, e por outro, mantendo relações de transferência de capital e tecnologias da Alemanha e da Itália para as colônias. Essa tradição não mudou no século XX, e até se intensificou. Os empresários locais mantêm o hábito de ir a Alemanha “observar as novidades” participar de feiras, estabelecer parcerias comerciais. Muitas escolas na região tem o alemão como segundo idioma, e o país europeu continua sendo um grande fornecedor de bens de produção para a indústria local.

Politicamente ocorreram transformações ao longo do século XX que alteraram o ritmo de desenvolvimento das regiões coloniais. Até a revolução de 1930, os imigrantes haviam conseguido importantes conquistas políticas. No caso do Alto Vale do Itajaí, objeto deste estudo, pouco mais de 30 anos da chegada do primeiro imigrante, ainda distrito de Blumenau, o povoamento já tinha tabelião, rede de telégrafo, um banco cooperativo, além de representantes políticos na câmara legislativa estadual, e claro, na câmara de vereadores de Blumenau. A partir do início do Governo Vargas, a proibição de reuniões fechadas entre estrangeiros, da candidatura a cargos públicos e finalmente, do idioma pátrio dos colonos, dificultou sobremaneira a organização política dos imigrantes. Por fim, o sistema de nomeação de interventores estaduais que por sua vez indicavam os interventores municipais, abriu um longo período de ruptura entre os interesses políticos do estado e da nação com os interesses do empresariado local.

A segunda fase de grandes mudanças se relaciona com a divisão territorial. A primeira que interessa essa análise, é a emancipação do município de Rio do Sul, em 1931, conquistada politicamente antes do início da Era Vargas, mas efetivada já no regime do Estado Novo. Nessa divisão, a área de Rio do Sul compreendia o território do distrito de Lontras, no final da Serra do Mar, e se estendia até o distrito de Taió, no início da Serra Geral, numa distancia de mais de 100 km, que abrangia mais de 45% do território total do Alto Vale do Itajaí. A representatividade econômica desses distritos era nada menos que a quarta economia do estado, ficando atrás apenas de Joinville, Blumenau e Florianópolis. Mas nos anos 50 do século XX, a organização política de lideranças locais

correligionárias do PSD que controlava o estado, conseguiram a emancipação dos distritos distantes da sede do município. O território inicial de Rio do Sul deu origem a 14 outros municípios (PELLIZZETTI, KLUG, DAGNONE).

No entanto, no período de desmembramentos e emancipações, que foi dos anos 50 aos anos 80, ainda não havia legislação nacional que regulamentasse ou restringisse a criação de novos municípios. Isso deixa em aberto a questão sobre a real viabilidade econômica destes distritos desmembrados. Isto porque a sustentabilidade econômica de um município está assentada em parte no Fundo de Participação dos Municípios- FPM, que existe em nível estadual e federal. O FPM é constituído pelas arrecadações do próprio município, sendo o FPM-Federal um repasse proporcional ao número de pessoas que declaram Imposto de Renda- IR no município, e o FPM-Estadual um repasse parcial do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Fora esses fundos, o município teria ainda impostos territoriais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e o Imposto Territorial Rural - ITR, mas que em quase todos os casos não significam nem 20% das arrecadações públicas.

Posto estas questões, fica mais claro compreender que sem uma quantidade significativa de população residente com renda declarável, comércios, serviços privados, indústria e área urbana densamente povoada, existem poucas chances de um município se sustentar. Essa deficiência pode dar origem as “cidades-dormitórios”, localidades onde a população apenas reside, tendo que procurar emprego e realizar suas necessidades no comércio e nos serviços das cidades maiores na região.

Mas alguns mecanismos podem assegurar o desenvolvimento local independente da presença de uma grande população, de indústrias de considerável porte ou de estruturada rede de comércios e serviços. Durante os trabalhos de campo, foram observadas políticas públicas de arrecadação de impostos junto aos agricultores, com repasse direto ao comércio local, gerando maior circulação interna de renda e aumento da arrecadação via ICMS. Foi observado uma ampla expansão e modernização dos sistemas cooperativos em alguns setores (destaque para o setor financeiro e agropecuário), que tem propiciado uma capacidade de competitividade maior, redução dos custos produtivos e repasse final dos lucros diretamente aos produtores. Também foi encontrado um papel extremamente significativo do terceiro setor influenciando diretamente nas políticas públicas de planejamento econômico, urbano e ambiental. É relevante acentuar que historicamente os colonizadores do Alto Vale já mostraram uma facilidade de organização social com vistas ao desenvolvimento econômico. As primeiras associações de produtores datam de 1911 (DAGNONE, já citado); em 1915 os imigrantes italianos criaram um banco de microcrédito para investimentos agrícolas em melhoria de produtividade, e os agricultores organizados promoviam as “Domingueiras

agrícolas”, encontros de produtores onde apresentavam seus êxitos, vendiam produtos, distribuíam premiações aos agricultores de destaque, trocavam sementes e experiências (PELIZZETTI, opt cit).

Longe de serem apenas cidades-dormitórios, os 14 municípios desmembrados de Rio do Sul na segunda metade do século XX, atualmente apresentam dinâmicas diversas de desenvolvimento econômico, urbano, populacional e ambiental. A medida que avançamos a exploração da temática, se observa que todas as hipóteses levantadas inicialmente, se mostraram concretas, ainda que envolvidas em suas particularidades. Há municípios estagnados, sem capacidade de dinamização própria, municípios cuja economia está amarrada a um único grupo empresarial, municípios onde a agricultura se firma em um único produto, outros com agricultura moderna, competitiva, cooperativa. Todos estes elementos, presentes na gênese da região, foram se reproduzir e se manifestar a seu modo nos elementos posteriormente dilacerados.

CAPITULO 2: OCUPAÇÃO, DIVISÕES MUNICIPAIS E AS ORIGENS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

COLÔNIA BLUMENAU

As revoluções que ocorreram na Europa a partir da década de 40 do século XIX se deram em função de regimes autoritários, crises econômicas na indústria e no campo, da falta de representatividade das classes burguesas ou populares juntos aos governos. Este conjunto de revoluções (ocorreram na Alemanha, na Itália, na França) também é chamado de Primavera dos Povos, teve caráter liberal, democrático e nacionalista, tendo sido organizado pela burguesia e pela nobreza com apoio das massas populares e camponesas. A partir de 1845, a situação política francesa foi profundamente agravada pela eclosão de uma crise de super produção e falta de mercados. Essa crise acabaria se estendendo por todo o continente. O continente tinha passado por dois anos de problemas no campo. A Irlanda sofreu uma contaminação em massa das fazendas de batatas em 1845, por um fungo até então desconhecido. No ano seguinte, a má colheita de trigo desencadeou uma série de revoltas camponesas.

Essa crise provocou uma escassez dos alimentos, desembocando numa alta vertiginosa do custo de vida, que atirou à miséria grandes quantidades da população rural e reduziu drasticamente a sua capacidade de consumo de produtos manufaturados. A crise se agravou atingindo a indústria e as finanças. Como o desenvolvimento econômico não se dá de forma equilibrada (em especial em países como a Alemanha e Itália pré unificação) e os fatores climáticos sobre a agricultura não são homogêneos sobre o continente, a crise naturalmente não teve caráter uniforme e atingiu de forma diferente cada região. Temos, portanto, uma crise industrial na Inglaterra e França, uma crise agrária na Irlanda e Itália e a falta de perspectiva de desenvolvimento na Alemanha. Isso vai repercutir em áreas de imigração de diferentes intensidades dentro dos países. Enquanto algumas regiões estão em amplo desenvolvimento, outras estão em amplo processo de expulsão da população.

No Brasil, na primeira década do século XIX, estava começando a introdução da cultura do café no vale do Paraíba no rio de janeiro, que depois se expandiria para São Paulo e Minas Gerais. Era um negócio novo e potencial para essas áreas, mas não estava plenamente estabelecido. Já Santa Catarina, nesse período, recebia algum incentivo imperial devido a necessidade de povoamento, e não pelo potencial produtivo de uma determinada cultura. No entanto, se plantou muito café de sombra em Santa Catarina, se exportou farinha de mandioca, tabaco, artefatos e derivados de madeira. Mas como o café se viabilizou muito rápido no Sudeste, investir em colonização em Santa Catarina da segunda metade do século XIX até a virada do século XX não surtiria um resultado tão promissor como nas áreas onde a infra-estrutura já estava pronta, os portos estruturados, com solo e clima mais propícios.

Somente na primeira metade do século XX, portanto 100 anos depois do início do fluxo migratório, vamos ter uma crise de super produção nas áreas de café. Enquanto isso, o sul ainda tem uma reserva de áreas desocupadas imensa, e uma série de pequenos núcleos coloniais demandando todo tipo de infra estrutura para poder se desenvolver de fato (gargalos como pontes, balsas, telegrafo, indígenas, escolas, cartório, delegacia). Os anos 20 e 30 vão ser marcados por um volume de terras concedido em troca de infra-estrutura muito mais agressivo do que no século anterior.

A ocupação do Vale do Itajaí Açu, tanto a jusante (Blumenau, Brusque, Gaspar, Indaial) como a montante (Rio do Sul, Taió, Ituporanga) está diretamente ligada aos ciclos econômicos que modificavam as relações sociais na Europa na primeira metade do século XIX. Para Mamigonian (1989), o ponto de partida dessa análise, é o esquema explicativo de Rangel de que, pelo menos desde a Revolução Industrial, o mundo capitalista vive fases de expansão e fases de depressão, ou seja, ciclos. Os dois tipos fundamentais de ciclos são os de Kondratieff, ou de longa duração (25 anos de ascensão, 25 anos de desaceleração) e os Juglarianos ou ciclos médios (5 anos de ascensão, 5 anos de desaceleração). As fases de expansão dos ciclos longos são marcadas pelas necessidades nos centros dinâmicos do sistema, de mais matérias primas, alimentos e mercados consumidores. Nas fases depressivas, diminuindo o ritmo econômico no centro do sistema, ocorre liberação de mão de obra, uma diminuição da procura por matérias primas, e as economias periféricas tendem a substituir artigos anteriormente importados.

A fixação de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul (1820) e no Médio Vale (1850), coincide com a depressão do primeiro ciclo longo (1815-1848, falta de desenvolvimento na Alemanha). Há ainda uma particularidade: em alguns momentos do surto imigratório, boa parte dos alemães representavam mão de obra excedente das indústrias consumidas pela crise, portanto sem tradição agrícola. Artesãos e mestres de manufaturas de uma Alemanha que está transitando rapidamente para o capitalismo. Esse contingente foi parte fundamental ao desenvolvimento da região, pela sua mentalidade empreendedora e suas experiências prévias na atividade fabril.

No segundo ciclo migratório (a partir de 1880), já é possível observar com clareza esse diferencial quanto às origens dos imigrantes. Consta em Richter (1992, p.42) que entre 1890 e 1898, de todos os profissionais enviados a Santa Catarina pelo porto de Hamburgo, 11,9% eram trabalhadores ligados a agricultura, 15,3% ao comércio e 17,3% a indústria⁴. Esta situação vai desembocar no que Hering (1987) destacou como “uma especificidade do desenvolvimento de Santa Catarina, um modelo econômico catarinense”. No entanto Silva (1999) chama a atenção para essa

⁴ Esses valores eram opostos no surto colonizador anterior, onde 17% dos imigrantes eram ligados a atividade agrícola, 13% ao comércio e 12% as indústrias. No entanto, além da segunda depressão do ciclo longo liberar mais mão de obra industrial, a essa altura, pessoas ligadas as atividades comerciais e fabris na Europa já conheciam as possibilidades de desenvolvimento das colônias. Dessa forma, Richter (1992) aponta que um dos motivos dos insucessos da Sociedade Hanseatica era a oferta de lotes rurais, em vistas da procura por lotes urbanos.

afirmativa, compreendendo com maior clareza que essas particularidades apontadas por Hering são os aspectos trazidos por Mamigonian (1964) para caracterizar o empreendedor de origem alemã como do “tipo norte-americano”, ou seja, que acumulam capital no interior do pequeno modo de produção para posteriormente lançarem-se em empreendimentos comerciais ou industriais. As conclusões feitas pelo autor em tela para Blumenau afirmam que, “em 60% dos casos, as iniciativas industriais tiveram por origem uma mão de obra especializada, mestres, operários qualificados e artesãos, ou ainda representantes comerciais, quadros de escritório ou mesmo pequenos comerciantes varejistas” (SILVA *apud* MAMIGONIAN, 1999, p.104).

Essa região central do Médio Vale desenvolve-se a partir da iniciativa particular do Doutor Otto Hermann Bruno Blumenau, que adquiriu terras do Governo Imperial no Médio e no Alto Vale do Itajaí Açu. Estas terras seriam loteadas em pequenas unidades de produção familiar (25 hectares), para serem comercializadas com imigrantes que saíam da Alemanha primeiramente pela falta de desenvolvimento e sucessivas divisão de terras (primeiro ciclo migratório) e posteriormente pelo processo de concentração industrial do capitalismo alemão que pressionou a extinção das manufaturas (WAIBEL, 1979).

Hermann Bruno Otto von Blumenau nasceu em 1819, filho do engenheiro de florestas e minas do ducado de Hassenfeld, capital do estado de Braunschweig, na antiga Prússia. Aos 15 anos entrou para a escola secundária onde estudou farmacêutica. Aos 20 trabalhou em uma farmácia por um ano, e no ano seguinte se associou a outro jovem farmacêutico para montar uma fábrica de produtos químicos na cidade de Erfurt, capital do estado de Thüringen. Em 1943 viajou para Londres, onde conheceu o cônsul do Império do Brasil Johann Sturtz, a quem cabia entre outras, a função de atrair imigrantes para o Brasil. Voltando a Erfurt, Blumenau doutorou-se em química. Com a promessa de Sturtz de uma cadeira como professor de química no Rio de Janeiro, em 1846 Blumenau vem para o Brasil. A promessa não se concretizou, mas Blumenau aproveitou a oportunidade para conhecer colônias alemãs na Serra Gaúcha e em São Pedro de Alcântara. De volta a capital do Império, associou-se ao alemão Ferdinand Hackardt, convencendo-o da viabilidade do projeto.

Em 1847 Blumenau e Hackardt exploraram pessoalmente o Vale do Itajaí. Na ocasião, teriam ainda adentrado em canoa o Rio Itajaí-Açu, acompanhados de um geólogo e um botânico, oportunidade esta em que relataram algumas espécies de madeira de valor para exportação e identificaram áreas mineráveis de calcário, mármore e granitos (região de Botuverá e Brusque, no Médio Vale). Determinado a dar continuidade a idéia, submeteu um projeto de colonização a Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina. A Assembléia recusou o projeto, e encaminhou para decisão da presidência da casa. A presidência por sua vez aprovou o mesmo, mas deferindo que sociedade poderia receber a concessão de terras, mas não subsídios do governo. Sendo

assim , a possibilidade era voltar para a Alemanha e tentar consolidar uma sociedade com mais investidores, angariando mais fundos.

Em 1848, com recursos próprios, Hackardt e Blumenau adquirem do governo da Província uma área de aproximadamente 35 mil hectares (nos documentos oficiais, 155 mil jeiras). Blumenau volta para Alemanha em 1849 para atrair imigrantes, e Hackardt fica incumbido das tarefas iniciais de colonização: desmatar uma área central para a vila, preparar uma área de desembarque, montar e equipar uma serraria, construir um alojamento para os imigrantes. De volta à Alemanha, a situação política estava bastante crítica. A Europa acabara de passar por uma série de insurreições. A partir do movimento na França em 1848, diversos Estados alemães também se revoltaram, registrando-se manifestações populares e um movimento a favor de um parlamento nacional eleito pelo povo, que elaborasse uma nova constituição para uma Alemanha unificada. O fracasso da Revolução de 1848, de intuítos unificadores, implicou a continuidade da fragmentação da Alemanha.

Se a fragmentação da Alemanha e o fracasso da revolução burguesa por um lado poderiam impulsionar o empreendimento de Blumenau e Hackardt, na prática o que Blumenau encontrou foi bem diferente do imaginado. Ao chegar na Alemanha, o negócio colonial era a mina de ouro dos investidores. Dezenas de empresas estavam organizadas, consorciadas com empresas de navegação, bancos, indústrias, membros do parlamento (como a Sociedade Colonizadora Hanseática, já citada, que por sinal atuaria também no Médio Vale). A concorrência se valia de todo o tipo de recurso desleal no mercado da migração, fazendo alertas aos ataques de índios, a malária, a febre, o tropicalismo, à inferioridade da raça. E de fato essas propagandas surtiam efeito, visto que o número de alemães que migraram para os EUA, Chile e Argentina é muito superior ao número de imigrantes vindos para o Brasil Meridional. Outro agravante desse processo, é que mesmo antes de voltar para Alemanha para divulgar seu empreendimento, Blumenau passa pelo Rio de Janeiro para tentar levantar fundos com o Império a juros mais convidativos, o que lhe foi negado. No período, muitas empresas deviam bater nas portas do governo imperial e das províncias pedindo todo tipo de auxílio para as infra-estruturas iniciais, e ao longo da história da colonização do Médio Vale, vamos encontrar dezenas de cartas e algumas visitas iniciais desesperadas de Blumenau a capital da Província de Santa Catarina e ao Rio de Janeiro, quase sempre mal sucedidas.

Poderíamos dizer que Blumenau visualizou um grande negócio, mas na hora errada. Nos anos 20 do século XIX, quando saíram os primeiros imigrantes para o Rio Grande do Sul e para São Pedro de Alcântara, a Alemanha fragmentada passava por uma crise de falta de desenvolvimento, e o império brasileiro estava buscando soluções para as grandes áreas desocupadas. Três décadas depois, já haviam grupos industriais e financeiros no negócio, e H. Blumenau nesse contexto era um particular investindo poucos recursos próprios. Cinco décadas depois a situação seria novamente favorável, e nas duas primeiras décadas do século XX, o governo da Província (principalmente na gestão de Hercílio

Luz) doava extensas áreas de terras, por estradas, pontes, derrubadas de mata, atividades que H. Blumenau empreendeu invertendo recursos pessoais depois de já ter pago pela terra.

Outra reflexão nesse sentido é que H. Blumenau tinha conhecimentos químicos, mineralógicos, farmacêuticos, administrativos, pois preocupou-se em doutorar-se antes de iniciar sua epopeia. No entanto com muito custo vendeu a colônia ao império, e no fim da vida voltou para a Alemanha, sem se tornar um homem de fortunas vultuosas, apesar de todas as suas realizações. Anos mais tarde, pessoas de muito menos refinamento teórico, como madeireiros, operários, tropeiros e caixeiros viajantes, em melhor momento político, arrebatarem volumes de terra até três vezes maiores que a de Blumenau sem investir um centavo do próprio bolso, construíram imensas fortunas e se perpetuaram no poder político e econômico local (como os Bertoli em Rio do Oeste, com 90 mil hectares de terra, além de Victor Gaertner e Peter Feddersen).

O resultado dessa corrida pela qual o jovem Blumenau não esperava, é que em 1850 ele retorna ao Vale do Itajaí com apenas 17 colonos. Para completar, seu sócio não cumprira com a sua parte no acordo, e depois do esforço de conseguir imigrantes, teve ainda que concluir os trabalhos de Hackardt. No final desse primeiro ano, adquiriu a parte de seu sócio, passando a partir de então a administrar sozinho a sociedade. No ano seguinte, com o falecimento do pai, Blumenau receberia uma herança em dinheiro que lhe possibilitaria ainda arcar com despesas fundamentais para impulsionar a comercialização dos lotes e a valorização da terra. Mas pelo relatório do primeiro leilão de terras, de 1852, percebe-se que o retorno financeiro ainda dependeria de uma série de amarrações. Foram 12 lotes leiloados, sendo que apenas dois, vendidos a preço razoável aos irmãos Frederick “Fritz” e August Müller, pessoas de posses que vieram a colônia por conta própria. Os demais, vendidos pelo valor simbólico de custo de demarcação da terra (Singer citando relatório de H.O.Blumenau). E Singer teria anotado ainda que para a execução das obras essenciais, Blumenau deixou relatado: “nesta colônia os salários dos trabalhadores se conservaram sempre 1/3, 1/2 ou até 1/1 maior do que em outras partes desta e de outras províncias. Já os preços dos mantimentos pouco ou nada oscilou. Sempre que eu quis baixar os salários, não havia trabalhadores, preferindo os colonos trabalhar nas suas próprias terras”.

Marx explica que nas colônias, o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor livre, que possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista. Mesmo a cooperativa, o micro-crédito, o associativismo, já são reflexos de uma divisão social do trabalho, o que impulsiona o trabalhador nesse sentido é uma expropriação dos trabalhadores e uma correspondente conversão dos seus meios de produção em capital. O mesmo interesse que leva o capitalista a buscar a colônia (fugir das relações já estabelecidas de mercado nas quais ele não consegue se inserir, e abrir novas frentes numa área com inúmeras possibilidades) *leva-os nas colônias a confessar tudo e a proclamar bem alto o antagonismo entre os dois modos de produção: a posse da*

terra e a exploração das forças produtivas (MARX, cap XXV). Nesse ponto Marx cita a observação de Wakefield, de que a posse de dinheiro, meios de produção, máquinas e meios de subsistência, não transformam o homem em capitalista, se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado. Descobriu Wakefield que o capitalismo não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através das coisas. Para exemplificar a situação, Marx ilustra com um exemplo de Wakefield que se aproxima bastante com o de Blumenau: um colonizador inglês de nome Peel, rumou para Austrália com 3000 trabalhadores e capital suficiente para iniciar seus ideais de empreendimento, e ao chegar ao destino, ficou sem um criado sequer para lhe fazer a cama ou buscar água no rio. Ironiza Marx: “o infeliz Peel previu tudo, menos trazer as relações de produção da Inglaterra para Swan River”. Ocorre que “aonde a terra é muito barata todos os indivíduos são livres, onde cada um pode obter a vontade um pedaço de terra, o trabalho é muito caro relativamente à participação do trabalhador do produto, e além disso, é difícil conseguir trabalho combinado, qualquer que seja o preço por ele oferecido”. No ambiente da colônia, os que se sujeitam ao mercado de trabalho, estão o tempo todo sumindo dele. Mas não por terem se tornado improdutivos e estarem se recolhendo a um asilo de indigentes, mas por estarem se tornando proprietários de sua própria área. O assalariado de hoje é o camponês ou artesão livre trabalhando por conta própria amanhã, observou Marx.

Ainda sobre as relações de produção pré-existentes, ressalta-se com frequência a ideologia dos colonizadores alemães e italianos com relação a sua contrariedade ao trabalho escravo, proibido oficialmente no estatuto da colônia Blumenau. No entanto, há uma tendência a se reter apenas na observação de que os europeus eram contra esta forma de exploração, e proibiam-na em suas colônias. Mas pouco se fala que estas normativas além de ideológicas tem o seu embasamento econômico liberal que vinha se popularizando no período em questão. O isolamento a que estava submetida a colônia não permitia que ela se dividisse entre a classe dos que trabalham e a classe dos que consomem, como ocorria nas áreas de produção em escala do Brasil. Era preciso que todos fossem consumidores, e para que todos tenham condição de consumir, todos na medida do possível devem ser trabalhadores remunerados.

A economia natural e a produção ainda que restrita de excedentes agrava esse estabelecimento de relações capitalistas. Wakefield observou que

(...)trabalhadores americanos que cultivam diretamente a terra exercem ao mesmo tempo muitas outras ocupações. Parte dos móveis e instrumentos que utilizam é feita por eles mesmos; freqüentemente constroem as próprias casas, e levam ao mercado qualquer que seja a distância, o produto de sua indústria. São fiandeiras, tecelões, fabricam sabão, velas, sapatos e roupas para uso próprio. A agricultura constitui muitas vezes negócio secundário de um ferreiro, moleiro ou vendeiro (Marx cap XXIV)

Se pergunta Marx depois dessa passagem: *No meio dessa gente esquisita, que resta para o abnegado capitalista? (...) Que horror! O bravo capitalista importou da Europa com seu bom*

dinheiro o seu próprio concorrente! Essa última observação também se enquadra no caso da colonização do Médio Vale, pois depois de empreender tantos esforços para consolidação da ocupação, H. Blumenau deixou o caminho pronto e estruturado para a atuação de Feddersen, Gaertner, Salinger, Odebrecht e Bertoli, só para citar alguns dos que prosperaram mais rápido, pois além do contexto mais favorecido, contaram com uma estrutura de rede muito facilitada pela atuação anterior de seu ex-diretor.

Os blumenauenses tentavam inserir os seus produtos em outros mercados, mas seus principais compradores eram os colonos recém chegados de Brusque e arredores. Citando Zöllner, Singer afirma que os imigrantes se viam sufocados em seu próprio excedente para o qual não encontravam escoadouro. Assentados em uma economia de pequena produção voltada inicialmente para a auto-suficiência, onde o que transita é apenas o excedente, e sendo que todos possuem praticamente os mesmos produtos como excedente, não é possível organizar trocas úteis. Enquanto o fluxo de novos imigrantes fosse constante e/ou crescente, haveria mercado para os imigrantes já estabelecidos. A partir do momento em que o novo colono colhe a sua primeira safra, ele passa de consumidor a concorrente. A única forma de quebrar esse ciclo de dependência do aumento populacional, que por sua vez se restringe à concorrência com o coletivo, é tão logo as condições possibilitarem, partir para etapa seguinte, que é a divisão social do trabalho e a especialização que origina o desenvolvimento industrial.

Com o passar dos anos, os agricultores vão aperfeiçoando as técnicas, selecionando sementes, adquirindo implementos, aplicando o sistema de rotações. Por um lado, o aumento populacional faz com que o valor da terra aumente, e por outro o sistema produtivo evolui, a troca de informações e experiências, aumentando a intensidade do trabalho, a produtividade e a renda do trabalhador pioneiro. Há por um lado agricultores com capital acumulado, comércio estabelecido e conhecimento das aptidões produtivas locais. Por outro, temos ou pioneiros iniciando do zero com o suporte da estrutura prévia, ou braços não tão dispostos a enfrentar a baixa produtividade inicial, e se dispostos a vender sua mão de obra em manufaturas já estabelecidas. O trabalho nessas pequenas manufaturas, associado ao trabalho agrícola é que vai permitir o acúmulo de capital pelos trabalhadores livres nesse segundo momento. Nessas condições, fios, tecidos, panos grosseiros, ferramentas, enfim, coisas cujas matérias primas estavam ao alcance da família, produzidas para o seu próprio consumo, são aos poucos produzidas nas manufaturas. Encontram o seu mercado justamente nos pequenos distritos rurais. Só o fim da economia natural e da produção para o auto-consumo pode garantir a necessária solidez para o mercado interno que sustente economicamente as manufaturas

Ainda de acordo com Marx, a manufatura não chega a provocar uma transformação radical. Quando a manufatura destrói a produção doméstica num segmento e em determinada localidade, provoca o surgimento da pequena agricultura (e sua economia natural) em outra localidade próxima,

pois depende do fornecimento de matérias primas e da expansão do mercado consumidor. A manufatura vai estar sempre destruindo e produzindo uma nova classe de trabalhadores rurais, que oscilam entre o trabalho lavrando a terra e o trabalho na fábrica, de acordo com o melhor momento de cada segmento.

“A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção serve de base a pequena indústria, e esta é condição necessária para desenvolver-se a produção social e a livre individualidade do trabalhador. Essa pequena indústria pode aparecer nos sistemas escravistas, de servidão e outras relações de dependência. Mas ela só floresce e se desenvolve com todas as suas energias, conquista a sua forma clássica, quando o trabalhador é o proprietário livre das condições de trabalho com as quais opera, a saber, o camponês dono das terras que cultiva, o artesão dono dos instrumentos que maneja com perícia” Marx cap XXIV

Da fundação da colônia em 1850 até 1859, H. Blumenau fez o possível para receber premiações prometidas pelo governo por imigrante instalado e com esses fundos poder fazer as melhorias necessárias. No entanto, o atraso nesses pagamentos, a desistência de colonos e o esgotamento da herança do empreendedor, levaram-no a vender a colônia para o governo imperial, que o contratou como diretor da colônia. A partir daí os investimentos foram sistemáticos e mais vultuosos. Isso garantiu um fluxo mais intenso de imigrantes. Na década de 60 do século XIX, H. Blumenau foi premiado na França pelos seus esforços no Brasil, recebendo uma premiação em dinheiro, e pode dedicar-se mais à divulgação de seu empreendimento, o que impulsionou mais a imigração. Além disso, as boas safras do café e a expansão do mercado externo brasileiro, induziam o crescimento do mercado interno. A construção de ferrovias para o Rio e para o Porto de Santos impulsionavam o mercado da madeira e da construção civil, e pouco a pouco os produtos de Blumenau teriam nesses mercados uma participação complementar ao seu mercado regional.

Ora, essa intensa entrada de novos imigrantes, a abertura de novas frentes colonizadoras em direção ao Alto Vale, a abertura de estradas para o Planalto, causava um grande impulso ao desenvolvimento da agricultura moderna e da manufatura industrial. Mais do que isso. Já no início desse processo, a ausência de maquinário produtivo, que nos primeiros anos vai causar um déficit na balança comercial, pela importação de maquinários contra a exportação de excedentes agrícolas, se resolve em muito pouco tempo. Singer mostra que esse déficit era compensado pelas economias trazidas por novos imigrantes e pelos subsídios do estado. Mas o isolamento da colônia, e a ausência de peças de reposição e o custo de importação de novas máquinas, faz com que as pequenas oficinas sejam muito cedo estimuladas a produzir as máquinas necessárias a instalação de uma serraria, um engenho, uma olaria. No caso do Alto Vale, esse fenômeno vai ser ainda mais evidente. Alguns imigrantes, verdadeiros inventores, com vistas ao mercado “que iria surgir em breve” já se instalam

com oficinas que são fábricas de produzir fábricas (Siegel em Agrolândia, fábrica de máquinas para amido, Bremer em Rio do Sul, caldeiras e toda e qualquer máquina sobre encomenda).

Sentenciou prematuramente Singer que todos os aspectos analisados até aqui levam a conclusão de que o desenvolvimento econômico de Blumenau está diante de um impasse. A sua especialização industrial – indústria leve, principalmente têxtil – apresenta nacionalmente taxas de expansão cada vez mais débeis encontrando-se superada pela nova fase de expansão que entrou o país. Certas economias externas como energia e transporte sofrem graves insuficiências e o mercado local pelo excessivo fracionamento da propriedade agrícola perdeu grande parte do seu dinamismo. Nestas circunstâncias qual será o futuro industrial de Blumenau? Nenhuma resposta pessimista se justifica. Primeiro porque Blumenau se trata de um centro industrial antigo e nesse caso quem toma a dianteira já sai em vantagem. Possui mão de obra já formada, investidores e mercados bem sólidos, além de ser centro econômico da região mais rica do estado. Algumas questões como problemas de energia e transporte dependem de investimentos e políticas públicas. Outras questões de ordem social e econômica são muito mais complexas. Provavelmente a mais importante medida nesse sentido seria a re-aglutinação dos estabelecimentos agrícolas, possivelmente sobre a forma de cooperativas de produção. Isso permitiria a melhoria geral da técnica agrícola no Vale do Itajaí, com consideráveis ganhos de produtividade. A procura maior de instrumentos agrícolas e mecânicos, e de adubos e inseticidas assim provocadas poderia estimular a expansão da indústria mecânica e química em Blumenau, com conseqüente diversificação de sua estrutura industrial.

Essa perspectiva de Singer foi dada no seu estudo publicado em 1977. Alguns fenômenos como intensificação tecnológica das pequenas propriedades e a sua organização em cooperativas de fato se viabilizaram, conforme será abordado adiante. A diversificação industrial, no entanto, já era uma realidade antiga. E se ampliou ainda mais. Além das indústrias leves (têxteis e alimentícias) citadas pelo autor e a permanência de setores antigos (cerâmica, madeireira), coexistem uma verdadeira diversidade de indústrias de bens de capital, que se modernizaram. Característica comum a todas é a abrangência regional, a intensa especialização, e o foco em nichos de mercado específicos como forma de compensar distâncias dos centros nacionais, algo que já era visado desde os tempos de H. Blumenau, como se verá adiante.

1.2 A OCUPAÇÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ E A COLÔNIA RIO DO SUL

Cerca de 30 anos depois da fundação de Blumenau, o crescente comércio, e a pequena produção nascente (laticínios, matadouros, oficinas, fábricas de ferramentas) demandava a criação do acesso ao Planalto Catarinense, onde fazendas de pecuária extensiva em campos naturais, se constituíam em preciosos fornecedores de matéria prima e consumidores dos produtos blumenauenses.

A construção da estrada de ligação com o Planalto deu início à ocupação do Alto Vale, e à formação de uma série de núcleos de povoamento que se tornariam distritos de Blumenau. O distrito de Bella Aliança (atualmente Rio do Sul) se tornou o principal centro econômico local. Devido a confluência do Rio Itajaí Oeste com o Itajaí do Sul, formadores do Itajaí Açu, praticamente toda a produção regional era transportada via fluvial em canoas, e comercializada no centro de Rio do Sul onde o Itajaí Açu se forma (KLUG *et alli*, 1999). Ao longo do século XX, com a emancipação desses distritos, formou-se um arranjo local, onde pequenos municípios gravitam em torno de Rio do Sul, que passou a concentrar a maior parte da indústria, do comércio e dos serviços regionais.

Na segunda metade do século XIX, a Colônia Militar Santa Tereza, servia como uma espécie de posto avançado para o Planalto, na tentativa de acessar o litoral por um novo caminho. A sede deste agrupamento era a localidade de Catuíra, hoje pertencente ao município de Alfredo Wagner. No Médio Vale, enquanto os colonizadores alemães tentavam empreender a subida da Serra do Mar, a partir de Ibirama, desconheciam a presença militar praticamente no meio do caminho para o Planalto, que tentava fazer o caminho inverso (DAGNONE, 2000). O comando do Posto Militar de Catuíra, estava sob encargo do Capitão João Ricardo Pinto. Atendendo a ordens superiores, o Capitão fez a primeira travessia do grande sertão do Vale do Itajaí, partindo das cabeceiras do Braço do Sul, em Alfredo Wagner, e seguindo pelas suas margens, conseguindo atravessá-lo e fazer a descrição de seus inúmeros afluentes formadores do Itajaí-Açú. O pelotão composto de 25 praças, apontou em Blumenau no fim do ano de 1856, desfalcado de um componente, vitimado por afogamento, praticamente ao pé da Serra do Mar (APHRS, 2002). Após o relato do Capitão João Pinto, o Governo da Província libera meios para que se efetue a mesma rota com partida de Blumenau.

A nova tentativa de travessia do sertão se dá somente sete anos depois, com um pequeno grupo, composto por sete homens e tendo como comandante o engenheiro agrimensor Emil Odebrecht, acompanhado por dois homens do destacamento de João Pinto. Partem em duas canoas, subindo o Itajaí-Açu, em 14 de janeiro de 1863. No trecho onde o rio se torna inavegável, o grupo penetra a floresta no intuito de vencer a etapa mais difícil, a chamada Serra da Subida, para retornar ao Itajaí-Açu e procurar o chamado “Braço do Sul”, cuja nascente dava acesso a Catuíra. Vencida a serra, retornam ao rio, mas sem saber que agora tratava-se do Itajaí do Norte ou Rio Hercílio, que acessava as terras hoje pertencentes ao município de Dona Emma. Corrigindo a rota e retornando à embocadura do Itajaí do Norte, Odebrecht dispensa os demais membros da expedição que retornam a Blumenau, e sobe sozinho a encosta da Serra da Subida. Após o trecho mais difícil, se depara com o intransponível Salto Pilão (atual divisa Ibirama-Lontras, onde hoje se localiza a usina hidrelétrica de mesmo nome), que descreveria como a maior queda já vista no sul após as cataratas do Iguaçu. Da base do salto, Odebrecht sobe a Serra do Mirador, um dos cumes da Serra do Mar avistando e descrevendo pela primeira vez as terras que se situavam no patamar do Alto Vale (APHRS, 2002).

Em 1864, Dr. Blumenau ordena uma nova investida, novamente chefiada por Odebrecht, que desta vez atravessou o Alto Vale transpondo o Itajaí do Sul e chegando ao Rio das Pombas (hoje município de Pouso Redondo). Houve ainda uma terceira investida de Odebrecht em 1867, na qual o engenheiro teria chegado a Curitiba e Lages, onde conseguiu levantar mais recursos para a exploração do caminho Blumenau-Curitiba. Esta trilha aberta em 1867, somente mais tarde, em 1874, foi convertida em um picadão para cavalos e cargueiros (muas carregados) entregue ao uso pelos tropeiros e imigrantes, e até 1920 seria a única via transitável entre Blumenau e o Planalto (PELLIZZETTI, 1981).

A criação do núcleo Riachuelo-Lontras no ano de 1878 marca a primeira tentativa de povoamento do Alto Vale. Esta tímida tentativa serviu para evidenciar a precariedade e os problemas que seriam comuns ao futuro da imigração no Alto Vale. A primeira dificuldade era o acesso a outros núcleos serra abaixo (DAGNONE, 2000). A medida que aumentava o tráfego de mulas cargueiras, piorava consideravelmente o estado do picadão. Em dias de chuva tornava-se inviável o trânsito, sendo necessário descarregar as carroças e levar as cargas nas costas. Com relação à data de início do povoamento de Ribeirão Lontras, consta no diário de H. Blumenau, citado por Pellizzetti:

“Início da colonização do distrito de Aquidaban até Subida, e do Ribeirão da Lontra com italianos, no ano de 1876. Estes colonos até 1879, abandonaram quase todos, esta localidade, em consequência da malária” (PELLIZZETTI, 1981, p.96).”

Este advento fez com que muitos abandonassem o núcleo, procurando melhores condições em Acurra, Rodeio e Rio dos Cedros, onde a colonização italiana avançava com maior sucesso. Mas foi um assalto dos índios Botocudos, ou Xóklengs, em 1885, que fez com que as últimas famílias abandonassem o núcleo. Atacados por um grupo de cerca de 100 índios, os colonizadores ficaram encurralados em suas casas. Dois imigrantes italianos foram mortos. Os demais fugiram a noite pelo picadão para Blumenau. A direção da Colônia enviou 50 homens armados, mas quando chegaram a Lontras, encontraram os corpos das vítimas, as casas e os ranchos incendiados e os animais mortos. Era o fim da primeira tentativa de colonização do Alto Vale do Itajaí (DAGNONE, 2000.).

Após o fracasso dessa primeira tentativa de povoamento, o diretor da Colônia, H. O. Blumenau, chegou a planejar no encontro dos rios do Oeste e do Sul, a criação de um aldeamento indígena para a pacificação e catequese dos Xókleng (DAGNONE, 2000). No entanto, com a demanda crescente por novos lotes coloniais e a necessidade de uma via de comunicação segura com o Planalto, prevaleceu a proposta de um povoamento para facilitar a manutenção da estrada da serra.

Em 1879, o diretor da Colônia concede três lotes coloniais de 25.000 metros quadrados (2,5 hectares) a José Siqueira Bege e seus irmãos, sob regime de arrendamento, podendo ser aproveitada a terra para colonização, construção de casas ou galpões, mas sem o direito de posse sobre a mesma.

Ficava apenas garantida a prioridade na escolha dos melhores lotes para compra pelos pioneiros. Ficou determinado que se fizesse uma derrubada de mata próximo ao encontro dos rios na localidade do Raso do Itajaí, ou Passagem do Humaitá, onde o gado atravessava com mais facilidade, e determina construção de uma balsa, dando direito aos colonos de cobrança de taxas pela passagem do gado por um período de três anos (BLUMENAU, 2004).

Com os ataques dos índios a Siqueira Bege, apenas em 1893, Rio do Sul teria um balseiro definitivo para a passagem inevitável das tropas pelo Itajaí do Sul (já que o Itajaí Oeste não precisava necessariamente ser cruzado, apenas seguido pela margem até a subida da Serra Geral). O caboclo Basílio Correa de Negredo, durante anos foi considerado o fundador da colônia Bella Aliança, (nome dado em homenagem ao encontro dos rios) e o primeiro morador a se instalar na região. Basílio foi chefe de operários da equipe de Emil Odebrecht, portanto, conhecia os caminhos das picadas e dos rios do litoral ao planalto, era católico, entendia o idioma tanto dos indígenas quanto dos alemães, e sabia lidar com os índios da região que haviam afugentado outros balseiros em tentativas anteriores de fixação de imigrantes. Somente quando o diário de Francisco Frankenberger foi encontrado, é que foi esclarecido que este sim fora o primeiro colonizador da povoação de Braço do Sul.

Francisco Frankenberger foi professor em Blumenau por três anos e assessor do Dr. Blumenau na diretoria da Colônia no ano de 1891. Em 1892, adquire um lote na localidade de Ribeirão Matador, e começa a produzir na terra, sendo considerado o primeiro colonizador a efetivamente ocupar as terras do Südarm (Braço do Sul), atual município de Rio do Sul (visto que a tentativa de 1878 com os italianos, foi no território do atual município de Lontras). Frankenberger começa a cultivar a terra em meados de setembro, mas mesmo antes de iniciar o trabalho na lavoura, já fazia anotações interessantes sobre o clima, o trânsito dos tropeiros, as subidas do rio. Este relato foi a maior contribuição deste pioneiro. Um registro épico de seu cotidiano que anos mais tarde revelou os primeiros dias de colonização no Alto Vale do Itajaí:

Agosto de 1892

(...) 27 – de manhã trovoada, depois choveu o dia todo. Ferramos o cavalo do H.P.; levei os móveis para Engelke, (estou) pronto para a mudança.

Setembro de 1892

01 – Chuva forte. Parei um dia em Aquidaban. (hoje Ibirama)

02- (dia) Muito Bonito. Cheguei são e disposto a Ribeirão das Lontras.

03 – Está o mesmo. Junto com H. Th. Spies mudei a Rio do Sul

04 – O mesmo. Estive com H. Horn agrimensando a terra.

05 – Coberto, chuva. Voltei de canoa, de passagem cacei antas, mas não deu nada.

06 – Chuva agradável a noite. Lua cheia. Rachei lenha em Lontras.

07 – Coberto, a noite chuva. Trabalhei pela primeira vez na minha colônia. (FRANKENBERGER, 2002, p17)

Depois de Frankenger, logo seguiram-se outros. Com a efetivação do povoamento, as comunicações entre o Planalto e o Médio Vale também vão se intensificando. No ano seguinte à instalação do primeiro imigrante, a entrada de novas famílias acelera esse processo.

A primeira movimentação econômica de importância para a povoação de Súdarm, começa com a instalação da Casa Odebrecht. Tratava-se de um entreposto comercial para os lageanos. Apesar de Ilson Blogoslowski (2000) citar Willy Hering como o primeiro empreendedor de um entreposto comercial (em 1906) no caminho para o Planalto, Emílio Odebrecht (2003) afirma que a casa comercial de Rudolf Odebrecht (filho mais velho de Emil) já funcionava desde 1904 nas imediações do encontro dos rios, a mais de 10km da colônia Matador, ponto mais central para a formação da povoação de Súdarm.

Em 1920, a casa comercial é transferida para uma construção imponente, de 3 andares, que segundo Emílio, foi inspirada na casa de Hermann Hering, cunhado de Rudolf em Blumenau.

“O subsolo servia de depósito. O térreo abrigava comércio de tecidos, chapéus, aviamentos, pólvora, chumbo, alimentos, querosene, cachaça, farinha de mandioca, tabaco em folha e comércio em geral(...) Os lageanos, como eram conhecidos (os tropeiros) traziam queijo, erva-mate e muito charque e em troca levavam tudo o que a Casa Odebrecht podia oferecer (munição, tecidos, cachaça, ferramentas, açúcar, sal, etc).” (ODEBRECHT, 2003, p07)

Além da casa comercial, Rudolf Odebrecht empreendeu a primeira serraria do povoamento, na confluência dos rios, lugar estratégico que ao longo do século XX abrigou as maiores serrarias do Alto Vale, pois toda a madeira que descia pelos dois rios podia ser entregue no estabelecimento para ser beneficiada. A serraria no início do século XX, era a única movida a energia elétrica, produzida por um locomóvel a vapor (**Foto 1**), que de dia movimentava as serra-fitas e a noite produzia energia para a povoação. Este empreendimento forneceu energia para Bella Aliança de 1925 até 1930. A casa comercial funcionou nesse modelo até 1937 quando foi assumida pelo genro de Rudolf Odebrecht. A partir daí passou a dedicar-se apenas ao comércio de tecidos, aviamentos, bordados e chapéus (ODEBRECHT, já citado).

No povoamento do Rio Matador, o destaque foi a Casa Comercial de Willy Hering. Filho de Carl Friedrich Hering e Clara Hering, imigrantes da primeira geração, nascidos na Alemanha, Willy nasceu em Warnow (posteriormente Indaial), em julho de 1883. Casou-se em 1905 e mudou-se para povoação Matador, primeiro núcleo de povoamento de Rio do Sul a cerca de 10 quilômetros da balsa

do Braço do Sul, que ficava na região central do distrito. Em 1906, inaugura um armazém, a primeira casa comercial da povoação de Matador. A casa comercial se torna bar, entreposto para os tropeiros do planalto, e mais tarde matadouro de porcos e fábrica de charutos. Esses empreendimentos permitiam aos colonizadores comercializar e beneficiar a produção localmente, sem depender da penosa descida de mais de 100 km até Blumenau, para vender seus produtos ou comprar insumos básicos como ferramentas, tecidos ou munição.

Esse tipo de facilidade estimulava a vinda de novos imigrantes e o avanço da ocupação de terras. Willy Hering instala ainda uma fábrica descascadora de arroz, e filiais comerciais em Lontras (caminho para Blumenau) e Pouso Redondo (caminho para a Serra Geral). Além dos estabelecimentos comerciais, Willy Hering se destacou como construtor de escolas alemãs e empreendedor da abertura de novas estradas, pelas quais requereu do Estado de Santa Catarina grande quantidade de terras para serem vendidas como lotes coloniais, conforme regia a lei no período. Com empreendimentos comerciais e fabris bem estabelecidos e terras para negociar, o surgimento da relação colônia-venda foi um passo natural. Novos colonizadores podiam comprar terras mesmo que não tivessem qualquer capital, pois poderiam trocar a produção de matérias primas (mandioca, milho, arroz, cana, madeira de lei, gado) por parcelas na compra da terra ou por outros produtos da venda (BLOGOSLAWSKI, 2000).

O terceiro empreendimento mais importante do início do século XX para a região foi o de Alfred Swarowsky. Nascido em São Bento do Sul, descendente de imigrantes poloneses, foi para a povoação Matador em 1916, no intuito de estabelecer empreendimentos. Com pequeno capital, inicia com uma olaria a tração animal. Posteriormente destacou-se na comercialização de tabaco, e estabeleceu ligação direta com a exportação para a Alemanha viajando constantemente para a Europa. Iniciou a atividade de comércio varejista, abatedouro e açougues, com a construção de estradas, sendo, portanto, o concorrente direto de Hering. Nas primeiras décadas do século XX, Hering e Swarowsky detinham o poder comercial da colônia Bella Aliança, além das maiores posses de terras. A presença de Swarowsky incomoda Willy Hering uma vez que os armazéns concentravam a movimentação econômica, política e social da colônia. O que não fosse encontrado na casa de Hering ou de Swarowsky, só poderia ser encontrado em Blumenau, na Casa Hoepcke (BLOGOSLAWSKI, opt cit.).

O estabelecimento de um entreposto oficial para o pouso do gado e o pagamento de tributos de certa forma oficializa o encontro dos rios como parada obrigatória para a rota Médio Vale-Planalto. Desde a segunda metade do século XIX, a arrecadação de fundos para a manutenção da rota, era um problema para o qual a Diretoria da Colônia Blumenau, o Estado de Santa Catarina e até mesmo o Império se dedicavam de maneira pouco frutífera. Isto porque além de caros, os serviços eram pouco duradouros e, após a passagem das tropas e as chuvas, a estrada voltava ficar intransitável.

Com a cobrança do pedágio pela passagem, a formação de um fundo de manutenção pôde resolver esse entrave. O encarregado da administração do fundo foi Walter Baumgarten. Nascido em Blumenau em 1872, Baumgarten se estabeleceu em Rio do Sul em 1908, onde comprou terras às margens do Itajaí do Oeste, fixando moradia provisória em um rancho de palha. Inicialmente trabalhou na lavoura, e no ano seguinte construiu residência definitiva próximo à confluência dos rios Itajaí onde instala em anexo a sua casa um bar, e posteriormente o Hotel Sul-Oeste em 1909 para receber os tropeiros. Este estabelecimento durante anos, foi a única hospedaria da região (JORNAL NOVA ERA, 1957).

Em 1913 é criado o Posto Especial Para o Pagamento de Tributos, próximo aos estabelecimentos de Baumgarten e Odebrecht, onde os tropeiros já estavam acostumados ao pouso (descanso e abastecimento). Baumgarten é nomeado encarregado da barreira, cargo que ocupou até 1933. Nos anos 20, a maior renda do município eram os tributos do trânsito de gado. Entre os embriões de indústrias podemos assinalar as empresas ligadas ao comércio e exportação de tabaco, matadouros de porcos, charqueadas, olarias, atafonas (fábrica de amido), engenhos de farinha, fábricas de massas e alambiques. Portanto, temos um período de comércio e indústria ligado em grande maioria, ao comércio de excedentes das culturas de subsistência. A fixação da barreira de tributação, e, portanto, a parada obrigatória das tropas, impulsiona a formação de um comércio regional forte. Surgiram ainda uma série de serviços relacionados a esta atividade (hospedagem, restaurantes, consertos de selas, ferragens de cavalos, pouso de animais, telegrafo) (KLUG e outros, 2000). Na década de 30, com a emancipação do município e a chegada da estrada de ferro, a passagem de gado pela área central da cidade passou a ser um incômodo, proibindo-se o trânsito de animais nas ruas durante o dia, o que impulsionou outros setores da economia municipal.

O fim da Primeira Guerra, marca a entrada de uma nova onda de imigrantes. Com a entrada de novos imigrantes, o aldeamento dos indígenas (1916), e o fim da construção da estrada para Curitiba (1919), o povoamento expandiu-se rapidamente nos vales do Itajaí do Sul e do Itajaí do Oeste. Foram criadas muitas empresas colonizadoras menores que vendiam terras aos colonos (WAIBEL, 1979). Entre essas empresas, destaca-se a de Willy Hering, de Rudolf Odebrecht, de Victor Gaertner, Luiz Bertoli e a já conhecida Cia Salinger de Blumenau, todos comerciantes regionais que investiam na negociação de lotes coloniais.

Nessa primeira fase, pode-se considerar que houve ao menos dois períodos mais marcantes na chegada de imigrantes. Em 1910 a construção da estrada para a localidade de Barracão, subindo a serra pelo Braço do Sul, e em 1919 e 1920 a construção das estradas para Taió e Curitiba pelo Braço do Oeste, consolidam o distrito de Bella Aliança como o encontro das duas rodovias do Médio Vale para o Planalto (PELUSO, 1949). O efeito da construção dessas estradas será aprofundado adiante.

Com a chegada da estrada de ferro em 1936 (empreendida por capitalistas alemães pressionados pelo governo estadual), tem início a Era da Madeira no Alto Vale. Instalam-se serrarias de todos os portes, fábricas de móveis, de esquadrias, portas, pasta de celulose e todo tipo de artefatos. Rebocadas pela indústria da madeira, surgem oficinas que além de concertar os equipamentos, produzem pequenas peças de reposição (PURNHAGEN, 2008). A indústria extrativista foi o embrião das futuras indústrias metal-mecânicas (Metalúrgica Riosulense, atualmente no setor de autopeças começou produzindo eixos de serras e peças para guindastes rebocadores de toras, Hergen no setor de máquinas para celulose, H.Bremer, caldeiras industriais). Destaque ainda para o surgimento de uma indústria de bicicletas (Hübsche) voltada ao mercado crescente de operários-agricultores que se deslocavam do campo para trabalhar nas fábricas. Na década de 70 a Hübsche é comprada pela H.Bremer, que cria a Metalciclo, hoje uma das maiores fábricas de peças para bicicletas da América Latina.

No entanto para Goularti Filho (2009), o papel da ferrovia, e em especial, da sua operação deficitária, é que desempenham papel preponderante no sucesso das empresas locais. Segundo o autor, dos sessenta anos de existência da ferrovia, 48 foram deficitários, e apenas 12 superavitários, e em 1946 quando o ramal chegou ao Porto de Itajaí, 69% da madeira chegava por esta via, enquanto em 1957 passou a apenas 10,4%, enquanto nas últimas décadas se apostava mais no transporte da fécula e do amido. Ora, o autor não pode deixar de levar em conta porém, que como dito, a ferrovia significou uma nova porta de entrada para a migração que antes não enfrentava os estradões da subida da serra. Consequentemente, o ciclo de derrubada de madeira em tora, em 1957 já estava de fato declinando, pois a ferrovia já havia chegado em Rio do Sul nos anos 30. Nos anos 50 a Hergen, a Induma e a Águas Negras já processavam a madeira em pasta de celulose e papelão, enquanto a Odebrecht, Tupinambá e Rohden transformavam em portas e janelas. E entre 1957 e 1961, como o próprio Goularti Filho aponta, a madeira passa a seguir para a BR 116, e não para a BR 470, pois a demanda por madeira para a construção de Brasília consumiu avidamente as florestas naturais de Santa Catarina. Ainda assim o autor insiste que

É muito comum encontrar estudos sobre a formação socioeconômica do Vale do Itajaí, principalmente Blumenau, que associa ao bom desempenho econômico da região a presença de imigrantes europeus e da pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1965). Junta-se a esta visão, a forte ideologia do trabalho e a ética protestante dos colonos imigrantes e a parcimônia como fontes originárias da riqueza individual e, por extensão, de todo o Vale (HERING, 1987) . (...) Os transportes fluviais e ferroviários foram fundamentais para a acumulação do comércio e da indústria local, que permitiam escoar a produção até o Porto de Itajaí. Além de ambas as modalidades, a partir de 1937 a EFSC passou a operar com a seção rodoviária, com dois ônibus de passageiros e dois caminhões. Todas as três modalidades operavam com déficit, coberto pelo tesouro estadual. Somente após 1945 começou a se intensificar o transporte rodoviário

privado com maior regularidade. Sendo assim, também reside nos déficits da Estrada de Ferro Santa Catarina, o bom desempenho econômico do Vale do Itajaí. (GOULARTI FILHO, 2009)

Ora, em menos de 30 anos - da fixação das primeiras famílias até meados da década de 20 temos: pelo menos três grandes casas comerciais distintas, bastante significativas para a fixação de novos colonizadores, com filiais em toda região. Uma série de pequenas fábricas produzindo ferramentas, móveis, charutos, cerâmica, farinhas, carnes, alimentos, bebidas, peças metal-mecânicas, um banco de micro-crédito, hotéis, restaurantes, um entreposto de tributação do gado além de representantes políticos defendendo os interesses dos distritos do AVI no município sede (Blumenau) e no estado. A Madeireira Riosulense (Grupo Odebrecht) se consolida como uma das maiores do estado, no local mais estratégico da região e produzindo energia elétrica para o município. Os empreendimentos de Swarowsky concentram a produção local de tabaco para exportar para a Europa.

A evolução econômica de Rio do Sul apresenta diferentes etapas, que aparecem sobrepostos. A economia natural, caracterizada pela produção de subsistência para o consumo das famílias apresentando uma pequena geração de excedentes. A economia de mercado, caracterizada pelas manufaturas, pelos serviços e pelo embrião do capitalismo comercial e industrial, de abrangência local, regional e iniciando sua abrangência nacional com a madeira e internacional com o tabaco. E por fim, ensaiando os princípios de um capitalismo financeiro, com criação de um banco cooperativo voltado para o fomento de atividades agropecuárias. Talvez se formasse localmente ainda uma economia capitalista de monopólio, visto que Swarowsky já concentrava toda a compra e venda de fumo, ligada ao mercado externo. Tais formações aparecem cedo na microrregião, se sobrepondo a medida que avança o desenvolvimento regional.

Conforme visto inicialmente, na década de 20 do século XIX, as opiniões na Corte eram divergentes com relação a entrada de colonizadores estrangeiros. Se por um lado o Império financiou a vinda de imigrantes entre 1824 e 1828, por outro lado, os gastos com mercenários (ex-combatentes na Europa) para funções de segurança em áreas de conflito no Brasil, eram muito mais significativos que os gastos com imigração colonizadora. Essa diferença desagradava às elites e divergia opiniões. Em 1829, Dom Pedro I solicitava a naturalização de imigrantes, permissão para concessão de terras e aporte de recursos para atender às necessidades dos imigrantes. No entanto a Lei Orçamentária de 15 de dezembro de 1830 em seu artigo 4, abolia qualquer gasto com colonização estrangeira em todas as províncias do Império. Em contrapartida, Santa Catarina criou uma lei própria, que excedeu a regra nacional. A Lei número 49 de 15 de junho de 1836 regulamentou a colonização de terras devolutas por iniciativas individuais, empresas ou companhias, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Com relação a atuação de empresas e iniciativas particulares de ocupação do Alto Vale, no que tange a demarcação e vendas de terra em seus principais formadores (os vales do Itajaí do Oeste e

do Sul), Piazza destaca ainda a importância da atuação de Victor Gaertner, Luiz Bertoli e da Cia Salinger de Blumenau. É preponderante citar a política do governador Hercílio Luz, de concessão de terras, títulos da dívida e mesmo pagamento em moeda pelo empreendimento de obras públicas. Obviamente o processo colonizador e de apropriação de terras não foi pacífico, pois de um lado se chocam os colonizadores com intrusos (posseiros) que já se haviam estabelecido na área, e de outra parte, com o processo revolucionário de 1930 que ao se instalar, cria um programa de revisão dos atos político-administrativos anteriores, e neste caso, se enquadram as concessões territoriais a antigos parceiros políticos do governo deposto.

Apesar de relatar a ação de colonizadores de maior vulto, o detalhamento trazido por Piazza esclarece o quão rentável poderia ser o a abertura de uma via. Em linhas gerais podemos dizer que a abertura de um metro linear de estrada poderia valer um hectare ou mais, dependendo da dificuldade do terreno. Segundo o autor, Victor Gaertner fez inicialmente, a 28 de fevereiro de 1919, um contrato com o governo do estado de Santa Catarina para a construção de uma estrada de rodagem da barra do Rio Trombudo à povoação de Corisco no município de Curitibanos, numa extensão de 90 km, ao preço de R\$ 5.000 o metro linear “em terreno de natureza vulgar” e a R\$ 10.000 o metro linear “em terreno pedregoso ou de rocha”, havendo um aumento de 10% para qualquer eventualidade. Quanto ao contrato, o governo do Estado de Santa Catarina se comprometia a pagar-lhe até Rs. 200\$000 em dívidas coloniais, e o restante em terras devolutas, ao preço de Rs. 20\$000 o hectare, as próprias para plantação a margem das estradas, e Rs. 15\$000 as terras de fundos e de faxinais. Tal contrato foi alterado em 23 de novembro de 1922, onde foram revistos os preços, estabelecendo-se um preço médio para as terras de R\$ 7.000 por hectare e da obra a Rs. 8\$000 o metro linear independente da classificação dos terrenos. Victor Gaertner concluiu 50 km de estrada, e tornou-se credor do estado de uma dívida de Rs. 400\$000\$000, e para ressarcir-se dessa importância mediu cerca de 50 mil hectares. Gaertner faleceu em 1926, e sua viúva Írma Gaertner transferiu suas posses para a Cia Salinger.

O descendente de italianos Luiz Bertoli também desenvolveu uma ação colonizadora que precisa ser conhecida para bem avaliá-la. Na cidade de Rio do Oeste, seus descendentes até os dias de hoje são grandes proprietários de terras, empresários industriais e representantes políticos no município e no estado. Bertoli nasceu em Timbó em 1879. Seu pai era ferreiro. Ainda criança ficou órfão de pai e mãe. Seguiu o ofício do seu pai, e estabeleceu-se com uma ferraria em Rodeio. Com problemas respiratórios, mudou-se para Lages onde o clima era mais ameno, e lá estabeleceu-se como tropeiro. Posteriormente passou a atuar no Alto Vale como caixeiro viajante da Sociedade Cooperativa São José, ascendendo mais tarde à gerência da organização. Em 1912, percebendo a necessidade de terras agriculturáveis para os excedentes populacionais das antigas áreas de colonização italiana do Vale do Itajaí, explorou o Vale do Itajaí do Oeste com alguns companheiros, fundando um povoado na

confluência do Rio das Pombas com o Itajaí do Oeste, local que deu origem ao atual município de Rio do Oeste.

Efetivamente a obra colonizadora de Luiz Bertoli tem início quando em 23 de novembro de 1920 assina com o governo do Estado de Santa Catarina – também no governo Hercílio Luz – o contrato pelo qual se compromete a construir uma estrada de rodagem do Rio das Pombas desde a sua barra até a estrada geral do povoado de Pouso Redondo numa extensão de 20 km, pagando-lhe o governo do estado Rs. 6\$000 o metro linear, sendo 1/3 em moeda corrente, 1/3 em títulos da dívida colonial, e 1/3 em terras, no valor de Rs. 5\$000 o hectare, as quais Luiz Bertoli deveria colonizar num prazo de 10 anos. Em 1921 Luiz Bertoli consegue um novo contrato, para construir 46 km de estradas vicinais a estrada Rio do Oeste-Pouso Redondo. Em 1922 conseguiu novo contrato para abertura de estradas, construção de pontes, bueiros, drenos, muros de arrimo e abertura de novas povoações.

Piazza relata que Luiz Bertoli não poupou esforços em aumentar o número de escolas, subvencionando-as. Citando jornais do período, o autor trás “Luiz Bertoli facilita notavelmente o pagamento aos colonos, pois além de dilatado prazo, aceita gêneros em pagamento, ao preço da praça. O preço de cada lote é de R\$ 2.500.000, e se comprometendo o colono a abrir estradas conforme o traçado e as condições que determinar o colonizador, o preço do lote ficara em R\$ 1.200.000.”

Em 1931, Luiz Bertoli pediu uma revisão de alguns dos contratos de pagamento com o governo sob alegação de que “as zonas onde estão situados os referidos terrenos, sendo em grande parte faxinais, um lote de 30 hectares é insuficiente para sustentar família, mesmo pequena, e um criador precisa de áreas de 100, 200, 500, 1000 e até mais hectares”. No entanto em um relatório sobre os andamentos dos trabalhos teria deixado registrado: “(...)o desenvolvimento da colonização cresce numa proporção muitíssimo satisfatória, sendo os terrenos muito férteis, e obedecendo as normas da boa colonização, dando os lotes frente para os ribeirões quando possível e servidos de regulares estradas para o franco escoamento de seus produtos. No momento temos: serrarias trabalhando - 6, serrarias em construção - 4, atafonas trabalhando – 8, atafonas em construção – 3, olarias trabalhando - 2, engenho de farinha trabalhando – 8, engenho de farinha em construção – 1. Os produtos predominantes são o fumo em folha, que já atinge uma safra de 13.000 arrobas, alcançando Rs. 15\$000 a arroba na colônia, o milho, que esta safra já produziu 15 mil sacas, das quais 1/3 serão exportadas, e o restante destinado a criação de porcos, ramo este que muito vem enriquecendo a colônia. Os outros produtos como feijão, arroz, aipim, batatas e fumo de corda são cultivados em menor escala e consumidos dentro da colônia”

A Cia Salinger, que já atuava em Blumenau como empresa comercial e industrial (e lá tivera problemas com os imigrantes, conforme relatado), passou a atuar no alto vale na compra e venda de lotes a colonizadores. Pedro Feddersem, sócio gerente da Cia Salinger era procurador de Victor

Gaertner. E Gaertner era ainda genro de Gustavo Salinger. Com o falecimento de Gaertner, suas posses são vendidas pela sua esposa à Cia Salinger. Além disso, a empresa compra terra de outros empreendedores menores, e esforça-se na abertura de estradas. Entre os registros de vendas da Cia Salinger, destaque para a venda de um lote de 114 hectares para Gustavo Feddersen e um lote de 514 hectares para Paulo Cordeiro, empresário que também empreendia abertura de estradas e construção de pontes, e foi prefeito nomeado de Rio do Sul em 1937.

PRIMEIROS ANOS POLÍTICOS, REVOLUÇÃO DE 30 E ESTADO NOVO

A história política de Rio do Sul, foi ricamente descrita por diferentes autores, como Dagnoni, Pellizzetti Lolla, Piazza e Cabral. Mas foi escrita por Klug com uma riqueza de detalhes, que sua descrição por si, pode trazer à tona alguns detalhes que esclarecem a ascensão dos liberais, as políticas emancipacionistas e mesmo a repercussão urbana e desenvolvimentista dos anos que se seguiram a 1931.

Em 1930 Getúlio Vargas assume o poder como chefe do governo provisório, situação que estendeu até 1934, com a promulgação da nova constituição federal. Nesse período são extintos os poderes legislativos em todos os níveis, de forma que se dissolvem o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais. O primeiro período Vargas pode ser dividido em três fases, 1930-1934 governo provisório, 1934 promulgação da nova Constituição Nacional e eleições presidenciais, que deu origem em 1935 a Nova Constituição Estadual permitindo a volta do legislativo no estado e nos municípios, e 1937 Estado Novo. Em 1934, Getúlio é eleito presidente constitucional, governando nesta situação até novembro de 1937 quando foi instituído o Estado Novo, o período ditatorial do governo Vargas que se estenderia até 1945. Neste período a prática era os estados serem governados por interventores, nomeados pelo governo federal, e os municípios, administrados por prefeitos indicados pelos interventores. Assim, os interventores estaduais eram responsáveis perante o governo federal e os prefeitos responsáveis perante os interventores federais nos estados.

Nas três primeiras décadas do século XX, foi marcante em Rio do Sul, a atuação específica do deputado estadual Ermembergo Pellizzetti. Graças a ele foram atraídos italianos ao Alto Vale, que anteriormente era ocupado apenas por alemães. A necessidade de capital inicial para compra de lotes, animais, ferramentas e insumos, levou Pellizzetti a organizar um banco de microcrédito e posteriormente as Domingueiras Agrícolas, encontros onde os colonos trocavam sementes, informações, animais, garantindo o sucesso de suas empreitadas. Esses eventos também ofereciam premiações para animais e variedades mais produtivas. Foram iniciativas que impulsionaram a economia agrária a melhorar sua produtividade e buscar qualificação. Vale nesse ponto fazer uma observação, quanto a amizade de Pellizzetti com o italiano Giovanni Rossi. Rossi foi o fundador da

Colônia Cecília, em Palmeira, no Paraná. A Colônia Palmeira foi uma experiência anarquista, que teve como colaborador o próprio Imperador Pedro II. Pois bem, essa experiência se deu como uma tentativa de Rossi de criar uma estrutura de relações socioeconômicas onde os trabalhadores não tivessem que se submeter nem ao capitalismo comercial, industrial ou financeiro, nem a qualquer tipo de autoridade. Rossi era agrônomo por formação, e sabia da necessidade de aprimoramento técnico para a evolução das forças produtivas, apostando na construção de escolas técnicas, centros experimentais, fortalecimento da cultura, associativismo. No entanto a sua iniciativa no final do século XIX, é anterior a Revolução Russa. Portanto não haviam exemplos contemporâneos de sucessos ou fracassos nos quais Rossi pudesse se apoiar. A área onde se instalou a Colônia Cecília, prometidas por D. Pedro II no fim do Império, nunca foram de fato doadas, visto que com a Proclamação da República, Giovanni Rossi perdeu o apoio curioso do Estado, e teve de tratar de comprar as terras para implantar seu projeto. Vizinho de poloneses fortemente católicos e conservadores, a Colônia Cecília foi alvo de inúmeras hostilidades contra seus ocupantes, e as trocas regionais se dificultavam pelo ostracismo contra os anarquistas. Assim como ocorrera em Blumenau, a constante demanda por mão de obra para a abertura de estradas, construção de pontes e demais obras estruturais, estimulavam o abandono da terra e a busca por melhores oportunidades. Talvez se possa afirmar que algumas das iniciativas bem sucedidas em Rio do Sul, são a soma das experiências e aspirações de Rossi (crédito popular, associativismo, aprimoramento técnico, educação e cultura), à maturidade política de Pellizzetti.

Em seu diário Pellizzetti anotou com relação a expectativa da revolução que se desenrolava: “Feddersen afirma que não será nada, o governo federal tem forças. Constatando que todos estão otimistas, vejo que quase todos tem a certeza de que o exército federal estará ao nosso lado” . Mais adiante a questão parece menos tranquila, e Pellizzetti anotou que o governador Fúlvio Aducci questiona a bancada sobre a questão concreta de defender Blumenau: “o colega Feddersen afirma que isso é possível e mesmo fácil, pois necessitando, com sua ordem, Blumenau, coeso obedecerá a suas ordens e os necessários reforços não faltarão”.

Pellizzetti registrou o seu descontentamento com a ausência dos deputados na Assembléia Legislativa. Muitos deputados já tinham ido para o interior e outros tratavam de abandonar a cidade. Em 10 de outubro de 1930 Pedro Feddersen abandonou Florianópolis, e no dia seguinte Ermemberggo Pellizzetti fez o mesmo. Ao chegar em Blumenau encontrou a cidade ocupada pelos revolucionários, muitas pessoas nas ruas com lenços encarnados no pescoço, e a estrada de ferro, o telégrafo, o correio e a prefeitura tomados por gente de confiança da revolução (PELLIZZETTI LOLLA, já citada).

Dois dias depois de chegar em Rio do Sul, E. Pellizzetti anotaria em seu diário: “é verdadeiramente impressionante ver a variedade dos tipos: pretos, caboclos, velhos, novos, a maioria porém são brancos; tipos esfarrapados e descalços e também os bem trajados. Mais adiante anotaria

após a vitória da revolução “a atual Aliança Liberal é uma mistura de tantos elementos heterogêneos que não é preciso ser alto político para prever que não pode, por enquanto e muito menos no futuro, ter a possibilidade de efetivar o programa que prometeu ao povo”. No nível estadual isso se refletia no degladiar constante entre Aristiliano Ramos e Nereu Ramos pela dominação na política estadual.

Em outubro de 1930, a deposição de Washington Luís no Rio de Janeiro selou também a sorte do governador Fúlvio Aducci e seu governo. Com as tropas revolucionárias no continente frente a Florianópolis e a retirada da marinha, não restou alternativa a Aducci senão a de renunciar. No dia 25 de outubro assumiu como governador Civil e Militar de Santa Catarina o General Ptolomeu de Assis Brasil, sendo mais tarde nomeado Interventor Federal pelo governo provisório da República.

Sendo um deputado do Partido Republicano Catarinense, situação deposta pela revolução, Pellizzetti foi isolado politicamente e colocado a margem da situação do município de Rio do Sul. Para Piazza, a força eleitoral de Blumenau, superando em muito a dos demais municípios vai custar o seu desmembramento após a revolução de 1930. Para René Gertz, o desmembramento de Rio do Sul foi para poder diminuir o poder de Blumenau, base eleitoral da família Konder e do PRC. Klug contesta essa versão e a considera válida apenas para os casos das emancipações de Ibirama, Gaspar, Indaial e Timbó, todas em fevereiro de 1934.

Contraopondo a força local que tinha o Partido Republicano Catarinense (PRC), cujo principal representante local fora Pellizzetti, responsável pela criação do município, ascendem ao poder a partir de 1930, representantes do Partido Liberal (PL) e da Aliança Integralista Nacional – AIN. Observa-se ainda uma diferença diante do período anterior, no fato de que os novos representantes impostos pela interventoria estadual, muitas vezes eram quadros de destaque do partido, sem relação histórica com a política no município. No período anterior, os representantes locais mais importantes (Jansen, Feddersen, Pellizzetti, Hering) eram imigrantes que ascenderam ao poder econômico e político, e prezavam pela unidade territorial do município.

Como consequência do regime pós-revolução, houve ainda uma rápida ascensão do Movimento Integralista na região. Para Gertz, a ascensão do integralismo nessas áreas foi devido a hostilidade do governo federal e dos interventores contra as colônias alemãs, de forma que o integralismo começa a estabelecer-se logo depois das drásticas medidas tomadas pelo governo a partir de 1934 com as emancipações que fracionaram os municípios e a nacionalização do ensino. Nesse sentido Klug, citando Corrêa, traz a reflexão de que a simpatia dos alemães pelo integralismo foi perfeitamente compreensível considerando a estrutura política, bem como as formas externas de manifestação pública semelhantes entre o nazismo e o integralismo, já que as organizações puramente germânicas não aceitavam aqueles que não fossem alemães natos. Antes de se tornar ilegal com o

Estado Novo, a Aliança Integralista Brasileira foi muito bem sucedida nas eleições para as prefeituras em 1936, superando o tradicional PRC, e ficando atrás apenas dos liberais.

Com o Estado Novo, os alemães passaram a ser cautelosos com suas preferências político-ideológicas. Em 2010, em visita ao Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, no município de Ibirama, foi registrada uma imagem da construção do hospital da cidade na década de 30, com uma divisa de tapumes separando os operários brasileiros e os alemães. Na foto da inauguração da pedra fundamental do lado alemão, a bandeira nazista está hasteada. Há ainda em exposição no museu, uma mesa de reuniões de madeira, com a planta da cidade de Ibirama entalhada. Em cada lote colonial, pregos cravados marcam o volume de doações ao exército alemão. O total de doações arrecadadas é representado com pregos formando o brasão do exército nazista, conforme pode ser vistos nas **Fotos 1 e 2**.

Em 1945, é decretada a anistia, e marcadas as eleições presidenciais e parlamentares. A principal exigência era a de que os partidos tivessem caráter nacional. Surge assim o Partido Social Democrático - PSD agrupando os situacionistas estaduais, organizados pelos interventores. Na oposição, todos os que estiveram fora do regime, e não concordavam com o governo se juntaram na União Democrática Nacional – UDN. Em Santa Catarina, repetindo a polarização anterior ao governo Vargas, Nereu Ramos, que já fora o fundador do PLC, funda agora o PSD catarinense, e Adolfo Konder e Aristiliano Ramos fundam a UDN. Temendo mais um golpe continuista, os militares depõem Vargas, assumindo o presidente do STF, José Linhares. A queda de Vargas representou a queda de Nereu Ramos no estado, e a de Victor Buhr em Rio do Sul. A prática de nomeação de interventores porém persistiu até a completa redemocratização do país. José Linhares nomeou Luis Gallotti interventor estadual, que por sua vez nomeou Fernando Ferreira de Mello prefeito municipal. As principais transformações políticas do período descrito e alternância de lideranças no Brasil, em Santa Catarina e no município de Rio do Sul podem ser visualizadas resumidamente na **Tabela 1**.



Foto 1 : Inauguração do "lado germânico" das obras do hospital de Ibirama em 1942, ao fundo
hasteada a bandeira do regime nazista



Foto 2 : Mesa de reuniões com a planta da cidade de Ibirama entalhada na madeira.
pregos cravados nos lotes representam as doações ao exercito nazista

Fonte: Acervo do Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, Foto do Autor

Tabela 1 : Período dos Interventores - Partidos e Políticos Relacionados a Rio do Sul
 Governo Provisório de 1930, Governo Constitucional de 1934, Estado Novo 1937

| Presidente | Interventor | Deputado Federal | Deputado Estadual | Prefeito | Vereadores |
|---|---|---|---|--|--|
| Getulio Vargas - AL (1930-1934) | General Ptolomeu de Assis Brasil (1930 -1932) Rui Zoboran (1932-1933) Manuel Pedro da Silveira (1932-1933) Aristiliano Ramos (1933-1935) | Câmara dissolvida até 1934 | Câmara dissolvida até 1934 Henrique Voight – PRC (1934-1937) | Eugenio Davet Schneider - AL (1931-1935) | Câmara dissolvida até 1936 |
| Getulio Vargas- AL (1935-1937) | Nereu Ramos - PLC (1935-1937) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Victor Buhr - PLC (1935-1937) | PLC Augusto Brandes Joao Bertolli Walter Hering AIB Francisco Rauth Carlos Heuter Henrique Buhr Joaquin Egidio Regis |
| Getulio Vargas - AL (1937-1945) | Nereu Ramos - PLC (1937-1945) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Mateus Conceição AIB (1937) | Câmara dissolvida até 1947 |
| Getulio Vargas - AL (1937-1945) | Nereu Ramos - PLC (1937-1945) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Paulo Cordeiro - PLC (1938-1939) | Câmara dissolvida até 1947 |
| Getulio Vargas - AL (1937-1945) | Nereu Ramos - PLC (1937-1945) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Roberto Machado PLC (1939-1945) | Câmara dissolvida até 1947 |
| Getulio Vargas - AL (1937-1945) | Nereu Ramos - PLC (1937-1945) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Victor Buhr- PLC (1945) | Câmara dissolvida até 1947 |
| José Linhares (1945-1946) | Luis Gallotti – PSD (1945-1946) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Câmara dissolvida (1937-1947) | Fernando Ferreira de Mello – PSD (1945-1946) | Câmara dissolvida até 1947 |
| Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) | Udo Deeke (1946-1947) | Max Tavares do Amaral UDN Fernando Ferreira de Mello – PSD | Felix Odebrecht - PSD | Victor Buhr - PSD (1947-1947) | Câmara dissolvida até 1947 |

Fonte : baseado em J. Klug (já citado), Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal Regional Eleitoral. Organizado pelo Autor.

O primeiro prefeito de Rio do Sul, como assinalado anteriormente não tinha relações históricas e políticas com o município e sim com o partido. Eugenio Davet Schneider nasceu em Rio Negro, no Paraná. Era genro do pioneiro Gotlieb Reif, um dos primeiros empresários a empreendeder obras públicas em troca de terras, e que na ocasião dominava a economia na povoação de Pouso Redondo. Na gestão de Schneider foram criados os distritos de Pouso Redondo e Trombudo Central, em 1933, criou um plano de ordenamento urbano delimitando a área urbana e rural, investiu em educação e

infra-estrutura. Era correligionário de Aristiliano Ramos, e com a eleição de Nereu Ramos em 1935 pediu demissão do cargo. Foi indicado em seu lugar o Oficial de Imóveis do município Victor Buhr, até que houvessem as eleições em 1936.

Com as políticas instauradas a partir de 1934 restringindo até mesmo o convívio entre os descendentes de imigrantes, a Aliança Integralista conquista adeptos regionais apesar da sustentação do discurso “brasilianista”. Os integralistas acusavam os liberais e republicanos de terem abandonado à própria sorte os imigrantes, grandes responsáveis pelo progresso nacional. Em Rio do Sul foi eleito Mateus Conceição, natural de Curitiba, pela AIB. Com a sua candidatura impugnada pelos liberais, só assumiu 13 meses depois, após a realização de novas eleições. Apenas 8 meses depois de assumir foi decretado o Estado Novo. Tentou apoiar Nereu Ramos, mas foi demitido com o novo regime.

Com a instauração do Estado Novo, Nereu Ramos é nomeado Interventor Federal pela Aliança Liberal, em Rio do Sul, é empossado o empresário Paulo Cordeiro. Nascido em Blumenau, foi para o Alto Vale negociar terras, sendo um dos empreendedores grandes de obras públicas pelas quais recebeu terras colonizáveis. Criou 28 escolas públicas, e criou a Agência Municipal de Estatística.

Na gestão seguinte, foi nomeado Roberto Machado. Natural de Braço do Norte, foi o prefeito de maior permanência contínua no cargo. Era comerciante no município. Em sua gestão foi criado o distrito de Lontras, a Feira Agro-Industrial, inaugurada por Nereu Ramos com o objetivo de aumentar os investimentos e as arrecadações municipais.

O empresário Wenceslau Borini, nasceu em Brusque, mas aos 17 anos foi para o Alto Vale, afim de não levar a vida de lavrador de seus pais. Trabalhou como operário na construção da Estrada de Ferro Santa Catarina. Se estabeleceu em Rio do Sul, onde iniciou uma pequena madeireira em Trombudo Alto (atualmente Agrolândia). Para melhor desenvolver seu negócio, empreendeu a abertura da estrada ligando Trombudo Alto a Rio do Sul. Associou-se a Otto e Willy Renaux na construção de uma grande madeireira em Rio do Sul. Durante sua gestão Rio do Sul sofreu o seu primeiro desmembramento, em dezembro de 1948, com a criação os municípios de Taió e Ituporanga.

Helmuth Baumgarten foi o primeiro prefeito nascido em Rio do Sul. Em sua vida profissional, foi bancário, funcionário público, militar. Durante sua gestão são criados os distritos de Laurentino, Braço do Trombudo e Trombudo Alto. Rio do Sul sofreu os desmembramentos de Rio do Oeste, Trombudo Central e Pouso Redondo em 1958. Conseguiu realizar o projeto da gestão anterior, de construir o Aeroporto de Rio do Sul no distrito de Lontras.

Vitorio Fornerolli nasceu em Florianópolis. Filho de funcionário público da capital, Fornerolli foi militar, depois atuou em quadros de escritório das empresas Renaux, até ser contratado como diretor presidente Madeireira Tupinambá quando vai para Rio do Sul administrar a empresa. Durante o

seu mandato foram emancipados os municípios de Aurora e Agronômica, em 1964. Esse período correspondente ao fim do Primeiro Governo Vargas até o início da ditadura militar está resumidamente descrito na **Tabela 2**, p 44.

PRIMEIRAS DIVISÕES TERRITORIAIS

O período que vai da década de 50 até a década de 80, é marcado por sucessivas fragmentações do território ocupado pelo município de Rio do Sul, e a criação de pequenos municípios no Alto Vale. Não é possível afirmar com certeza que esta fragmentação foi uma retaliação direta ao poder do Partido Republicano Catarinense como relataram Gertz e Cabral já citados, ou ainda se as conseqüências foram boas ou ruins para a economia de Rio do Sul. Isto porque, apesar de perder um território imenso, ao longo das três décadas, o centro industrial e comercial do município era bastante concentrado no encontro dos rios, que permaneceu como sede.

Devemos, no entanto, lembrar que o processo de criação dos novos municípios teve que contar com o mesmo esforço pelo qual passaram as lideranças locais para desmembrar Rio do Sul de Blumenau. Na década de 30 do século XX, o deputado estadual Ermembergo Pellizzetti era uma liderança influente no governo do estado, e bem articulado na Assembléia Legislativa. Ainda assim foi preciso uma série de reuniões com outros deputados de Blumenau, secretários, além de organizar comitivas propagandeando o desenvolvimento autônomo do distrito, e combatendo as comitivas contrárias enviadas por Blumenau.

Temos então, o fato de que num sistema democrático, o representante local na Câmara dos Deputados, atendendo aos anseios das lideranças locais, inicia o processo apresentando um projeto de lei requerendo a emancipação do distrito. Para a aprovação é preciso contar com uma bancada favorável e apoio do governador.

No primeiro desmembramento sofrido por Rio do Sul, em 1948 (Taió e Ituporanga), o prefeito era o brusquense Wenceslau Borini, do PSD. Em breve descrição de sua legislatura (disponível em <http://www.riodosul.sc.gov.br/>), a historiadora Cátia Dagnoni relata que o prefeito encontrava uma série de dificuldades em função do tamanho exagerado do município. Sem apoio da Câmara de Vereadores para importar dos EUA uma retro escavadeira para abrir estradas, comprou o equipamento com recursos próprios e doou para a prefeitura. Podemos intuir que estas dificuldades administrativas podem ter impedido o prefeito a não se mobilizar contra os desmembramentos, visto que uma boa parte do território que compôs Ituporanga foi cedida por Bom Retiro, e Taió era um distrito exageradamente grande, e a mais de 60 km da sede do município. Os deputados estaduais eram Fernando Ferreira de Mello, da UDN, e Felix Odebrecht do PSD. A situação governista era o PSD, no Brasil, no estado e no

município, Felix Odebrecht era natural de Rio do Sul, enquanto Fernando Ferreira de Mello era mineiro de Alfenas, mas já tinha governado o município quando seu sogro Luis Gallotti assumiu a interventoria com o fim do Estado Novo.

Na gestão de Helmuth Baumgarten são criados os distritos de Laurentino, Braço do Trombudo e Trombudo Alto. Rio do Sul sofreu os desmembramentos de Rio do Oeste, Trombudo Central e Pouso Redondo em 1958. Eram deputados eleitos pelo município, Albino Zeni, natural de Piraquara, pela UDN, Walter Roussenq do PTB, natural de Rio do Sul, enquanto Orlando Bertolli, PSD, portanto situacionista, era a liderança do distrito de Rio do Oeste, onde sua família era pioneira na colonização e venda de terras.

Vitorio Fornerolli, de Florianópolis, era prefeito pelo PSD, enquanto a situação nacional era o PTB com João Goulart. Durante a sua gestão rio do Sul perdeu mais dois distritos, com a emancipação dos municípios de Aurora e Agronômica, em 1964. Foi uma situação política mais heterogênea, pois na presidência tínhamos o PTB, mas no estado governava Celso Ramos também pelo PSD. Na câmara, o município era representado pelos deputados Udo Altenburg da UDN e Luiz Binachi do Partido Democrata Cristão – PDC.

Tabela 2 : Partidos e Políticos Relacionados a Rio do Sul Entre o Fim do Estado Novo e Início do Governo Militar : 1945 - 1964

| Presidente | Governador | Deputado Federal | Deputado Estadual | Prefeito | Vereadores |
|---|---|-------------------------------------|---|--|---|
| Eurico Gaspar Dutra (1947-1951) | Aderbal Ramos da Silva PSD (1947-1951) | Max Tavares do Amaral UDN | Fernando Ferreira de Mello UDN Felix Odebrecht PSD | Wenceslau Borini PSD (1947-1951) | PSD Raymundo Mayr Victor Buhr Hermelino Largura Hermínio Prada Aristeu Diatolevi Silvio Pellizzetti Willy Schroeder UDN Carlos Schneider Arthur Hering Faustino Piazeria Artur Müller Siegfried Geffert PRP (ex AIB) Max Meinicke |
| Getulio Vargas PTB (1951-1954) | Irineu Bornhausen UDN (1951-1956) | Sem candidatos eleitos | Sem candidatos eleitos | Waldemar Bornhausen UDN (1951-1955) | UDN Adolfo Frischknecht Arthur Hering Arthur Siewerdt Henrique Bichels Leopold Schoeninger Policarpo Depiné PSD Arno Siewerdt Candido Rodrigues Orlando Bertolli Raulino Rosar PTB Algenério Santos Luiz Bianchi Paulo Skowasch |
| Café Filho | Irineu Bornhausen UDN | Sem candidatos eleitos | Orlando Bertolli PSD | Waldemar Bornhausen | PSD Raulino Rosar Silvio Pellizzetti UDN Leopold Schoeninger Adolfo Frischknecht Alfredo João Kriek Albino Zeni Artur C. dos Santos |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| PSP (1954-1955) | (1951-1956) | | | UDN (1951-1955) | Erico Knappmann Haroldo Swarowski Herminio Girardi Joaquim Pisetta Walter Rousenq Werner Mueller |
| Juscelino Kubitschek PSD (1956-1961) | Jorge Lacerda PRC-UDN-PDC (1956-1958, falecimento) Heriberto Hülse PRC (1958-1960) | Sem candidatos eleitos | Albino Zeni UDN Orlando Bertolli PSD Walter Rousenq PTB | Helmuth Baumgarten UDN (1956-1961) | Antonio Ledra Erich Schlater Erico Knappmann Helio Carneiro Herminio Girardi Jose A. Rocha Leopold Schoeninger Mario Dalponte Paulo Michels Raymundo Mayr Valmor Maes Vitorio Fomerolli Oswaldo Claudino |
| Janio Quadros PTN (1961 – Renuncia) João Goulart PTB (1961-1964) | Celso Ramos PSD (1961-1966) | Albino Zeni UDN Orlando Bertolli PSD | Udo Altenburg UDN Luiz Binachi PDC | Raulino João Rosar PTB-PSD (1961 – falecimento) Raymundo Mayr (1962) Oswaldo Claudino (1962) Vitorio Fomerolli PSD (1962-1965) | UDN Bernardo Stupp Haroldo Swarowski Herbert scheneider Leopoldo Venturi Lindolfo Trierweiler Moyses Boni PSD Siegfried Schlater Luiz Lenzi Leopoldo Schoeninger Adair Rosar Ledio alcantara PTB Walmor Roussenq Angelo Ernesto Silva |

Fonte: baseado em J. Klug (já citado) Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal Regional Eleitoral. Organizado pelo Autor. OBS: Os partidos dos vereadores na legislatura de 1956-61, e alguns membros da câmara da legislatura anterior não foram encontrados

PERÍODO MILITAR – 1964-1985

As eleições de 1965 foram as últimas do sistema pluripartidário. Por não ficarem plenamente satisfeitos com os resultados das eleições de 1965, o regime militar decreta o ato Institucional n. 2, que decreta as eleições indiretas para Presidente da Republica, e o ato complementar n. 4 que determina o bipartidarismo no Brasil, com um partido de apoio ao governo, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, e outro de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Essa política criou uma situação singular. A ARENA foi formada pelos políticos tradicionalmente adversários da UDN e do PSD.

O MDB foi formado pelos componentes da situação deposta em 1964, o PTB, mais os integrantes dos demais partidos de menor expressão. Entre o período de 1966 até 1983 não houve escolha democrática de governadores, tendo a cena política sido marcada pelos “governadores biônicos”, ou seja, novamente indicados pelo governo federal, como nos tempos dos interventores. Completando o quadro antidemocrático, em 1974 assume Ernesto Geisel e contrariando a promessa de abrandar o regime, temendo a crescente expansão do MDB, em 1977, fechou até o ano seguinte o congresso nacional, que no período tinha a presença do riosulense Albino Zeni, em seu quarto mandato consecutivo.

Em 1979 assume João Figueiredo, prometendo transformar o Brasil num país democrático. Decretou a Anistia Política, e extinguiu o MDB, abrindo caminho para a volta do

pluripartidarismo no país. Com a extinção da ARENA, o partido governista passa a ser o Partido Democrático Social – PDS. Se organizam o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, ressurge o Partido Trabalhista Brasileiro- PTB fundado por Vargas, além do Partido dos Trabalhadores – PT. As transformações políticas decorrentes em todos os níveis nesse período estão organizadas na **Tabela 3** p46.

Tabela 3 – Partidos e Políticos Relacionados a Rio do Sul entre o Início e o Fim do Governo Militar : 1964-1985

| Presidente | Governador | Deputado Federal Pela Região | Deputado Estadual Pela Região | Prefeito | Vereadores |
|---|--|--|---|--|--|
| Castelo Branco ARENA (1964-1967) | Ivo Silveira ARENA (Governador Indicado) (1966-1971) | Albino Zeni ARENA | João Custodio da Luz ARENA Hermelino Largura ARENA Helio Carneiro ARENA | Alfredo João Kriek UDN (1965-1969) | ARENA Aristeu Valle Carlos Schoroeder Geraldo Cordeiro Joaquim Santana Juracy Dalfovo Ledio Alcantara Luis Sché Max Meinicke Moyses Boni Ogenil de Oliveira Odelar Traple Walgenor Teixeira Wenceslau Borini |
| Artur da Costa e Silva ARENA (1967-1969) | Colombo Machado Salles ARENA (Governador Indicado) (1971-1975) | Albino Zeni ARENA | João Custodio da Luz ARENA | Artenir Werner ARENA (1969-1972) | ARENA Alcides Ledra Alvaro Rosa Artur Koening Egon Ewald Emir José Soar Fedele Rosa Guilherme Butzke Hans Spieweck Haroldo Swarowski Juracy Dalfovo Lauro Silva Oldemar Traple Victor Lucas |
| Emilio Garrastazu Médici ARENA (1969-1974) | Antonio Carlos Konder Reis ARENA (Governador Indicado) (1975-1979) | Albino Zeni ARENA | Lauro André Silva MDB | Danilo Lourival Schmidt MDB (1972-1976) | ARENA Alvaro Rosa Antonio Gottardi Antonio Ledra Emilio José Soar Helio Traple Zilton de Souza MDB Aldo Siebert Almo Vieira Geraldo Cordeiro Ogenil de Oliveira Paulo Fronza |
| Ernesto Geisel ARENA (1974-1979) | Antonio Carlos Konder Reis ARENA (Governador Indicado) (1975-1979) Jorge Bornhausen ARENA (Governador Indicado) (1979-1983) | Artenir Werner ARENA | Heitor Luiz Sché ARENA Lauro André Silva MDB | Luiz Adelar Soldatelli ARENA (1977 -1982) | ARENA Ademir Hasse Antonio Cavilha Bruno Medeiros Carlos Mendonça Isabel Batschauer Helio Traple Werner Skowash Zilton de Souza MDB Almo Vieira Aloysio Sebold Orlando Deluca Otilio Black |
| João Figueiredo PDS (1979-1985) | Jorge Bornhausen ARENA (Governador Indicado) (1979-1983) | Artenir Werner ARENA Ivo Vanderlinde PMDB | Heitor Luiz Sché PDS Lauro André Silva PMDB | Danilo Lourival Schmidt PMDB (1983-1987) | PMDB Aldo Cristofolini Celso Dellagiustina Claudio Cimardi José silva Luiz Valiatti Otilio Black Siegfried Hasse |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | <p>PSD Alcir Teixeira Aristeu Valle Bruno Medeiros Claudio schwinden Hilario Rosa Zilton de Souza</p> |
|--|--|--|--|--|--|

Fonte: baseado em J. Klug (já citado) Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal Regional Eleitoral.

Com os desmembramentos houve um incremento dos setores comércio e serviços que se concentraram em Rio do Sul, atendendo os municípios vizinhos. Isto ocorre porque essas atividades tipicamente urbanas estavam concentradas na sede. A criação de municípios sem sede urbana expressiva, implica num ínfimo repasse do Estado, que como visto se baseia em ICMS e IR, que são insignificantes no meio rural. Sem repasses significativos, a possibilidade de investimentos urbanos é quase nula, ficando a população mais dependente dos serviços da cidade polarizadora da microrregião. Há nesse período uma intensa concentração de população na área urbana de Rio do Sul, e diminuição da população rural. Conseqüência por um lado, do aumento das dificuldades para o pequeno produtor em ficar numa povoação sem banco, sem cooperativa, oficina, lojas de insumos, escolas, hospitais; e por outro, das oportunidades crescentes nas atividades urbanas decorrentes da chegada da ferrovia que intensifica o ciclo madeireiro e as atividades industriais a ele relacionado.

Além disso, seguindo a linha de raciocínio de Waibel (1977) tendo em vista o início da colonização em 1892, sua intensificação a partir de 1920 com a estrada Blumenau-Curitiba, e mesmo o sistema de rotações melhorada (consorciação com o gado), nos anos 50 e 60 já estava ocorrendo um decréscimo da produtividade em vista do tamanho reduzido dos lotes. Num período em que a agricultura começava a se mecanizar e modernizar no país, Rio do Sul mesmo com um relevo acidentado, é apontado como município com a agricultura mais mecanizada do estado (KLUG , 1999).

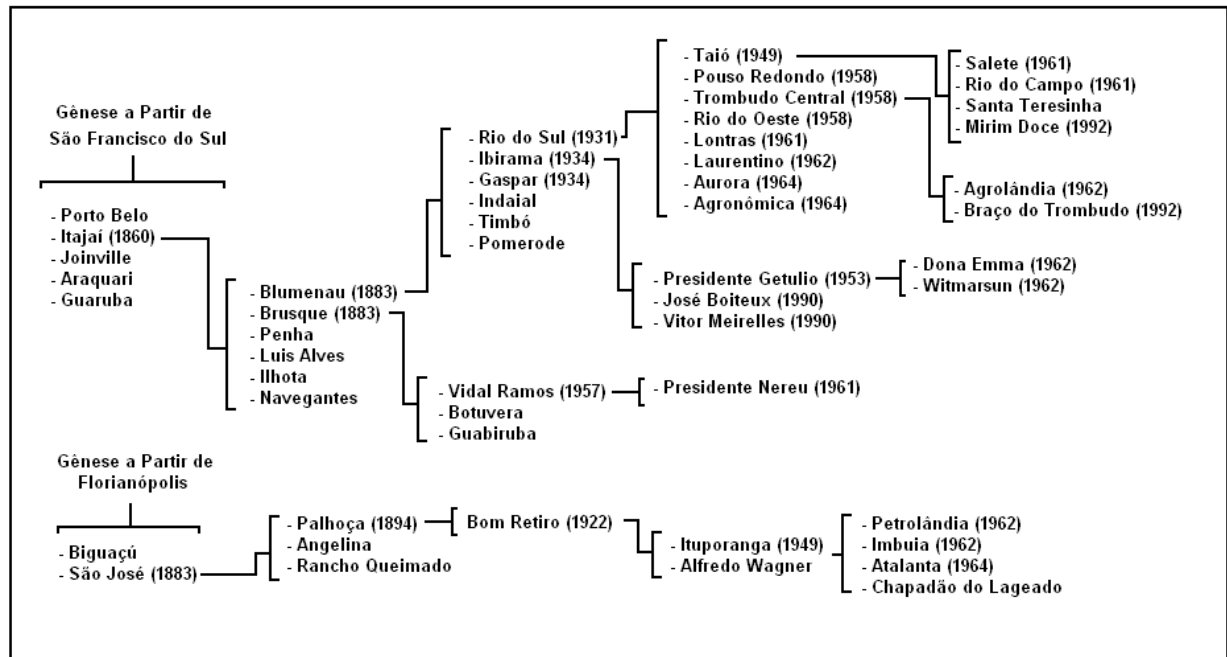
Num panorama geral podemos entender que os primeiros colonizadores chegaram na última década do século XIX, e até na década de 1920 foram se concentrando ao longo das estradas principais que seguiam o Itajaí do Oeste e o Itajaí do Sul rumo ao planalto. É ao longo destes rios que a madeira vai se esgotar primeiro, pois às suas margens estão as madeiras mais importantes. É a partir desses dois grandes vales que a colonização vai avançar para pequenos vales tributários, pois os leitos dos rios eram os caminhos mais fáceis de transpor. Quando as terras começam a se esgotar ao longo dos rios e estradas principais, nas décadas de 40 e 50, o meio urbano já está bem estabelecido, com bancos, lojas de implementos, indústrias, comércios. Nessa década quem deixou o campo encontrou todo tipo de oportunidade na cidade, em especial na indústria da madeira, a qual o colono se adaptava com facilidade, por ser a derrubada e a lavra da madeira uma etapa obrigatória da colonização. Quem ficou no campo pode comprar terras baratas dos vizinhos, modernizar as propriedades com bombas d'água, micro tratores, colheitadeiras, arados.

Existem relatos nas próprias empresas de colonização de compras de lotes maiores, na faixa dos 75 a 100 hectares, o que equivale a 3 ou 4 vezes o tamanho normal para a região. Nos anos 60 e 70 a estrada de ferro era por um lado a porta de entrada de novos colonizadores agora vindos do litoral e do sul do estado, e por outro o escoadouro da produção de todo o Alto Vale, o que significou uma intensificação da agricultura, das derrubadas, da venda de terras e da urbanização da população. Com a abertura de novas frentes pioneiras no planalto e no oeste, agora facilmente acessado via Taió-Curitibanos e Ituporanga-Alfredo Wagner, a migração seguiu adiante, e as terras foram pouco a pouco divididas pelos filhos dos colonos que ficaram pra trás.

Em 1930 o município de Blumenau tinha um total de 98.663 habitantes, dos quais, 23.816 pertenciam ao distrito sede (Blumenau), 11.608 ao Distrito de Hamônia (Ibirama), e 18.498 ao distrito de Rio do Sul (DAGNONI, 2000). Além de ser o segundo mais populoso, era o segundo em importância econômica e territorial. O Alto Vale do Itajaí tem uma área de aproximadamente 7.500 km², formado por 28 municípios. Rio do Sul, é relatado na publicação de Peluso (1954) com 3.889 km². Isso significa que o território original desmembrado de Blumenau em 1931 equivalia a 52% da área do Alto Vale e a 4% da área do Estado de Santa Catarina. Atualmente o município tem apenas 252 km². Isso equivale a apenas 6,6% da sua área original, e a 3,4% da área do Alto Vale.

Quanto à formação do Alto Vale a partir da fragmentação de Rio do Sul, há uma divergência entre Dagnoni (2000) e Klug (1999). Dagnoni afirma que o município de Ituporanga foi desmembrado de Bom Retiro e Klug afirma que foi desmembrado também de Rio do Sul. Seguindo o raciocínio a partir da análise de Dagnoni, desmembraram-se diretamente de Rio do Sul, 8 municípios, e indiretamente outros 6, totalizando 14 cidades criadas a partir do território desmembrado de Blumenau. Para Klug, teriam sido 9 municípios desligados diretamente, dos quais surgiram outros 10, totalizando 19 cidades criadas do território original de Rio do Sul conforme ilustra a **Figura 2**.

Figura 2: Formação Territorial do Alto Vale do Itajaí – Divisões Territoriais



Fonte: DAGNONI, 2000

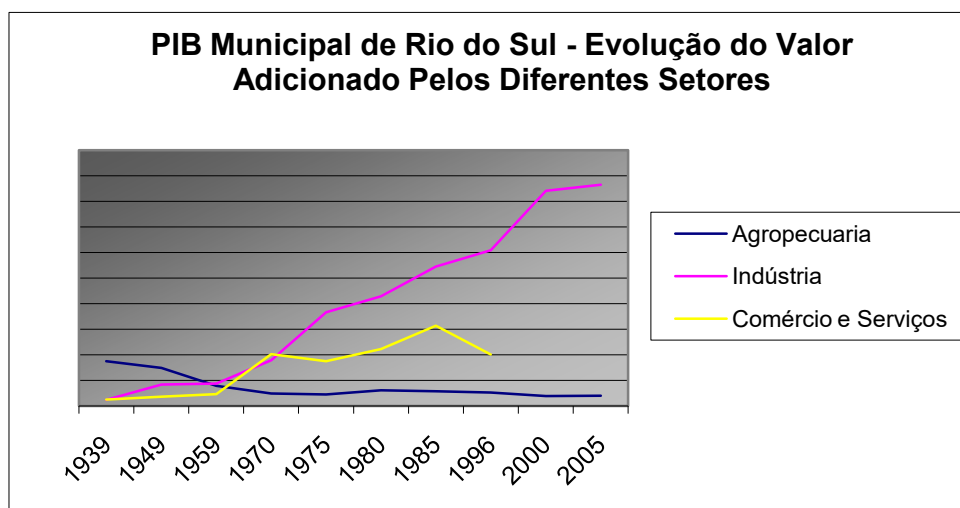
AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DECORRENTES

Na prática isso representa uma perda de população de mais de 50% do contingente total. Mas o desenvolvimento que se dá a seguir se reflete na mudança brusca da população do espaço rural para o espaço urbano. A ausência de comércio e serviços, dos quais dependiam os municípios recém criados, levou a população a buscar a cidade e ir deixando de lado as dificuldades do campo e rumar para as fábricas. As distâncias entre os emancipados e Rio do Sul é, em media de 30 km, e com a ferrovia ligando as cidades, era possível para a população mais jovem ir para a cidade, e trabalhar na roça só nos fins de semana, enquanto os mais velhos permaneciam no campo, fenômeno que se repete até os dias de hoje

Em 1939, o valor adicionado ao PIB municipal pela agricultura, era nada menos do que o maior do estado. Já foi dito anteriormente que em 1931 quando se desliga de Blumenau, Rio do Sul começa sua história própria como 4º economia do estado. Este valor do PIB de 39 revela, portando, que até aí a economia do município era predominantemente agrária. Em 1949, a parcela do PIB municipal referente a agricultura cai 16%. Em 1959, auge do ciclo da madeira, despensa 55%. Finalmente em 1970, com um aparelho industrial bastante desenvolvido (madeira, fécula, máquinas, química, alimentos) as entradas do recurso no PIB municipal por parte da agricultura já haviam caído 73% com relação aos valores de 1939. (IPEA 2008).

Em contrapartida, se observamos os valores adicionados ao PIB municipal pela indústria, em 1939 quando era o município que mais rendia aos cofres públicos divisas da agricultura, com relação a retornos da indústria, ficava com a 12º posição. Em 1949, com a estrada de ferro já consolidada e a indústria madeireira em expansão, já sobe para 8º posição, mas o crescimento das entradas da indústria no PIB municipal é da ordem de 400%. De 1949 para 1959 há uma visível estagnação de forma que os valores praticamente são os mesmos, o que pode estar ligado as perdas de territórios que se dão no período. No entanto em 1970 as entradas no PIB por parte da indústria, são o dobro das divisas de 1959. Em 1975, já são o dobro das entradas de 70, e a partir daí o crescimento é contínuo como mostra a **Figura 3**.

Figura 3 – Evolução do PIB Municipal de 1939 a 2005



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

(faltam dados para o comércio e serviços na fonte consultada a partir de 1998)

O setor do comércio e dos serviços sofre oscilações mais distintas. De 1939 para 1949 há um crescimento de 67% (5º posição no estado entre os municípios que mais adicionaram ao PIB pelo setor comércio e serviços). De 1949 a 1959, período das primeiras divisões territoriais e grande desenvolvimento industrial, o setor cresce 80%. O grande salto se dá de 1959 a 1970 quando se dão as últimas divisões territoriais, a indústria atinge sua maturidade, com a produção de máquinas para indústria de madeiras e outras indústrias de bens produção (Hergen, H. Bremer, Metalúrgica Riosulense, que no período produzia máquinas para beneficiamento de madeira), o ciclo da madeira chega ao auge. O comércio e os serviços crescem em valores pagos ao PIB nada menos do que 440% com relação aos valores anteriores, o que mostra mais uma vez que a urbanização da população e o desenvolvimento industrial afeta sobremaneira esses setores. Em 1975 há uma queda de 15% associada provavelmente ao fim da ferrovia em 1971, que abalou a indústria local (início do declínio

das madeiras, feccarías perdem competitividade para o Paraná, que era garantida pelo frete baixo). De 1975 para 1985 um novo salto comercial de 178%, e por fim, uma nova queda de 1985 para 1995 (28% de decréscimo), que desta vez está associado a saída de grandes empresas do município (HM-Hermes Macedo, Casas Pernambucanas, Sulfabril) e as dificuldades surgidas com as aberturas econômicas do início dos anos 90.

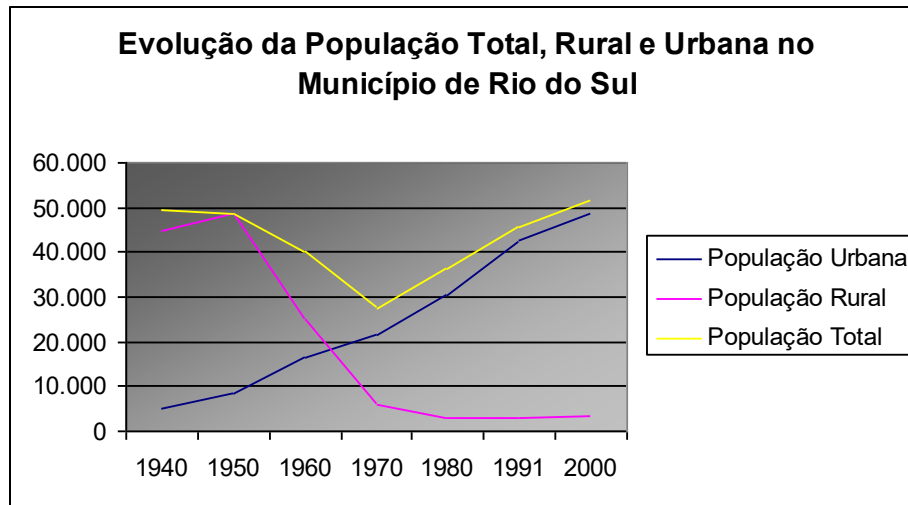
AS TRANSFORMAÇÕES POPULACIONAIS DECORRENTES

A evolução da população municipal nesse período mostra oscilações bastante regulares às transformações territoriais e econômicas. Quando o território ainda compreendia a metade da área do Alto Vale do Itajaí, os dados do censo de 1950 apontam uma população total de Rio do Sul era de 57.152 habitantes (equivalente a população atual). Nessa primeira contagem, a população rural compreendia 85% dos moradores e a urbana 15%. Observa-se que nesse período apesar de já estar se dando o desenvolvimento industrial do município, ainda haviam muitos distritos agregados absolutamente rurais (Agrônômica, Lontras, Taió, etc).

No censo de 1970, após as divisões territoriais que se deram nos anos 50, e 60 principalmente, o município tem uma população total de 27.538 pessoas, o que representa uma queda de 48% com relação a 1950. Nesta contagem o que surpreende é a inversão dos dados anteriores. Em 1970, a população urbana já corresponde a 77% dos habitantes e a rural 23% (reforço aqui o estímulo provocado pela dependência dos municípios fragmentados à economia urbana riosulense) conforme mostra o gráfico evolutivo da **Figura 4**.

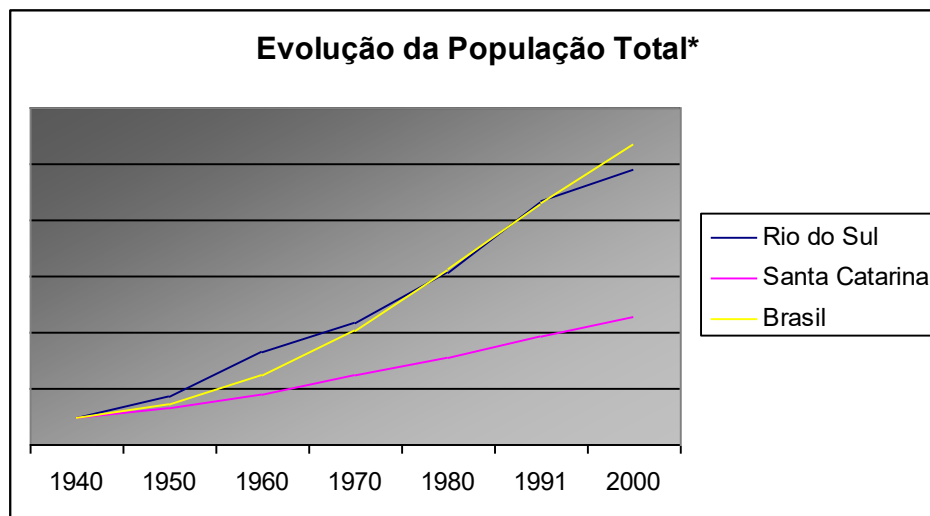
Nas contagens seguintes essa tendência só é reforçada. Temos em 1980 um crescimento da população total de 21% com relação aos dados de 70. A população se urbanizou ainda mais, tendo chegado a 91% da população total, contra apenas 9% de população rural. Em 1991 a população cresce 27%, e os habitantes da área urbana somam 93%. De 1991 para 2000 há uma queda na velocidade de crescimento. A população total cresce apenas 18% chegando a 51.650 habitantes e a relação entre população do campo e da cidade permanece a mesma de 91. Até 2010, este ritmo se mantém nos mesmos 18%, com a população alcançando um total de 61.198 habitantes. A população urbana agora corresponde à 92,7% da população. Se comparado o crescimento do município, com o do Estado de Santa Catarina e com o Brasil, observa-se que Rio do Sul cresce num ritmo mais próximo ao do Brasil e superior a velocidade de crescimento de Santa Catarina. Para efeito comparativo, é preciso abstrair a dinâmica da população rural e usar os dados da população urbana, uma vez que a maior parte da população rural se perdeu com as divisões territoriais. O resultado pode ser visto na **Figura 5**.

Figura 4: Variações de População



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

Figura 5: Comparativo de crescimento populacional

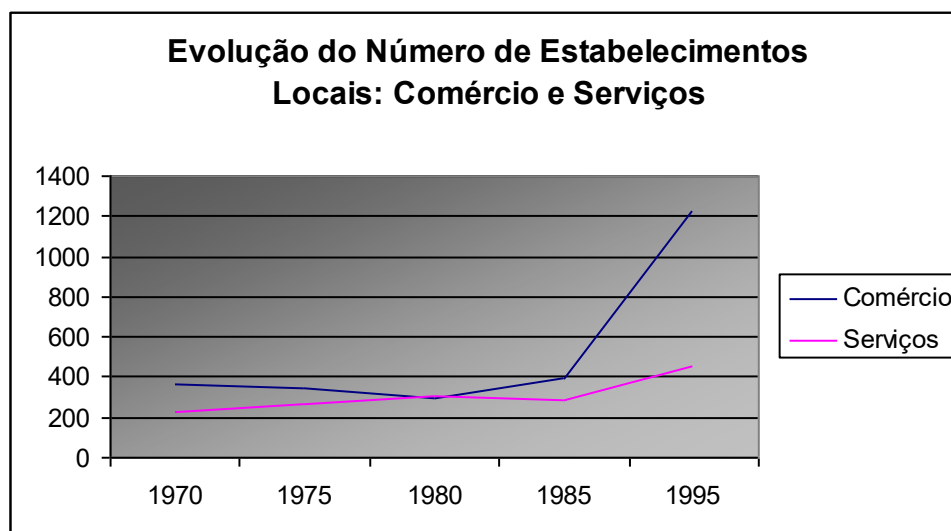


Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

Quando observa-se a figura 3, há uma clara queda no número total de habitantes que se inicia na década de 50 e chega ao ápice na entrada dos anos 70. Essa perda de população associada a perda de território, deve ser considerada para evitar mascarar os dados de que apesar de estar perdendo mais de 50% da população, Rio do Sul estava em franco desenvolvimento, se industrializando e urbanizando a sua população. Esse crescimento se manteve nas décadas seguintes, só voltando a desacelerar nos anos 90, quando a cidade passa a crescer num ritmo menor que o do Brasil.

É bastante relevante observar que um município que inicia a sua trajetória como a economia rural mais dinâmica do estado (dados de 1939), avança as décadas seguintes com intensa industrialização e fixação da população na cidade. Abre mão de áreas agrícolas emancipando os municípios menos urbanizados e se concentra nas atividades da indústria, comércio e serviços. Acaba assim tirando bom proveito de ser um centro local orbitado por diversas economias pouco expressivas, e o período posterior as divisões territoriais é caracterizado pela supremacia pelo menos numérica do comércio na economia municipal com mais de 1200 empresas, enquanto os serviços estão na casa dos 400 estabelecimentos conforme a **Figura 6 e 7**.

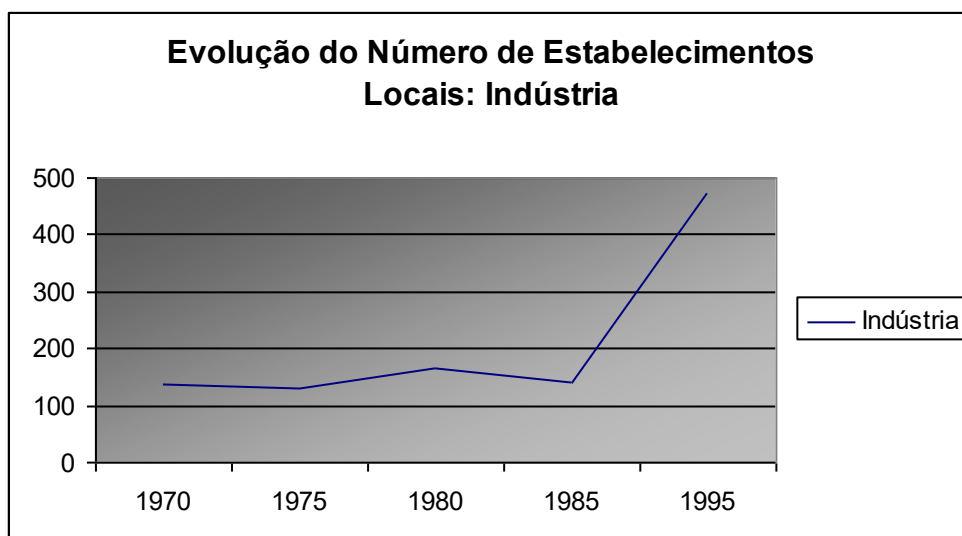
Figura 6 – Crescimento do Comércio e dos Serviços da década de 70 a década de 90 do Século XX



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

Apesar de não apresentar um crescimento numericamente comparável, pois o número de indústrias no município chega aos anos 90 se aproximando da casa dos 500 estabelecimentos, o gráfico evolutivo é mais revelador. A curva do gráfico de estabelecimentos é tão acentuada quanto o de estabelecimentos comerciais. O período abordado no gráfico compreende a diversificação de setores, visto que com o declínio da madeira, as indústrias de fornecimento de máquinas foram se especializando em outros ramos (fornecimento de energia, autopeças, guindastes). No setor têxtil o fechamento da Sulfabril (matriz em Blumenau, mais de 700 costureiras em Rio do Sul) deu origem a dezenas de fábricas menores, facções e confecções de fundo de quintal que ganham corpo e incentivo público nos anos 90. A evolução dos estabelecimentos industriais está ilustrado na **figura 7**.

Figura 7 – Crescimento da Indústria entre a década de 70 a década de 90 do Século XX



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

AS MUDANÇAS NA URBANIZAÇÃO

A ocupação de Rio do Sul como já mencionado, veio em direção ao Alto vale partindo de Blumenau. Portanto o primeiro povoamento surgiu no bairro de Bela Aliança, a poucos quilômetros do atual município de Lontras. Ali se instalaram pequenas atividades produtivas e comerciais, e dali partiram estradas secundárias como a do Ribeirão Matador e a do Ribeirão Taboão. A estrada geral de Bela Aliança seguiu posteriormente para o encontro dos rios, onde se instalou a balsa. Como esse ponto era parada obrigatória dos tropeiros, ali começa a se instalar uma nova centralidade local, com atividades comerciais e serviços de apoio aos viajantes.

Depois da instalação desse segundo núcleo de povoamento, vão se formando povoações margeando os rios, que deram origem aos bairros Canoas, Barragem, Barra do Trombudo, Canta Galo. Do encontro dos rios partem dois novos ramais em 1920, buscando encontrar o planalto margeando os rios, cada um por um dos vales. Os principais tributários do Itajaí Oeste e Sul direcionam a abertura de novas estradas. No encontro do Rio das Pombas com o Itajaí Oeste, forma-se o povoamento de Rio do Oeste. Na nascente do Pombas, o povoamento de Pouso Redondo. No Itajaí do Sul igualmente, em seu encontro com o Ribeirão Trombudo a povoação de Trombudo Central, e na nascente do mesmo a povoação de Trombudo Alto (Agrolândia). No encontro do Itajaí Sul com a estrada geral forma-se a

povoação de Pastagem (Agrônômica) e no encontro do Itajaí Oeste com a mesma estrada, o povoamento de Laurentino.

As estradas abertas entre a foz dos ribeirões e as nascentes foram abertas pelos empreendedores particulares, e posteriormente as terras comercializadas com os novos imigrantes. Logo, os encontros dos ribeirões com os rios principais se tornavam naturalmente o melhor ponto de concentração de estabelecimentos, e a derivação das estradas para os núcleos menores.

Quando a Estrada de Ferro Santa Catarina passou a conectar os municípios do Alto Vale, o caminho mais fácil para a instalação da ferrovia era o terreno naturalmente plano. Ou seja, as várzeas dos rios. Para evitar as inundações naturais, foram construídos patamares elevados onde se instalaram os trilhos, e esta via acompanhou em grande parte do percurso as estradas gerais. Nas nucleações centrais se instalaram os armazéns de carga e terminais de passageiros.

Seguindo a mesma lógica, as madeiras foram se instalando da mesma forma. Primeiro porque rios e ribeirões facilitavam o escoamento da madeira em períodos de cheia. Depois, porque em uma região de relevo acidentado e formada por dezenas de vales, o imigrante subia as encostas derrubando a mata e extraindo as toras de valor econômico, que eram roladas naturalmente para baixo, para as várzeas, e estradas. E depois, porque com a ferrovia termina a dependência da economia extrativista do regime de chuvas. Até então, a economia fluía tranquilamente quando não chovia. Quando chovia, as estradas ficavam inviáveis, e a carga só podia descer de balsa se o rio estivesse muito cheio. Se o rio não estivesse cheio o suficiente, mas as estradas molhadas, os carroções não transitavam. A ferrovia possibilitava o amplo beneficiamento da madeira, a fabricação tabuas, de portas e janelas, pasta de celulose.

Essa determinação, natural e econômica, resultou numa ocupação urbana espalhada prioritariamente pelas partes planas nos fundos dos vales. Nesta ocupação inicial, se misturam indústrias, serviços públicos, comércio, serviços, residências de operários e empresários, e as já mencionadas estações e linhas ferroviárias. Apesar de todas as adversidades já conhecidas dos colonizadores, esse padrão de ocupação vai se manter até o advento das enchentes de 1983 e 1984.

Em 1983 choveu em apenas 15 dias 422 milímetros, nada menos do que 1/3 do esperado para o ano. A grande enchente que destruiu vários municípios no Vale do Itajaí afetou a maior parte área urbana da cidade de Rio do Sul. De acordo com Klug, 120 das 125

indústrias do município foram atingidas. Além das indústrias, do comércio e dos serviços, as estradas que corriam pelas várzeas também foram seriamente danificadas. Muitas fábricas fecharam as portas, especialmente as do setor de madeiras, que a essa altura já não tinham mais o que extrair nas proximidades e nem contavam com a ferrovia extinta na década anterior.

Em 1984, a catástrofe se repetiu sem que os empresários e a população tivessem tido tempo de se recuperar da anterior. O município não tinha passado por uma transformação profunda no ordenamento. As indústrias que tinham sobrevivido a crise não tinham mudado de endereço. E de acordo com Purnhagen (2008), proprietário da Hergen, que se localizava exatamente no encontro dos rios, não houve qualquer preocupação por parte dos governos federais ou estaduais. A mídia só noticiou Blumenau. O dinheiro prometido não chegou, as dívidas com bancos não foram abonadas ou sequer re-negociadas. A população teve que passar o rodo e seguir como se nada tivesse acontecido

A cidade que estivera sempre à beira do rio, agora se voltava para os morros. A população pobre que começava a ocupar os morros do Bairro Boa Vista, passou a dividir espaço com as mansões de empresários, executivos e políticos. Isso significou um reordenamento social. Bairros como Jardim América, Laranjeiras e Centro sofreram grande desvalorização. Barragem, Canoas e Canta Galo já eram bairros de operários de fábricas e madeireiras. A população do Boa Vista ou subiu mais ainda o morro, ou foi para a beira dos rios (POLEZA, 1992).

A ocupação não planejada nos morros resultou em outros problemas. Terrenos rurais ainda presentes foram desmembrados irregularmente para criação de loteamentos. As vendas de lotes sem infra-estrutura mínima de saneamento, luz, pavimentação, e a abertura de ruas sem traçado planejado ocupou áreas de risco e de proteção permanente.

Após 1984, as indústrias começaram a migrar para longe das áreas inundáveis. A prioridade foi a BR 470, que corta o município ao meio. Atualmente essa região está quase toda ocupada exclusivamente por indústrias, ou serviços relacionados ao transporte rodoviário (peças para caminhões, oficinas, depósitos, hotéis). Na atual gestão da prefeitura (do empresário Milton Hobus, DEM) foi feito um aprofundado levantamento da ocupação da cidade e definido o zoneamento, que não divergiu muito do histórico da cidade. As áreas próximas à rodovia foram delimitadas como Distrito Industrial e restringida à ocupação residencial. Antigas indústrias localizadas no centro da cidade (Hergen e Induma), ou em zonas residenciais predominantes (Caldeiras Sofka, Metalúrgica Riosulense) foram isoladas

dentro de um zoneamento especial, industrial, mas desconectado. Para incentivar que as indústrias não se instalem em outras áreas e aproveitar os últimos terrenos próximos a rodovia, a prefeitura inaugurou em 2010 o Pólo Industrial, uma incubadora de novas empresas, localizada a margem da BR 470. A perspectiva de crescimento, com o fim das áreas industriais do distrito, já bastante restritas, é em direção aos bairros Valada São Paulo e Itoupava, por serem bem asfaltados, planos, próximos a rodovia, com disponibilidade de energia em alta tensão, e já terem algumas indústrias (Hinor Equipamentos de Som, Caldeiras Engecass, além de várias confecções de pequeno porte).

A REDE URBANA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

A partir das fragmentações do território blumenauense e a intensa divisão territorial do Alto Vale do Itajaí, houve uma perda de importância de alguns territórios anteriormente ligados ao município de Rio do Sul devido a incapacidade de desenvolver autonomia econômica. O deslocamento de população para o centro local de maior importância foi inevitável. Uma reprodução do que ocorrera na gênese da ocupação do Alto Vale, quando a população se deslocava regularmente para Blumenau para acessar todo tipo de comércio e serviços, visto que o transporte ferroviário permitia a comunicação.

Se compararmos a rede urbana formada a partir de Blumenau no Médio Vale e a formada a partir de Rio do Sul no Alto Vale, percebe-se que a rede urbana do Alto Vale é muito mais interconectada. E deve ser levado em consideração que o no Médio Vale, Blumenau, Brusque e Indaial despontam como cidades médias, enquanto no Alto Vale, só existem cidades pequenas, das quais Rio do Sul é a maior, com pouco mais de 50 mil habitantes. Como compreender portanto, essa rede de relações mais densa que se forma em torno desse município? Pelo fato de que Blumenau em sua origem compreendia um território que abarcava praticamente todo o Vale do Itajaí, das proximidades do litoral catarinense até o sopé do Planalto Serrano. A divisão desse imenso território em unidades menores se deu lentamente, e iniciou nas imediações de Blumenau, de forma que mesmo emancipados, os municípios continuavam mantendo estreitas relações com o antigo distrito sede.

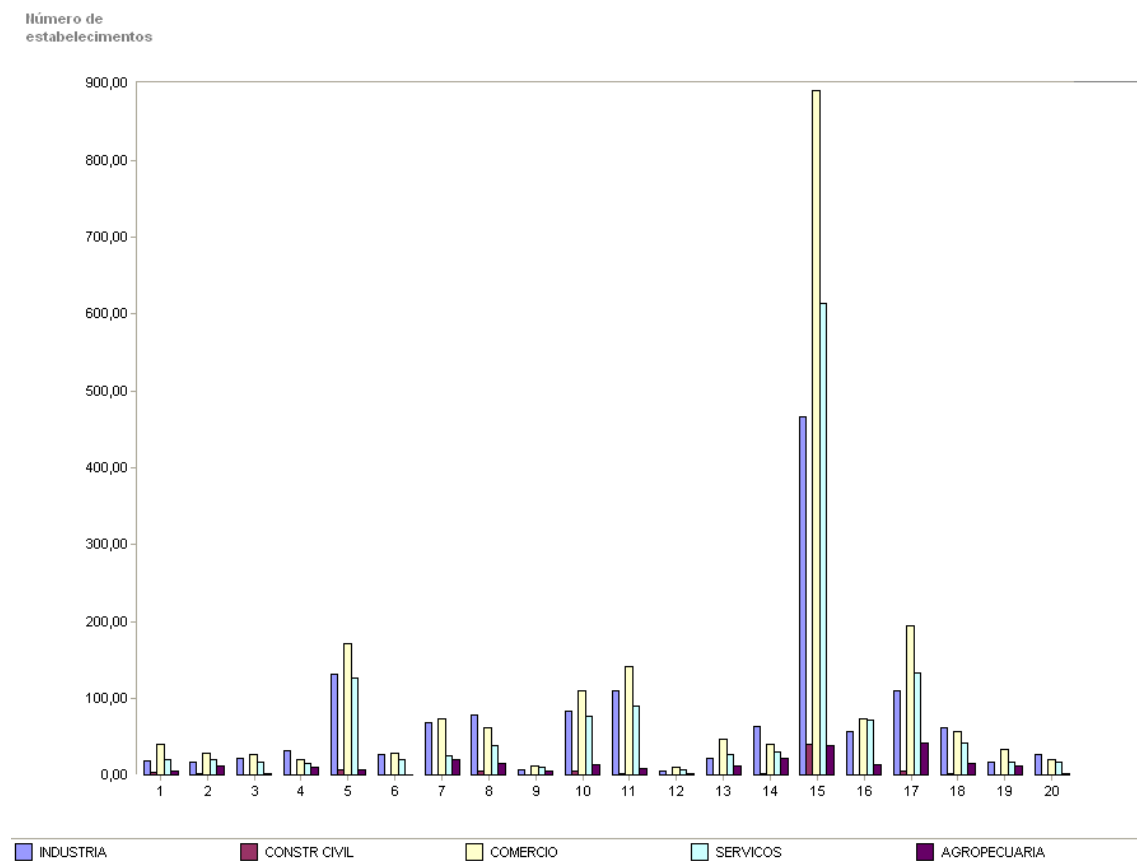
Sendo assim, Blumenau origina cidades como Brusque, Ascurra, Gaspar, Rio dos Cedros, Apiúna; que ainda hoje são economias rurais e fornecedores de mão de obra para o parque industrial não só de Blumenau, também de Indaial, Brusque e Pomerode. As cidades de Indaial e Brusque estão em processo de conurbação urbana com Blumenau, e seus distritos industriais e urbanos não apresentam mais claras divisões. Ocorre portanto, que não se

estabelece mais uma relação de dependência clara entre as cidades. Indaial por ser a mais próxima de Blumenau, absorveu o excedente de indústrias que não conseguiram espaço no município, e se deslocaram para o município vizinho. Atualmente Indaial tem uma economia diferenciada dos municípios satélites a Blumenau, com 70% do seu PIB relacionado a indústria e os outros 30% divididos entre agricultura, comércio e serviços. Brusque, ainda no início da ocupação alemã absorveu a população que não encontrou mais terras em Blumenau e desenvolveu o segmento têxtil com a mesma dinâmica e com maior intensidade que o distrito sede. Pomerode com a sua fama de cidade mais alemã do país, atraiu uma indústria com a mesma tradição germânica. É sede da Rexroth, a divisão de bens de produção da Bosch alemã, que se instalou no município pela facilidade de encontrar mão de obra com formação técnica, fluência no idioma alemão e qualidade de vida para os quadros executivos da empresa. A presença dessa quantidade de indústrias reflete na presença de comércio e serviços diversificados, visto que o poder de consumo da população é naturalmente mais alto do que em áreas de economia agrícola. Sendo assim, há menor segmentação da rede urbana, pois a população precisa transitar menos.

O Médio Vale tem ainda, uma quantidade muito menor de municípios (11 no total), contra 28 do Alto Vale. E mesmo contando com 4 cidades industriais, a rede urbana de Blumenau é menos densa que a rede de Rio do Sul, evidenciando a dependência de vários municípios em torno da economia dessa pequena cidade, conforme mostra o relatório publicado pelo IBGE, Região de Influência das Cidades de 2008, da qual foi extraído o **Mapa 2**.

hierarquia e dependência surgida após as divisões territoriais do século XX, a **Figura 8** mostra a discrepância entre o número de estabelecimentos dos grandes setores (IBGE) nos municípios. A participação no PIB do Alto Vale pelos municípios que compõem a microrregião está na **Figura 9**.

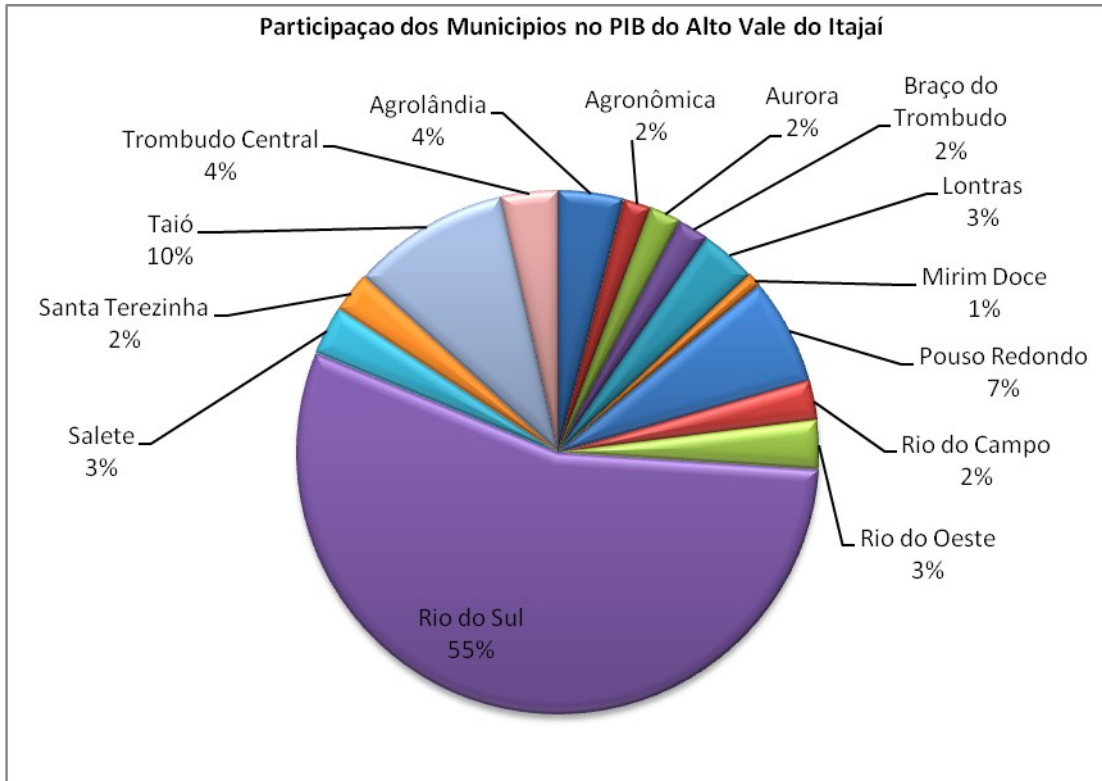
Figura 7 – Número de Estabelecimentos na Microrregião Rio do Sul



| | | | |
|---------------------|------------------|-----------------------|---------------------|
| 1 Agronômica | 6 José Boiteux | 11 Presidente Getulio | 16 Saleté |
| 2 Aurora | 7 Laurentino | 12 Presidente Nereu | 19 Vitor Meireles |
| 3 Braço do Trombudo | 8 Lontras | 13 Rio do Campo | 18 Trombudo Central |
| 4 Donna Emma | 9 Mirim Doce | 14 Rio do Oeste | 17 Taió |
| 5 Ibirama | 10 Pouso Redondo | 15 Rio do Sul | 20 Witmarsum |

Fonte : Rais/Caged – Ministério do Trabalho e Emprego, 2008

Figura 8 – Composição do PIB do AVI



Fonte : Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, 2009

CAPITULO 3: ALTO VALE DO ITAJAÍ E SUAS RELAÇÕES ATUAIS DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

Ao iniciar o trabalho, imaginava-se que pela proximidade, e pela diferença de tamanho entre Rio do Sul e os demais municípios da microrregião, era possível e até provável, que os pequenos municípios fossem não mais do que cidades-dormitório. A população, em todas as idades diariamente vai para a cidade centro local para todo tipo de necessidade. Os jovens vão para frequentar escola ou universidade, os adultos para trabalhar na indústria e comércio e para compras e serviços, os idosos para frequentar os serviços de lazer, as clínicas médicas, os serviços públicos (INSS, Fórum, Hospital Regional).

Na pesquisa de campo, o que se observou foi o oposto em algumas localidades. De fato, existe essa migração diária. E ela é formada em grande parte pelas elites dos pequenos municípios, os pequenos empresários, os industriais, a burguesia rural. Alguns municípios de fato apresentam uma relação de dependência clara (Aurora, Atalanta, Laurentino, Presidente Getúlio). Mas outros, ainda menores, apresentam um dinamismo industrial que destoa do tamanho do município. Trombudo Central (Grupo REX, National Stark), Rio do Oeste (Grupo Nardelli, Grupo Bertalozzi), Ibirama (Marchetti, Omil), além de Lontras, Agrolândia e Pouso Redondo.

Foi evidenciado que na falta de repasse federal e estadual, devido à fraca arrecadação das prefeituras, algumas cidades estão tomando medidas peculiares, invenções próprias para alavancar o desenvolvimento local. Atalanta, estimula a emissão de notas fiscais pelos agricultores repassando o valor da arrecadação em vale compras que só podem ser gastos no comércio do município. A Prefeitura de Lontras adquire a produção dos agricultores do município para inserir na merenda escolar. A Prefeitura de Rio do Sul construiu em 2010 um pólo industrial, sendo que já existem dois pólos de indústrias têxteis bem estabelecidos, além de uma incubadora de empresas com todo tipo de subsídios: isenção de impostos, internet e telefone com tarifa reduzida, aluguel subsidiado.

Para melhor compreender a atualidade da situação econômica microrregional, foram percorridas algumas prefeituras (7, das 14 pretendidas), foi realizada uma entrevista com o presidente da Associação de Municípios, outra com o presidente da Associação Comercial e Industrial, uma com o Secretario de Desenvolvimento Regional, e uma série de entrevistas com o empresariado local dos diferentes segmentos: indústrias, comércio e agronegócios. Por fim foi elaborado uma série de gráficos com a participação no PIB dos diferentes setores em cada cidade para melhor visualizar que segmentos despontaram em cada localidade desmembrada e como estas atividades se modernizaram nas últimas décadas.

Rio do Sul inicia seu desenvolvimento, com um atraso de quase cinco décadas com relação a Blumenau. Os empreendedores locais não poderiam repetir os mesmos erros, frear nos mesmos entraves. Para que suas iniciativas decolassem, era preciso no mínimo, sair do zero, e se lançar em pé de igualdade com a concorrência no Médio Vale. O associativismo tem um papel preponderante nesse processo. Na formação do município, para manter a estrada para a serra trafegável, havia uma associação que fazia a manutenção da via, e para isto cobrava pedágio dos tropeiros pelo tráfego, pelo pouso do gado. Para atravessar o Itajaí, uma associação para manutenção da balsa, e novo tributo por cada item atravessado. Para a construção das escolas privadas e contrato de professores, associação de pais. Para abertura de estradas e construção de pontes, associação de empreendedores e construtores. Para financiar os investimentos em tecnologia na agricultura, os imigrantes italianos criaram um banco cooperativo, os agricultores na compra de equipamentos, melhoria do gado. Criaram também premiações por produtividade, exposições para troca de sementes e técnicas. Nos anos 60 foi criada a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, com o objetivo de contratar os profissionais que uma prefeitura deveria ter sempre a disposição, mas custavam caro (engenheiros, topógrafos, arquitetos, contadores, advogados) e esses profissionais faziam o serviço para todas as prefeituras, reduzindo os custos das demais. Foi simplesmente a primeira associação de municípios do país! Atualmente é quase impensável um município que não esteja vinculado a uma. As associações prestam desde esses serviços fundamentais à uma prefeitura, até treinamentos do tipo “O que faz um vereador”, ou ainda “como atua o prefeito”. Pois foi no Alto Vale que esse associativismo tão fundamental ao serviço público surgiu no país. Atualmente a AMAVI vem desenvolvendo mais um projeto pioneiro no Brasil. Com o advento do novo código florestal recém aprovado pelo Governo Federal, a AMAVI desenvolveu um projeto para estimular os produtores rurais a demarcar a sua área de reserva legal. Ocorre que os produtores, com o novo código, são obrigados a demarcar 20% da sua propriedade como área de floresta, passível apenas de uso sustentável (retirada controlada de madeira, produção de espécies nativas farmacêuticas ou frutíferas, mel, etc). Mas esta área deve estar mapeada e registrada, não pode ser alterada. E raros serão os produtores que poderão bancar este estudo, que depende da escolha da área mais preservada, mais representativa do bioma, mais conectada com outras áreas formando corredores para a fauna. O projeto da AMAVI consiste em demarcar estas áreas através de imagens de satélite, abrindo mão em alguns casos, das áreas mais preservadas, privilegiando a conectividade com as reservas legais dos vizinhos. A intenção final, é que as reservas legais dos produtores rurais do Alto Vale do Itajaí estejam todas conectadas formando uma área de reserva e corredor ecológico de milhares de hectares que percorrerá os 28 municípios da região. Para garantir a aceitação dos agricultores, e evitar discordâncias (afinal de contas, a decisão sobre o uso da terra não está partindo do proprietário), a AMAVI vai deixar pronto nas prefeituras o processo de cada proprietário. Ou seja, o produtor rural que quiser escapar à multa e se adequar, ao chegar a prefeitura vai ter toda a sua papelada pronta, a imagem da sua área de reserva legal demarcada, bastando assinar

os papéis. Quem preferir demarcar outra área, que banque os estudos e a legalização da mesma por conta própria. O governo da Alemanha patrocina o projeto, e enviou 30 computadores de última geração para serem instalados nas prefeituras e na AMAVI que coordenará o programa. As imagens de satélite são tão precisas que foram liberadas pelo Exército Brasileiro, o projeto é bancado pelo Banco Central Alemão e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

No campo, nos anos 70 a união das 5 maiores cooperativas regionais originou a CRAVIL, que hoje é a quinta maior cooperativa do estado, concentrando a produção de 22 mil propriedades em todo o Vale do Itajaí. Investigando o caso da CRAVIL, pode se evidenciar que no Estado de Santa Catarina existem 1,2 milhões de pessoas cooperadas a algum sistema (cooperativas de educação, de produção, prestação de serviços, de consumo) os produtores buscam de alguma forma contornar as dificuldades de uma forma. Ou seja, praticamente 1 em cada 5 pessoas em Santa Catarina é um cooperado.

Nas empresas, o que se tornou comum nos últimos anos, são sistemas de gestão dos lucros que podem chamar atenção como um sistema um pouco diferenciado. É a história do banco de horas, e das participações por produtividade, participações nos lucros da empresa, estímulos do tipo “quem faz o seu salário é você”. Em algumas empresas visitadas, os trabalhadores chegam a ganhar três salários a mais no ano em participação no lucro da empresa.

ESTUDOS DE CASOS DAS EMPRESAS RIOSULENSES

Herman Heinrich Purnhagen chegou ao Rio de Janeiro no final da década de 20. Como boa parte dos imigrantes europeus, Herman não era agricultor na Europa, tendo cursado carpintaria e concretagem, e se destacou como mestre de construções em uma multinacional na Alemanha, que já atuava em São Paulo e Buenos Aires. Ao chegar no Brasil, ainda na quarentena a qual todos os imigrantes eram submetidos, teve todos os seus bens roubados. Trabalhou lavando pratos, limpando chão e todo tipo de trabalho em que pudesse atuar alguém que não falava absolutamente nada do idioma nacional. Sabendo que no Paraná e no norte e nordeste catarinense despontavam economicamente colônias alemãs, juntou dinheiro para viajar até o sul a procura de trabalho. Na cidade paranaense de Campo do Tenente, conheceu a sua futura esposa. Desapontado com as cidades locais que prosperavam em grande maioria a base da agricultura que não era a sua área, foi para Buenos Aires trabalhar na construção de pontes e edifícios públicos para a mesma empresa em que atuava na Alemanha. No período de quatro anos em que passou na Argentina, voltava constantemente para o Brasil, e aplicava seu dinheiro na compra de terras com estoques florestais em Jaraguá do Sul. Ao retornar ao Brasil montou uma madeireira com o seu cunhado e uma empreiteira de obras especializada na parte de madeira da construção (formas, portas, janelas, assoalhos, telhados), para as

quais tinha grandes estoques florestais para explorar. Nesse período conheceu e se tornou amigo de um arquiteto alemão que projetou grandes catedrais em Santa Catarina, destacando-se a de Itajaí e a de Rio do Sul. Por intermédio deste, foi apresentado ao Conde Carlos Renaux, que além de indústrias têxteis em Brusque, em 1938 investiu em madeira em Rio do Sul, com a maior e mais moderna planta industrial da região, com 1200 funcionários, a Madeireira Riosulense. No entanto, por falta de um gestor incisivo, a empresa estava altamente deficitária. Pela sua reconhecida capacidade administrativa, e a experiência acumulada com a madeireira de Jaraguá do Sul, Renaux oferece uma parte das ações a Herman Purnhagem, que vende a sua parte da madeireira de Jaraguá do Sul ao cunhado e muda-se com a família para Rio do Sul para assumir a direção da empresa. Logo no primeiro ano a indústria passa a apresentar bons resultados. Com o advento da Segunda Guerra, e a perseguição de Getúlio Vargas aos imigrantes europeus, Renaux vende a madeireira a um grupo português (família Sales), Herman Heinrich Purnhagen foi preso por frequentar “reuniões suspeitas” com alemães, passando 7 meses na cadeia, e mais de um ano e meio hospitalizado se recuperando física e psicologicamente. Ao sair do hospital, funda junto com Otto Renaux, filho do antigo sócio, a Indústria de Madeiras e Navegação S.A – Induma, que além de atuar no ramo de navegação de cabotagem para os grandes centros (Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre), produzia portas, janelas, esquadrias e outros artefatos de madeira. A partir de 1964, Purnhagem passa a comprar as ações de Renaux, e até 1966 já era o único dono da Induma, que passou a administrar com os filhos. A exemplo de outras empresas catarinenses do período, a Induma consertava e adaptava na própria fábrica o seu maquinário, melhorando a produtividade de máquinas e iniciando no final da década de 60 a criação de alguns equipamentos. Em 1969 adquirem uma pequena indústria de pasta de celulose em Ituporanga, a Águas Negras. Em 1973 passaram a criar equipamentos próprios para melhorar a produtividade da Águas Negras, e passaram a produzir papelões especiais para sola de calçados, malas e isolamento de equipamento elétrico. A partir dessa demanda própria surge uma nova empresa de fabricação de máquinas para o segmento de papel e papelão, a Hergen S.A (da contração de **Herman** e **Purnhagen**). Apesar do esgotamento da madeira nativa na década e do fim da ferrovia, a Induma só deixou o setor madeireiro em 1983, quando a grande enchente destruiu grande parte de seus estoques e equipamentos, e as indústrias não tiveram na época nenhum incentivo ou abono fiscal por parte dos governos federais, estaduais ou municipais. Abandonando o setor madeireiro a Induma passou a atuar no setor de papéis especiais, a Águas Negras no setor de papel Kraft e tubos de papelão e a Hergen manteve-se no setor metal-mecânico com equipamentos para indústria de papel e celulose.

Atualmente as três empresas ainda são administradas separadamente, sem ligação administrativa ou financeira, apesar de cada uma delas ter como diretor um dos filhos de Herman Purnhagen. De acordo com Germano Emilio Purnhagen, diretor da Hergen S.A, maior indústria do grupo, as ações da família devem ser formalmente divididas de forma que cada filho ficará com uma indústria, desfazendo o grupo. A Induma é hoje a maior indústria nacional de papéis especiais sem

concorrentes nacionais no setor. A Águas Negras apesar de grandes estoques florestais próprios, geração própria de energia, não se mostra tão expressiva nacionalmente quanto as outras empresas. A Hergen S.A, a qual pude ter mais informações por ser dirigida pelo entrevistado, é a maior fabricante nacional de equipamentos para papel e celulose. Não tem nenhum concorrente direto nacionalmente. De acordo com Germano Purnhagen, as multinacionais do setor estão realmente incomodadas com a atuação da Hergen, o que tem se refletido em uma baixa de preço dos equipamentos das multinacionais, que tentam aproximar o seu preço ao preço da Hergen afim de evitar que ela avance mais no mercado. A Hergen tem capacidade de entregar ao cliente uma fábrica completa de papel ou celulose, não sendo especializada na venda de um equipamento específico, mas sim, na fábrica como um todo, o que possibilita a segurança ao cliente da compatibilidade plena entre todos o maquinário. Quanto aos mercados mais importantes, atualmente a Hergen tem clientes no Brasil inteiro, e os principais compradores internacionais são Argentina, Paquistão, Polônia, Bolívia, Uruguai e Chile. Em média , 25% da produção vai para o mercado internacional e 75% para o nacional, mas isso não é regra, e sim , fase de mercado. Em outros momentos, essa relação foi oposta, com 75% da produção para o mercado externo e 25% para o mercado interno. Com relação a concorrência na Ásia e a atuação dos chineses no setor, Purnhagen se mostra incomodado. De acordo com o diretor da Hergen, o Paquistão era o melhor comprador (e melhor pagador) dos equipamentos. Com a entrada dos chineses no setor, perderam por um tempo esse mercado. Mas logo em seguida foram procurados pelos paquistaneses para fazer o chamado “retrofit” das máquinas chinesas (reformas para tornar os equipamentos mais adequados ou mais produtivos), pois os equipamentos chineses não apresentaram o desempenho prometido ou similar ao da Hergen. Com relação ao futuro do comércio exterior com esta nova concorrência, o entrevistado é taxativo: “Crise não fase, é rotina. Não tenho dúvida que a tendência pelos próximos 20, 30 anos é estabelecer sociedade, parcerias com os chineses. Talvez a gente produza e eles vendam, ou eles produzam e a gente melhore, mas as coisas devem mudar”.

Atualmente a Hergen opera com um número de funcionários que oscila entre 200 a 250 pessoas. O número não é tão expressivo porque os equipamentos tem alto valor agregado, a empresa é muito moderna e exige muita especialização. A indústria também só trabalha sobre encomenda de equipamentos, portanto só se expande quando há necessidade. Para manter a estrutura enxuta, cerca de 25 % da linha de produção é terceirizada, sendo produzidas principalmente em centros como Joinville, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre, mas algumas peças específicas podem vir do Canadá, Estados Unidos e Escócia.

Com relação as piores fases que a empresa enfrentou, a lembrança se divide entre a enchente de 1983 pela falta de apoio publico no período, e ainda: “O plano Collor, esse é pra esquecer! Ali foi a uma quebradeira geral, vários clientes fechando. Era uma crise que não passava em 6 meses, não passava em um ano... foram 3 anos pelo menos de desespero, voltando a produzir pecinhas de

reposição, coisinhas pequenas pra não fechar as portas”. A maior queixa atual da indústria, é perder o bonde da expansão do mercado internacional por falta de mão de obra. O diretor da Hergen comenta que mesmo saindo de um curso técnico no Senai, um funcionário leva cerca de dois anos em treinamento até estar realmente qualificado. A indústria investe em formação profissional dos funcionários, pagando até 50% da mensalidade da faculdade ou de cursos técnicos que interessem a empresa. Mesmo assim as opções da cidade ainda deixam muito a desejar. A exemplo de outras empresas locais, a Hergen tem contratos internacionais fechados que vão demandar uma ampliação vigorosa da estrutura da fábrica. O pé direito da fábrica deve passar de 8 para 18 metros para comportar o tamanho dos novos equipamentos que serão produzidos. Mas vai faltar mão de obra para atender novas demandas.

O caso da Hergen S.A mostra que as indústrias familiares no Alto Vale do Itajaí estão em crescimento acentuado, competindo com multinacionais tradicionais, e se adaptando a concorrência asiática nos mercados internacionais. A falta de infra-estrutura local e de capacitação profissional é o maior entrave. As parcerias tecno-científicas e comerciais com países europeus continuam sendo um diferencial das empresas catarinenses. Apesar da grande quantidade de empresas familiares de médio ou pequeno porte, a Hergen e outras empresas do setor metal-mecânico se destacam pela alta tecnologia empregada e conseqüentemente o alto valor agregado aos seus produtos.

Para Germano Purnhagem, atualmente o setor mais expressivo no Alto Vale do Itajaí é o metal-mecânico devido ao alto valor agregado dos produtos. Purnhagem é empresário do setor metal-mecânico (Hergen Paper Machinery e Engecass), presidente regional da FIESC, do Sindicato das Indústrias do Setor Metal-mecânico, ex-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul (SDR), cargo surgido no governo de Luis Henrique da Silveira (LHS) com o intuito de impulsionar o desenvolvimento regional do Estado de Santa Catarina através de secretarias espalhadas pelas micro-regiões do estado.

De acordo com Purnhagem, o papel das SDR foi fundamental para o momento que vive Santa Catarina hoje. Ressalta que o sistema foi largamente utilizado na Europa durante todo o século XX, tendo surgido no período pós 2ª guerra, e foi um dos motivos do crescimento acelerado de alguns países como Alemanha, Inglaterra, França. O estado atualmente possui 36 secretarias, número que foi ampliado devido à distância que havia entre algumas secretarias e os municípios pertencentes a jurisdição (caso da secretaria de Rio do Sul que atuava sobre Santa Teresinha, a 140 km, que agora está sob a jurisdição da SDR de Taió). A SDR de Rio do Sul compreende os municípios de Braço do Trombudo, Trombudo Central, Rio do Oeste, Agrolândia, Agronômica e Laurentino. Para o ex-secretário, a descentralização do governo contribuiu para que o desenvolvimento econômico de pulverizasse para regiões atrasadas de Santa Catarina, o que era dificultado por questões básicas de infra-estrutura. Antes do projeto, mais de 90 municípios catarinenses não tinham acesso pavimentado

a alguma rodovia federal ou estadual. Atualmente o problema está sanado. Santa Catarina figurava entre os estados com pior estrutura de saneamento e abastecimento de água, com a Companhia de Água e Saneamento endividada causando uma expansão dos Sistemas Autônomos de Água e Esgoto (Samae) a cargo dos municípios, que não são viáveis economicamente em algumas cidades. Esse tipo de problema básico atrasava o desenvolvimento econômico e a elaboração de projetos específicos para as micro-regiões, que nem sempre estavam representadas na legislatura estadual.

Tornou-se política pública no governo LHS a postergação do ICMS por um período de 18 meses para todo o estado em todo empreendimento industrial, (PRODEC - Programa de Desenvolvimento Econômico Catarinense) o que também contribuiu para atrair mais olhares sobre as vantagens de Santa Catarina. Tomaram novo impulso o BRDE e o BADESC, que inclusive passaram a atuar em outros estados (Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul). Há uma política de investimento massivo em educação profissionalizante de nível técnico, para suprir a falta de mão de obra qualificada a indústria de alta tecnologia. Nesse sentido o governo apóia-se nos programas de parceria Brasil-Alemanha, e nos tradicionais Senai, IFSC, Cedup.

Com relação a infra-estrutura do estado, temos como principais troncos as rodovias BR 101 ligando ao Rio Grande do Sul e ao Paraná pelo litoral catarinense, BR 282 ligando o leste ao oeste, a 116 ligando o Rio Grande do Sul ao Paraná pelo centro do estado e conectada ao litoral pela BR 470, e o maior diferencial de todos que são os 5 portos catarinenses (Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, Imbituba e ??). Ainda de acordo com Purnhagen, quando assumiu a secretaria em 2006, mais de 130 milhões de reais foram aplicados na região pelo governo do estado. Esse tipo de política tem chamado a atenção de indústrias nacionais e internacionais a um ritmo expressivo. Capitais paulistas são atraídos pela qualidade de vida das pequenas e médias cidades de Santa Catarina, e a proximidade com os países do Mercosul, além das boas relações com países Europeus. A perspectiva do governo e dos empresários, segundo o ex-secretário, é de que até 2020, Santa Catarina supere com uma série de vantagens a importância econômica do Estado de São Paulo, se tornando um pólo industrial da América Latina.

Questionado sobre o perfil econômico da micro-região, Purnhagen declara que sem dúvidas o pivô econômico do Alto Vale hoje são as indústrias de alto valor agregado. Ressalta que a grande maioria dessas indústrias são metais-mecânicas, até hoje empresas familiares, que atuam no setor a um período que varia de 30 a 50 anos, tendo migrado de setores tradicionais como madeira e fécula nos anos 70 (Hergen era do setor madeireiro, Metalúrgica Riosulense começou com peças de reposição para serraria, Biochamps Caldeiras começou com equipamentos para fecularia). Em segundo lugar em importância estão as confecções e facções que tem número bastante expressivo mas estão com o crescimento travado por falta de mão de obra para se expandir. Localmente se destaca ainda o setor

agroindustrial com o Frigorífico Riosulense Pamplona, empresa também familiar, que atualmente é a 8º maior indústria exportadora catarinense.

O desenvolvimento crescente da região trava no excesso de empregos. O Sine (Serviço Nacional de Emprego) tem cobrado uma atitude mais incisiva da SDR para a capacitação de profissionais para as indústrias locais, devido a uma oferta atual de cerca de 1500 vagas para os quais não há profissionais capacitados localmente. Regionalmente, a cidade que tem se destacado mais é Agrolândia, com um crescimento de 18% nos últimos 3 anos, e consolidada como mais um centro de indústrias metal-mecânicas (Máquinas Industriais Siegel, Caldeiras Biochamps). Trombudo Central também já se destaca, com a maior renda per capita do Alto Vale, e com perfil semelhante ao de Agrolândia (cidade muito pequena, onde um grupo empresarial de grande porte, no caso Grupo Rex, emprega praticamente toda a população)

Em Rio do Sul, uma nova fase de desenvolvimento tem assinalado, desta vez. puxado pela indústria da construção civil. Os quadros de operários das indústrias são em sua grande maioria bem capacitados, ganham bem (salários médios acima de R\$ 2.000,00 e uma série de vantagens oferecidas). Por todos os lados surgem prédios e loteamentos de padrão médio a alto. Em meio a tradicional população alemã e italiana, se misturam baianos, cearenses e alagoanos em busca de fortuna na construção. O investimento pesado do estado em educação e infra-estrutura tem corrigido algumas deficiências que se apresentavam, como logística e mão de obra desqualificada. No momento sobram vagas na em todas as áreas. É fácil perceber na paisagem a modernização das casas, a verticalização do centro da cidade, o crescimento da universidade local, instalação de hotéis e restaurantes que acompanham a boa fase de desenvolvimento econômico.

FRIGORIFICO RIOSULENSE PAMPLONA ⁵

Em 1948, Ana e Lauro Pamplona adquirem uma propriedade de 7 hectares em Agronômica, na época, distrito de Rio do Sul. Os fundos para compra dessa terra, foram os lucros obtidos com uma safra de fumo em terras arrendadas de um parente. Com o equivalente a apenas um terço da área de uma propriedade familiar local, seria difícil iniciar alguma atividade que pudesse acumular capital e possibilitasse novos investimentos. Mas o casal encontrou na propriedade uma estrutura rudimentar de abate de animais (um toco, ganchos, um machado e um serrote de açougueiro). Sem capital para iniciar as atividades, Lauro Pamplona vai a cavalo para Curitiba, tentar conseguir um animal “fiado” para abater em Agronômica. Feito o empréstimo, traz um boi até sua propriedade onde é abatido, cortado, pesado e vendido de porta em porta em Rio do Sul.

⁵ Entrevista concedida por Irani Pamplona, filha mais velha dos fundadores da empresa e diretora geral da indústria.

Durante os primeiros anos a estrutura de funcionamento ao mudou muito. Evoluiu para uma carroça de distribuição e passou a negociar fiado rebanhos maiores e ter alguns funcionários para ajudar nos trabalhos pesados. Ao longo dos anos 50 e 60, adquirem os primeiros açougues pela região, melhorando a sua forma de distribuição pelo Alto Vale. Em 1969 constroem um moderno frigorífico em Rio do Sul, as margens da BR 470 visando futuras ampliações. Nos anos 70 conquistaram o S.I.F. e possibilitando atuar em mercados maiores. Em 1983 surge o Programa de Fomento ao Pequeno Produtor, para financiar os investimentos de produtores na instalação de granjas. Em 1988 constroem uma moderna fábrica de rações, e em 1989 adquirem um frigorífico em Presidente Getulio, dobrando a sua capacidade produtiva.

Com a abertura econômica dos anos 90, e com o período de paridade da moeda nacional com o dólar, enquanto quem exportava estava desesperado, o Pamplona aproveitou o período para importar maquinário da Bélgica, Holanda e da Dinamarca, além de importar gado barato do Uruguai. Capitalizados pela compra de matéria prima mais barata, e com maquinário de ponta, conseguem autorização para exportar, e o primeiro lote de exportação sai em 1998.

Apenas 10 anos depois de iniciar as exportações o Frigorífico Riosulense Pamplona exporta para África, Ásia, Europa e America Latina, e está entre os 10 maiores exportadores catarinenses. Até 2007, a Rússia era o principal cliente, sendo este país o maior mercado consumidor da carne suína do Brasil, e o Frigorífico Riosulense o maior fornecedor da Rússia. Com o embargo russo a carne suína brasileira, abriram-se os mercados da Ucrânia, Singapura e Hong Kong. Na prática não houve queda nas vendas, uma vez que estes países estavam esperando a possibilidade da empresa fornecer para poder se tornar clientes. Nacionalmente, se consolidaram as parcerias com Pão de Açúcar, Extra e Big (além de já consolidadas com as catarinenses Angeloni e Imperatriz).

Em toda a cadeia produtiva, o custo mais alto está no frete. Por isso a produção se concentra num raio de 80 km das fábricas. O Frigorífico é o maior empregador em 5 municípios do Alto Vale: Rio do Sul, Laurentino e Presidente Getulio onde têm fábricas, e ainda em Rio do Oeste e Trombudo Central onde possui granjas próprias. Possui cerca de 1600 funcionários. O número deve dobrar nos próximos anos com a compra de unidades de Rio Grande do Sul e no Mato Grosso, que consolidarão uma maior força no segmento de carne bovina e ampliarão as vendas para o resto do país (atualmente o limite nacional é Minas Gerais).

A empresa é o segundo maior abatedor de carne suína de Santa Catarina (perde em número de abates para a Aurora), com um abate diário de 6000 animais. Desses, 60% são originários de criadouros próprios e 40% vêm de cerca de 500 criadouros cooperados. Quanto a parcerias e terceirizações, somente a logística é terceirizada. Mas é comum os grandes frigoríficos catarinenses fecharem juntos carregamentos de soja e milho, ou navios frete para os produtos, além de trocarem

entre si matrizes de animais e carregamentos de produtos, quando alguma empresa recebe um pedido maior do que sua oferta no momento.

Nos anos 90, a Pamplona chegou a investir numa produção experimental de peixe. Foram construídos tanques para criação de tilápias e produção de filé de peixe. A empresa experimental não foi levada adiante, mas deixou como herança um modelo de produção de peixes consorciado a suínos que é conhecido no meio agropecuário como Modelo AVI de Produção, referencia a região do Alto Vale. Trata-se de um sistema onde as fezes dos suínos são despejadas em grandes lagoas. Estas fezes vão servir de alimento ao plâncton, que por sua vez, é o alimento do peixe. Isso tem que ficar claro, o peixe come plâncton, não fezes. Como o plâncton consome o oxigênio da água assim como o peixe, as lagoas são providas com uma grande quantidade de aeradores. Os aeradores incorporam a água uma quantidade extra de oxigênio, garantindo que os peixes não fiquem asfixiados. Com uma carga tão alta de alimento, os peixes engordam muito rápido, no entanto produzem uma quantidade muito grande de dejetos, e as fezes dos peixes são muito ricas em amônia, que pode causar a sua própria contaminação. No entanto, a amônia combinada com o gesso, forma um composto de nitrogênio que substitui a adubação convencional na agricultura. Desta forma, a água das lagoas deve ter uma fonte constante de renovação, assim como a água utilizada deve ser retirada e bombeada para as plantações de milho ou outras culturas. Para entender o ciclo fechado, o porco defeca na água, suas fezes alimentam o plâncton, o plâncton alimenta o peixe, o peixe defeca na água, a água aduba o milho e o milho alimenta o porco.

RIOMED-GEMBALLA - MAIOR ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE RIO DO SUL⁶

Guilherme Gemballa chegou no Brasil em 1922 aos 8 anos de idade. Seu pai comprou terras no município de Dona Emma. Como não haviam escolas na localidade, seu pai deixou-o sob cuidados do professor Artur Muller, imigrante que lecionava em escolas isoladas. Para terminar os estudos foi enviado para Rio do Sul. No município, passa a trabalhar como aprendiz de farmacêutico. Foi para Florianópolis onde se formou em farmácia em 1933.

De volta a Rio do Sul ocupa novamente o cargo de aprendiz de farmacêutico, mas em 1934 abre uma farmácia própria em Pouso Redondo, na época distrito de Rio do Sul. Em 1940 abre uma filial no então distrito de Trombudo Central. Em 1948 instala em Rio do Sul a Farmácia Cruzeiro, e em seguida a Farmácia Rodoviária e a Farmácia e Laboratório Gemballa. Em 1952 ampliou os seus negócios como técnico e co-proprietário de três refinarias de óleo de sassafrás (até hoje, o safrol é um dos mais importantes fixadores de perfumes e cosméticos da indústria farmacêutica), dando impulso a

⁶ Entrevista concedida por Lotar Dieter Maas em setembro de 2008. Lotar foi aprendiz de farmácia de Guilherme Gemballa. Atualmente é sócio da empresa e diretor do grupo Riomed-Gemballa.

este segmento que durou até os anos 70 quando se deu o esgotamento das reservas naturais da madeira que dá origem ao óleo.

Em 1958, Gemballa cria o primeiro laboratório científico de farmácia de Santa Catarina, que resultaria no lançamento da marca de remédios própria em 1961. A partir daí desenvolveu medicamentos próprios para que a empresa pudesse crescer sem pagar “royalties” a empresas maiores. Para aumentar a abrangência do seu mercado, em 1973 é criada a Riomed Distribuição, uma empresa especializada na logística de materiais médicos e medicamentos. A Riomed atualmente é distribuidora de varias marcas de produtos. Seu mercado é Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, sendo a segunda maior empresa de distribuição de medicamentos de Santa Catarina. Entre farmácias, laboratórios e distribuição, são mais de 300 funcionários, o que coloca a Gemballa-Riomed na posição de maior empresa comercial de Rio do Sul.

COMERCIAL FOTO MARZALL - ESTABELECIMENTO COMERCIAL MAIS ANTIGO DO MUNICÍPIO⁷.

O setor do comércio, é o mais dinâmico quando comparado com os serviços e a indústria, sofrendo mais rapidamente efeitos de mudanças socioeconômicas. A duração média dos estabelecimentos é de cerca de 5 anos, mas uma boa parte não chega a durar tanto. Entre os motivos está a falta de experiência, a falta de políticas para o setor, menor capital de giro e a concorrência mais intensa que nos outros setores.

Com uma economia tão dinâmica quanto foi a do município de Rio do Sul no século XX, raros estabelecimentos sobreviveram às “mudanças de vocação” do município, mudanças de território, falta de estradas, fim da ferrovia. Entre esses, está o comércio Foto Marzall, atualmente a casa comercial mais antiga do município. Na década de 20 e 30 Marzall inicia suas atividades como fotógrafo ambulante. O estabelecimento só seria aberto em 1937, funcionando como estúdio e laboratório fotográfico.

O atual proprietário, Rudolf Marzall, filho do fundador, começou a trabalhar na empresa aos 13 anos como aprendiz de laboratório. Até a década de 40 a empresa prestava serviços aos jornais locais e eventos públicos, e o mercado consumidor local era bastante restrito. Em 1955 instalam comércio de equipamentos fotográficos. Em 1970 iniciam as atividades de comércio de equipamentos de som, discos e instrumentos musicais. Nos anos 80 começa o comércio de iluminação, mesas de

⁷ Entrevista concedida por Rudolf Marzall, diretor e proprietário em agosto de 2008. Rudolf Marzall, além de se manter até os dias de hoje na direção de sua empresa juntamente com a esposa e as filhas, é o maior colecionador de registros fotográficos do Alto Vale. De inauguração de praças a grandes enchentes, nada escapou às suas lentes, e antes mesmo, às lentes de seu pai nos últimos 90 anos.

som e todo tipo de equipamentos para grandes eventos. Como foram durante décadas a única empresa no segmento, se tornaram um comércio tradicional para clientes da microrregião, e conquistaram exclusividade de distribuição de alguns fabricantes.

Para a empresa, a pior crise foi o plano cruzado em 1986, que desembocou no congelamento de preços. Os produtos, quando vendidos já não valiam mais o que estava tabelado. Nem o plano Collor foi tão crítico.

Em 1992, tornam-se franquia da japonesa Fuji, e entram os “mini-labs”, que automatizam o sistema de revelação. Foram a primeira loja a implantar o sistema e lançar a revelação em 1 hora. Atualmente, a Foto Marzall se mantém como a maior loja do segmento de foto e som no Alto Vale, e somente 2 outras empresas (Gemballa-Riomed e Schimidt Calçados estão a mais de 60 anos de portas abertas.

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A – MAIS ANTIGA METAL-MECÂNICA LOCAL⁸.

A Metalúrgica Riosulense entrou em operação em 1946 atuando como oficina mecânica, prestadora de serviços para indústrias madeireiras e de fécula de mandioca. Em 1949, entram novos sócios na administração e torna-se uma Sociedade Anônima. Em 1954, com a morte de um dos sócios, João Stramosk se torna contador e sócio minoritário da empresa. Nos anos seguintes, Stramosk comprou as ações de Alfredo Wuerz, fundador da empresa e de Alexander George que pretendia se lançar em outros negócios. No início das atividades, Stramosk ia semanalmente a São Paulo, de Kombi buscando suprimentos e novos mercados.

A empresa dá uma guinada em 1956 comprando uma indústria de fabricação de autopeças e se lançando no segmento de guias de válvulas. Com o desaquecimento do ciclo da madeira e da fécula em função do esgotamento das florestas e da migração da indústria da mandioca para outros estados, diminuíram as demandas por serviços da metalúrgica. As enchentes de 1983 e 1984 abalaram a estrutura da empresa que estava em local inundável. Em 1988 fecham o segmento de máquinas e iniciam a construção do novo parque fabril em área afastada das enchentes, e voltada só para a produção de peças automotivas.

Para completar o quadro, em 1987, a Perfilados Tupy (Fusão Tupy, de Joinville), anunciou que dentro de seis meses ia parar o fornecimento de matéria prima semi-acabada para o segmento de autopeças. Para garantir o funcionamento da linha de produção, comprou estoques da Tupy suficientes para dois anos. Sem encontrar fornecedores no Brasil e na Argentina, e sob pena de fechar a fábrica, a

⁸ Além da referência bibliográfica citada, as informações aqui apresentadas são frutos de uma entrevista pessoal com Luis Antonio Stramosk, diretor da fábrica, e a uma visita as instalações da fábrica.

solução foi levantar fundos abrindo o capital na bolsa (40% das ações) e aplicar os recursos na construção de uma fundição própria (SILVEIRA, 2008). Nascia o setor de usinagem da Riosulense.

A partir de 2000 já estão consolidados como principal produtor nacional no seu segmento (guias de válvulas, molas, tuchos, anéis, cilindros, peças encomendadas especialmente por grandes montadoras, e peças semi-acabadas para serem terminadas por outras metalúrgicas). A Metalúrgica Riosulense fabrica 30% das peças de um motor automotivo, e domina 80% do mercado nacional, sendo que o restante das empresas nesse segmento compra peças semi-acabadas da Riosulense para terminar. Os principais clientes da pauta da empresa são Agrale, Cummins, Daimler Chrysler, International Engines, Iveco Fiat, MWM, Perkins, Scania, Volvo e Yanmar.

A empresa funciona com ilhas de produção, de acordo com os pedidos dos clientes. Dentro da fábrica existem o setor MWM, o setor Chrysler e assim por diante. Atualmente o ferro chega bruto a empresa e a fundição prepara o material de acordo com as especificações de cada cliente. Todo o material fundido passa por um controle rígido de laboratório, que detecta as quantidades de cada material no produto fundido em níveis de moléculas. Se a mistura do aço não estiver exatamente nas especificações do cliente, nenhuma peça vai para a forma. Há um rígido programa de rastreabilidade, em que cada peça recebe um número de controle. O fabricante pode saber quem era o técnico responsável pela liberação do lote, quem eram os funcionários da fundição no dia da produção e todo o percurso que a peça fez do chão de fábrica até a entrega.

Boa parte dos equipamentos da Metalúrgica Riosulense são de origem nacional (Romi) e outra parte de origem alemã e japonesa. Mas operam ainda, máquinas produzidas pela própria empresa, ou melhoradas internamente, com mais de 20 anos de operação. A maior parte do maquinário tem pouquíssimo tempo de uso. Dentro da empresa funcionam oficinas e depósitos de peças de reposição de empresas fornecedoras do maquinário, que para conseguir vender um equipamento para a Riosulense, deve garantir que haverá pessoal capacitado e peça de reposição a qualquer momento para que as máquinas não parem.

O principal destino dos seus produtos é a Europa, seguida pelos Estados Unidos e México, e depois países do Oriente Médio e Oceania e em menos destaque a América Latina. Com o crescimento da Ásia nos últimos anos, a Metalúrgica correu atrás do novo mercado em ampliação. Tentou negociar uma unidade na China, mas o excesso de burocracias e a falta de apoio desanimaram os investidores. No entanto, a Índia se mostrou muito mais atrativa, dispensando o pagamento de taxas e impostos nos primeiros anos, e principalmente liberando impostos e oferecendo subsídios para a importação de maquinários que não sejam produzidos nacionalmente. Além disso, o custo de produção é tão atrativo quanto o da China, e de acordo com os diretores, o salário de um engenheiro chefe na Índia é de cerca

de 150 dólares. Com esses atrativos, a Riosulense “bateu o martelo” e em 2009 entrou em operação a unidade na Índia.

Também criaram uma nova fundição em Rio do Sul, muito maior e mais moderna do que a atual. Com isso o número de funcionários chegou a cerca de 2000 no início de 2009. Como é comum em empresas desse porte, os funcionários recebem todo tipo de incentivo ao aprendizado técnico e ensino superior, sendo 100% bancados caso o curso interesse a empresa. Além disso, a empresa oferece grêmio recreativo, escola e creches para os filhos dos funcionários, planos de saúde, premiações para cada 5 anos de casa, entre outros.

ICAL – MUDANÇAS DE PRODUTOS E PERSISTÊNCIA NO MERCADO

A Ical, é atualmente uma indústria pequena, um caso atípico entre as empresas locais. Quando começou a produzir, em 1957, a Ical fabricava isqueiros tipo “zippo”, recarregáveis. A sua fábrica se localizava no centro de Rio do Sul, literalmente dividindo paredes com a Prefeitura. A Ical foi a inventora de um tipo de acendedor de fogão que se difundiu muito, um sistema muito simples, que consistia basicamente na pedra de acender o isqueiro acionada por um botão para produzir faísca. Quando começou a produzir isqueiros nos anos 50, este era quase um objeto de luxo, feito para durar a vida inteira. Mas começaram a invadir o mercado nacional, acendedores e isqueiros paraguaios, e a Ical começou a procurar outros nichos. Se transformou radicalmente em uma indústria gráfica. A Ical produzia blocos de emissão de passagens, cargas e encomendas para empresas de ônibus. Mas este nicho só se manteve enquanto havia uma reserva de mercado para as indústrias nacionais de informática no final dos anos 80, início dos 90. Quando as impressoras e computadores começaram a ganhar mercado, as empresas passaram a imprimir suas passagens e notas diretamente no balcão, e foi o momento de mudar de ramo mais uma vez. A Ical apostou em álbuns de fotografia, e nesse segmento despontou durante os anos 90 depois de conseguir exclusividade com a marca “Turma da Mônica”. Mas vieram as máquinas digitais, as pessoas pouco a pouco perderam o hábito de imprimir suas fotografias e foram se acostumando a manter as imagens gravadas em outras mídias. A Ical apostou no surgimento de um novo produto, o chamado Photobook, um livro onde as imagens são impressas com molduras e adereços, próprios para registrar casamentos, formaturas, viagens de férias. Aos poucos foi se adaptando a esta realidade, e ampliou suas atividades para a produção de máquinas para encadernação de photobooks, e atualmente vende também o software para a manipulação das imagens e adaptação à impressão em livro. O chão de fábrica da Ical parece uma sobreposição de todo o seu passado. Dividem espaço maquinário de todas as épocas que empresa atravessou. Desde a fábrica de isqueiro, até o setor de software, tudo está lá, a sua maneira, como se a qualquer momento aquele equipamento pudesse ser reativado. Quando passeamos pela fábrica, um funcionário sozinho

operava 4 máquinas, numa ilha de produção tipicamente japonesa. Tratava-se de uma ilha de injeção de plástico. Estava produzindo a ‘todo vapor’ canecas para a Kegelfest, a festa de outubro de Rio do Sul. Questionado sobre mais esta inovação, Celso Pereira, proprietário, respondeu: “Um investidor pode colocar o seu capital em uma poupança, e o seu retorno é fixo; pode colocar em um fundo de investimento, o retorno vai ser ainda melhor; pode colocar o seu dinheiro em ações na bolsa, o retorno vai ser maior ainda. Então o que o leva a pegar o seu dinheiro, e apostar em uma empresa, qualquer que seja o ramo? A certeza de que o lucro vai ser muito maior do que todas as opções anteriores.”

AFUBRA – ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL

A Afubra surgiu em 1955, no município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma entidade de classe, que reúne os produtores de tabaco e defende os seus interesses diante dos compradores. Espalhada pelos três estados do sul do Brasil, a Afubra se relaciona com o produtor e com o público consumidor através de suas lojas agrícolas. Em Rio do Sul o maior comércio agropecuário, é a loja da Afubra. Ali se encontra desde pregos ou sementes, até micro tratores, bombas de irrigação, estufas. Mas para entender o papel principal da associação é preciso entender como funciona o tão polemico mercado de tabaco. No plantio do tabaco, o produtor está vinculado a uma empresa compradora (o plantio integrado é aplicado no Brasil desde 1918). Existem basicamente 4 tipos de tabaco (virgínia, burley, oriental e charuto), cada qual com características e preços diferentes. Cada parte da planta resulta em um tipo de folha, sendo que os teores e o sabor variam (folhas do ápice, folhas do meio e folhas da base), e isso também modifica o valor pago pelo produto. O tipo de secagem muda de acordo com o tipo de estufa; nas estufas abertas, a secagem é lenta, o tabaco é secado a sobra, com o vento e produz um fumo de melhor qualidade, já na estufa fechada, o tabaco seca com o calor do fogo, o processo é forçado, é mais rápido, originando um fumo de menor qualidade. Antigamente as indústrias processadoras (Philip Morris e Sousa Cruz) compravam o tabaco direto dos produtores, deixando pra trás o produto que não interessasse e pagando preços ínfimos pelo produto. Atualmente se consolidaram as empresas classificadoras. Estas sim, compram direto do produtor, e em uma linha de produção própria, separam as folhas por tamanho, por cor, por cheiro, por teor de umidade, para então revender as empresas produtoras. A planta do tabaco é muito quebradiça, as folhas se quebram facilmente, de forma que ventos fortes, tempestades, e principalmente o granizo, podem ser devastadores para uma produção. Além disso, incêndios nas estufas de secagem são relativamente comuns, vistos que ela fica queimando lenha sem a supervisão do produtor rural. Para minimizar o risco da produção, a Afubra criou um sistema chamado “seguro mutualista”. A Afubra opera como uma grande seguradora. Os associados contratam as mais diversas formas modalidades de seguro. Como as condições climáticas nunca são as mesmas nos três estados, quando há tempestade ou granizo em um estado, os dividendos dos estados vizinhos cobrem os prejuízos da seguradora. Além

do faturamento com operações de seguro associativo, a Afubra tem como lastro forte as lojas agrícolas (atualmente 20, mais dois centros de distribuição), que fomentam a produção, financiam sementes e implementos, oferece assistência integral de agrônomos, técnicos, engenheiros florestais. A ideia é que o produtor possa chegar numa loja agrícola sem saber em que apostar no ano, e saia com fomento para a semente, os insumos, os equipamentos, o suporte técnico e o seguro contra eventualidades.

H.BREMER : ALTA TECNOLOGIA ALIADA A UMA ANTIGA TRADIÇÃO

No mundo moderno, tecnológico atual, é difícil imaginar que a maioria das indústrias opera hoje em dia, com uma tecnologia que despontou como inovação ainda na I Revolução Industrial: a caldeira. Talvez ninguém saiba disso, porque apesar de ter ouvido na escola que a locomotiva teve papel preponderante na modernização do mundo, ninguém ouve falar que o seu papel na indústria é ainda mais revolucionário. Mas o que é, como funciona uma caldeira? Para entender o papel da H.Bremer, é preciso entender um pouco a importância que os equipamentos que esta indústria produz, tem dentro de uma empresa.

Uma caldeira é uma espécie de panela de pressão, em maior escala. Como funciona a panela de pressão: a água é presa dentro de uma panela, e tem como única saída a válvula de escape e a válvula de segurança. A medida que o fogo é acionado e a água atinge os 100 graus, ela se transforma em vapor, se expande, mas não tem como sair da panela. A pressão vai aumentando, a água em estado líquido vai conservando calor sem conseguir evaporar, pois não há mais espaço dentro da panela. A temperatura da água em estado líquido chega a aproximadamente 110 graus. A pressão dentro da panela é tanta, que pode causar uma explosão se a temperatura aumentar e houver alguma falha nas válvulas de escape. Pois bem, uma caldeira é uma panela em maior escala. A caldeira consiste num cilindro repleto de tubos de aço preenchidos com água. Próximo a esses tubos há uma fornalha que utiliza os mais diversos combustíveis para fazer fogo e aquecer a água dentro dos tubos. A água tende a se transformar em vapor, mas os tubos permanecem fechados, e a pressão vai aumentando. Quando o vapor é liberado, ele move pás, hélices, engrenagens, linhas de produção, geradores. Com o passar dos anos, as caldeiras foram incorporando tecnologia, de forma a transformar uma quantidade de combustível, em uma quantidade ainda maior de energia ou de movimento. Isso as mantém vivas até hoje. Ao invés de uma indústria se conectar a rede de energia, mesmo que subsidiada, com uma caldeira ela tem a capacidade de utilizar inúmeras fontes de energia, de acordo com a disponibilidade local, e produzir a sua própria energia; ou comprar gás natural, óleo vegetal ou animal ou ainda diesel, e multiplicar o poder de geração da matriz escolhida através de uma grande panela de pressão. Em visita a fábrica em 2010, os engenheiros de projeto mostraram vidros com uma série de amostras, que iam desde lixo hospitalar, até dinheiro picado da Casa da Moeda. Os clientes enviam pequenas

amostras do que acreditam que possa ser queimado, e a empresa retorna dizendo quanto de energia é possível produzir e qual a caldeira ideal. Para conseguir esta adaptabilidade, a empresa desenvolveu um equipamento que é “condicionador” do combustível, e uma sistema de filtragem de resíduos dos gases. Assim, mesmo jogando lenha verde, lixo molhado, enfim, combustível de má qualidade na caldeira, no condicionador esse material é homogenizado, pré-queimado para perder umidade, e aí sim cai na caldeira. Depois da fornalha, um sistema de filtragem da chama e da fumaça retira as partículas e separa os gases produzidos de acordo com os parâmetros desejados. As caldeiras se identificam pela capacidade de produção de vapor e de pressão, se dividindo em classes das caldeiras: nas caldeiras flamotubulares, o fogo passa por dentro de tubos, que estão imersos na água; operam com menor pressão de trabalho, e limite de capacidade de produção, em função desta característica construtiva. Já nas caldeiras aquatubulares, a água é que está dentro dos tubos, e a chama envolve estes; operam sem limite construtivo de pressão, assim como sem limite construtivo para a produção de vapor. A H. Bremer tem uma carta de produtos que atende desde residências (caldeiras que produzem vapor ou água quente para saunas, cozinhas, piscinas, aquecedores), até empresas gigantescas que demandam caldeiras de 3 ou 4 andares de altura. De acordo com o institucional da empresa a origem da H. Bremer remonta começa em 1943, Hermann e Lilly Bremer chegam em Rio do Sul, atrás das oportunidades oferecidas pela extração da madeira. Hermann Bremer trabalhou como mecânico para a família Jensen, e posteriormente, como torneiro mecânico na Metalúrgica Riosulense. Nos finais de semana, trabalhando o casal, fazendo uso das máquinas do patrão, fabricaram uma serraria que foi vendida para Irineu Bornhausen, e outra para a família Soares. Isto gerou uma economia, que lhes permitiu montar uma pequena oficina, associando-se a Erich Bremer, Hermann Bremer Senior, Arnaldo Budag, Helmuth Mette e Carlos Budag. Foi constituída a empresa Bremer Irmãos LTDA, localizada no distrito do Taboão, em 1946. Para tanto, foram adquiridos 32.916 m² de área de terra. Uma das casas serviu para a instalação da oficina. Hermann Bremer se dedicava obstinadamente ao trabalho na oficina, enquanto Lilly, além de trabalhar na oficina, realizava as tarefas domésticas, avolumadas pela presença contínua de aprendizes da oficina, que recebiam além da hospedagem, alimentação e roupa lavada durante os três anos em que permaneciam nesta categoria profissional. Muitos deles, mais tarde, integrariam o quadro de funcionários da empresa. Quando doentes, Sra. Lilly lhes oferecia também seus cuidados de enfermagem. Hermann Bremer mantinha um relacionamento “amistoso” nas suas relações econômico sociais. Nenhum cliente deixava de receber os serviços da empresa mesmo que não tivesse como pagá-los. Primeiro a oficina realizava os trabalhos, e depois era estudada uma forma de pagamento, quando o cliente pudesse. Ao precisar honrar um compromisso, Hermann recorria à sua agenda onde estavam anotados todos os seus devedores que eram procurados para a prestação de contas. Em 1967, surge sucessora H. Bremer e Filhos LTDA, conjugando os investimentos de Hermann Bremer, Haroldo Bremer, Humberto Bremer e Horst Bremer. Horst Bremer, responsável pela direção da organização, mostrou-se um notável administrador, estabelecendo

uma nova mentalidade na empresa, com uma administração racional e tecnologia avançada dentro dos modernos, princípios administrativos. Em 1979, Horst Bremer e seu pai foram à Alemanha, e devido a contatos mantidos naquele país, abriu-se nova perspectiva para a indústria, que resolveu investir na tecnologia alemã. Hoje a H.Bremer possui uma estrutura de gestão que mescla o super-tecnológico, com estas características peculiares de sua gênese. Durante a visita de campo, os engenheiros que mostravam os inúmeros modelos de caldeiras e todas as possibilidades de combustíveis, eram de fato obcecados por queimar qualquer coisa, é preciso fazer uma caldeira que se adapte ao que o cliente tiver para queimar e a quantidade de energia que ele precisar. Os soldadores da indústria levam até sete anos para se formar, num processo contínuo de aprendizagem, aperfeiçoamento, certificações. Determinadas soldas em algumas caldeiras são feitas somente pelos “mestres” da arte de soldar, que se constituíram ao longo de anos de carreira na empresa. Mas o mais surpreendente, é que coincidentemente, almoçamos na empresa, e depois fomos conhecer o chão de fábrica, e os operários que estavam em horário de descanso, dormiam em redes bem instaladas perto das máquinas. O engenheiro que acompanhava a turma explicou que as redes foram compradas pela dona Ivone Bremer, esposa do Seu Horst, muito preocupada com o descanso dos meninos depois do almoço.

No ano 2000, a H.Bremer em sociedade com a Marcovil, empresa metalmeccânica de Portugal, especializada na construção de maquinário pesado para construção civil, criaram em Rio do Sul, a Brevil. Trata-se de uma indústria de produção de equipamentos para movimentação de cargas pesadas. São elevadores que transportam cargas, máquinas e matérias primas dentro da fábrica por sistemas de controle que mantém os operadores e operários longe da área de movimentação. A linha de produção da Brevil é bastante simples. A indústria ocupa antigos galpões dos primeiros anos da Bremer. Para a construção dos elevadores, as chapas de aço são cortadas e montadas sobre gabaritos, e levam dias sendo calmamente soldadas. O sistema de controle remoto e automatização é enviado da Europa pela Marcovil. Os motores, cabos, painéis de comando, toda a parte elétrica vem de diferentes fornecedores de Santa Catarina. O gancho do guindaste, só tem um produtor no país, uma indústria de forja de aço de alta resistência no Rio Grande do Sul. Aproveitando as oportunidades que vem surgindo com o advento da copa do mundo e das olimpíadas, (construção de estádios, vilas olímpicas, ampliação de aeroportos e metrô), além dos novos mecanismos governamentais para construção de casas populares (Construcard, Programa Minha Casa Minha Vida), Bremer e Marcovil se adiantaram e empreenderam em Indaial a Grubras – Gruas do Brasil Indústria e Comércio de Gruas. As gruas são guindastes para construção civil, que ocupam um espaço mínimo na obra, e conseguem colocar a carga em qualquer ponto da construção. Pouco comuns no Brasil, na Europa são uma realidade independente do porte das obras, visto que os prazos para construção são muito menores, os salários muito maiores, e a legislação com relação a segurança e quantidade de peso que um trabalhador pode carregar são muito mais restritivas.

Cravil – uma Organização Econômica Fundamentada na Participação Coletiva

A Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí, surgiu em 1971, com a união de outras 5 cooperativas agrícolas da região. Segundo Harry Dorow, agricultor e presidente da instituição (entrevista e vista a empresa, 2010), no década de 70, muitos agricultores de áreas mais afastadas do Alto Vale, não possuíam sequer energia elétrica. Na época havia uma parceria entre a CELESC e o Banco do Brasil, onde a CELESC investia em linhas de transmissão, se os agricultores fossem produtores cooperados. Esta era a forma de garantir que o investimento teria retorno, que os agricultores eram de fato produtivos. O Banco do Brasil, por sua vez, fomentava os agricultores, concedendo empréstimos com juros mais baixos e prazos mais longos, caso estes estivessem vinculados a uma cooperativa, pois neste tipo de organização há uma cobrança coletiva pela produtividade, os equipamentos são viabilizados com mais facilidade, é mais fácil contratar assistência técnica para um grupo de produtores. Dorow relata, que no período, o Banco do Brasil fazia inspeções de surpresa nas propriedades. Era comum um agrônomo do Banco aparecer na propriedade para ver se a mata já tinha sido derrubada e queimada, se a roça estava de fato plantada. Fazendo um paralelo com a realidade ambiental em seu contexto atual, o agricultor relata que na época, a ansiedade pela energia elétrica era tanta, e o medo de desapontar a cooperativa ou o banco eram tamanhos, que ninguém dormia no ponto. Floresta de pé era sinônimo de relaxamento, de preguiça. O governo estava oferecendo luz, oferecendo dinheiro barato, a cooperativa oferecendo equipamentos, oferecendo assistência técnica, oferecendo insumo, garantindo a compra da produção, dividindo os lucros com o cooperado. Não produzir era praticamente uma vergonha. Dorow é proprietário de apenas 3 hectares em Itajaí, onde cria gado leite semi-confinado, entre outras culturas. O tamanho médio das propriedades dos cooperados da Cravil é de apenas 4 hectares. No entanto estas propriedades são altamente tecnificadas, conferindo uma produção compensadora. Esta é mais uma das consequências positivas do sistema cooperativo. Como a compra da produção sempre está garantida, o agricultor não tem tanto medo de pegar crédito para investir em tecnologia. Além disso, como há, a cada 3 meses (período equivalente às safras) uma distribuição dos lucros entre os associados, mesmo que dê tudo errado na lavoura, algum capital vai entrar. Nos últimos anos, com programas de governo incentivando a renovação da frota de tratores, mais uma vez, com juros menores pra cooperados, teve muito agricultor que comprou trator “zero quilometro”, sendo que já tinha um trator velho, mas em perfeito funcionamento, só pra não perder a oportunidade de negócio. Para se tornar cooperado não é preciso ser produtor rural. Qualquer pessoa pode pagar uma cota de participação (em 2010, R\$ 600,00), e a partir de então, tem direito a qualquer assistência técnica, à participar nos lucros, participar das assembleias, a comprar com vantagens. Isto porque a Cravil também funciona como uma cooperativa de consumo. Assim como a Afubra, um grande lastro da Cravil é uma rede de varejo espalhada entre a serra catarinense e o litoral. São 30 supermercados com loja agrícola, onde os associados tem inúmeras vantagens

(descontos, prazos, prêmios, promoções, etc). Outra intenção dos supermercados, é atuar como regulador de preços. Quando o valor de determinado item sobe demais na praça, no Supermercado Cravil eles jogam o preço pra baixo, pelo menos pros seus associados. Nesses momentos, são os lucros da agricultura quem seguram as perdas que o setor varejista da empresa está tendo em um determinado item. Entre a serra e o litoral, a Cravil conta com mais de 20 mil famílias associadas, o que garante um público consumidor para os supermercados bastante forte. Com relação à estrutura administrativa, de acordo com o institucional da empresa, a cooperativa é administrada por um Conselho de Administração constituído por nove membros, associados e agricultores, com os cargos de Presidente, quatro vice-presidentes efetivos e quatro suplentes, eleitos pelos associados em assembleia geral. O Conselho de Administração é subordinado à Assembleia Geral, a quem cabe as decisões macros da empresa. Conta com a assessoria de um Conselho Deliberativo composto por outros 16 associados, que partilham decisões estratégicas em especial, e definem a política de investimentos. O Presidente representa o Conselho na estrutura administrativa da Cooperativa, fazendo cumprir as decisões do Conselho. A Cravil conta com a atuação do Quadro de Lideranças, os chamados Comitês Educativos Locais e Conselhos de Produção, eleitos em Assembleia, com mandato de 2 (dois) anos. Somam-se neste trabalho, aproximadamente 300 líderes. Já o quadro de funcionários da Cooperativa, é contratado em regime de CLT, e é responsável pelo planejamento e execução dos negócios, tendo como prioridade gerar lucro para a empresa e assim, remunerar os associados de acordo com a função de cada um.

A estrutura tecnológica da Cravil é muito moderna. Desde os anos 70, a empresa já construía silos de armazenagem para arroz. Quase todos os centros de beneficiamento possuem imensos silos de armazenagem. Quando questionados sobre a forma de utilização dos silos, se os mesmos eram utilizados para evitar flutuações nos preços dos cereais, vender quando os mesmos estivessem em alta; os técnicos informaram que a velocidade de venda é tão grande, que isto nunca chegou a acontecer. O foco da Cravil é feijão, arroz e milho, e estes grãos tem giro muito rápido. A função dos silos é mais a de comportar o grande volume, que costuma chegar todo no mesmo período, para ser processado, embalado e distribuído de acordo com a capacidade das fábricas. Na cidade de Rio do Oeste, a Cravil mantém um centro experimental, que ao longo de sua trajetória foi fundamental para o seu desenvolvimento técnico. Como trabalham com agricultura convencional, os engenheiros da cooperativa afirmam que muita coisa costuma ser oferecida como promessa de bom negócio para os agricultores. Olhando mais atentamente, se percebem detalhes do tipo “semente ideal para cultivo em altitudes entre 200 e 1200 metros”, ou ainda “se adapta bem em regimes entre 600 e 1200 mm de chuvas”, ou “arado ideal para todo tipo de solo, opera em qualquer declividade”. Quando resolveram implantar a área experimental, o objetivo era blindar o produtor contra produtos inúteis. De acordo com a equipe técnica, os fatores que afetam um determinado cultivo são tão sensíveis, a ponto de determinada semente se desenvolver muito bem no campo experimental de

Rio do Oeste, mas não apresentar resultado tão satisfatório em Rio do Sul. Assim, todos os anos, a Cravil promove o Dia de Campo Cravil, uma grande feira agrícola no seu campo experimental, onde os cooperados percorrem plantações, observam as novas máquinas trabalhando, assistem palestras, fazem treinamentos, ouvem os agrônomos e técnicos da cooperativa, trocam experiências, fazem negócios, discutem e votam suas questões. A Cravil está entre as 10 maiores cooperativas de Santa Catarina. O seu principal produto é a semente de arroz, que é produzida na cidade de Agronômica, nas planícies de inundação do Itajaí. O município, e claro, a Cravil, detém o recorde mundial de produtividade de arroz por área. A equipe técnica da Cravil, se orgulha de contar que anualmente recebem delegações do Japão e da China, países com uma tradição milenar na produção de arroz, buscando entender como os agricultores locais conseguem superá-los. Pois bem, para os técnicos, um dos fatores, é que o arroz em questão é o arroz semente, que vai alcançar preços bem mais elevados de venda. É um plantio que não pode ter imperfeições, não pode ter plantas daninhas. É uma área onde o produtor não quer ter sequer um cantinho da plantação produzindo menos. As áreas de plantio geralmente têm apenas 2 ou 3 hectares, e são meticulosamente cuidadas pelos produtores. É comum os produtores passarem com baldinhos de adubo, completando os cantinhos onde o trator não passou com capricho, assim como colhendo a mão o que as colheitadeiras deixaram pra trás.

Prefeitura de Atalanta e Apremavi : uma relação estreita entre poder público e Terceiro Setor

No município de Atalanta, como abordado anteriormente, a prefeitura, limitada pela impossibilidade de arrecadar mais impostos, criou um programa de estímulo a economia para aumentar suas arrecadações. Em entrevista com Maria Cristina Hadlich, responsável por contas e tributos, a entrevistada explicou como funcionam as entradas e saídas do município. O município não tem indústrias significativas, o comércio é fraco, conseqüentemente não recebe repasse estadual significativo de ISS (serviços) e ICMS (indústrias e comércio). Hadlich informou, que cerca de 95% do recurso municipal é FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Está em andamento um programa para estimular o produtor rural a vender seus produtos com notas, e o que a prefeitura arrecada com esses impostos (ICMS), subsidia estes produtores que passam a receber créditos da prefeitura para gastar no comércio local. Ou seja, a troca das notas na prefeitura por vales compras, faz com que o dinheiro circule dentro do município, aumentando as emissões de notas no comércio.

Outra relação interessante, é a da prefeitura com o terceiro setor instalado na cidade. Se localiza em Atalanta a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – Apremavi. A Apremavi é uma das maiores ONGs de Santa Catarina na área ambiental. O foco da Apremavi é a produção de mudas de espécies nativas da mata atlântica. Possuem um viveiro moderno, para

produção de 1 milhão de mudas florestais por ciclo produtivo. Trabalham com uma equipe de campo que percorre as áreas remanescentes de floresta da região identificando e mapeando espécies raras como canela preta, canela sassafrás, e mapeiam estas árvores como matrizes de coleta, de onde retiram as sementes. A produção abrange mais de 120 espécies, que são vendidas para todo o Brasil. A arrecadação com o comércio de mudas, fomenta projetos de educação, programas de doação de mudas, programas de revitalização de áreas degradadas e assim por diante. Como a Apremavi possui um corpo técnico composto por geógrafos, biólogos, sociólogos, administradores (em sua maioria mestres e doutores), e como está atuando com sucesso na região a mais de duas décadas, a prefeitura de Atalanta se habituou a consultar a Apremavi antes de tomar decisões estratégicas para ter certeza dos rumos que está tomando.

Trombudo Central: empresas semi-feudais, extração de produtos primários, capital internacional

No município de Trombudo Central, coexistem estruturas econômicas por assim dizer, arcaicas, juntamente com investimentos de capitais internacionais e estruturas empresariais, que não fosse a modernidade do layout da empresa, poderiam ser chamadas de semi-feudais. A cidade de Trombudo Central é a grande produtora nacional de varvito, uma rocha conhecida no mercado como “pedra lousa”. Trata-se de uma rocha sedimentar formada a partir de depósitos de lama em lagos glaciares. São dezenas de pequenas mineradoras instaladas no município. Algumas realmente rudimentares, onde a rocha é apenas cortada e empilhada à beira da estrada, e o comprador adquire os blocos negociando na hora com quem estiver extraindo a rocha. Outras mineradoras são muito modernas, transformam o varvito em mesas de bilhar e móveis para exportação, possuem uma gama variada de produtos e trabalham com equipamento de ponta. No município, conheci a empresa Frederico Schutte Artefatos de Madeira. Produzem portas, janelas, móveis e artefatos para churrasco. A fábrica é grande, sem muita modernidade. O que chama atenção é que a toda a área no entorno da fábrica são florestas de pinheiro próprias, a fábrica é cercada de pinus por todos os lados. Dentro da floresta, uma vila com inúmeras casas pequenas e simples, onde residem os operários, e algumas casas grandes e majestosas onde moram os donos e diretores. O conjunto não tem como não lembrar um feudo europeu em sua mais pura essência. Em Trombudo Central há uma forte presença de indústrias do ramo de amido e fécula de mandioca, outro resquício importante do período colonial. Enquanto em Rio do Sul, a Odebrecht e a Cassava expandiram os negócios de mandioca para o Paraná e Mato Grosso do Sul atrás de terras baratas e solos férteis, em Trombudo Central o ramo do amido continuou sendo um dos eixos principais da economia. A cadeia produtiva da mandioca não se limita ao amido. Do amido são produzidos adesivos, as chamadas dextrinas, que são fundamentais a indústria de papelão; diversos tipos de féculas e maltodextrinas são usadas na produção de sorvetes, salgadinhos, sopas instantâneas, alimentos congelados, produtos lácteos; os chamados amidos hidrofóbicos, são utilizados como excipientes para comprimidos, cremes e cosméticos; os maltes, são utilizados para

conferir viscosidade, diluir corantes e adoçantes, conferir efeito anti-cristalizante em alimentos congelados, cremosidade a alimentos em pó; na linha química, os amidos modificados são usados aditivos para adesivos, resinas, tintas acrílicas e vinílicas e argamassas; e na indústria têxtil, são agentes de engomagem e espessantes para estampagem. A Cassava, de Rio do Sul, ainda é a líder nacional em todos os tipos de amidos modificados, com duas fábricas no Paraná e uma no Mato Grosso do Sul (somente o escritório administrativo fica em Rio do Sul). Em Trombudo Central, dividem a cena a Hedler Indústria de Alimentos LTDA, e a National Starch dos Estados Unidos. A Hedler é uma empresa de capital local que iniciou as atividades em 1980, com a extração de óleo de sassafrás, beneficiamento de madeira, feccularia, reflorestamento, agricultura e pecuária. As atividades de serraria, beneficiamento e extração de sassafrás, foram encerradas devido a escassez de madeira. Em 1993, mudou a razão social para Hedler Indústria de Alimentos. Em novembro de 1999, com parceria da empresa Rex Máquinas e Equipamentos fornecendo know-how, iniciaram-se as atividades na área de fabricação de Dextrina e Adesivo Vegetal, e em 2004 a produção de sagu de mandioca. Em 2000 a empresa adotou o nome fantasia “Poliamidos”, com o objetivo de ampliar os tipos de derivados de mandioca produzidos na unidade. A National Starch é uma gigante americana do segmento de amidos modificados. No Brasil, possuem unidades no estado de São Paulo (Água Branca e Jundiá), no Paraná (Curitiba e Palmital), e a unidade de Trombudo Central. A National inaugurou a unidade de Santa Catarina visando substituir suas importações do produto semi-acabado que vem do mercado tailandês. De acordo com a empresa, o produto asiático chega caro ao Brasil, mas quem não consegue comprar de fora, tem que se sujeitar as flutuações de preço impostas pelos mercados do Paraná e Mato Grosso do Sul, maiores produtores nacionais.

Braço do Trombudo – pequena cidade, indústrias gigantescas

Na cidade de Braço do Trombudo, a imponência das indústrias do Grupo Rex é tamanha, que destoa do tamanho tão reduzido da cidade (3.400 habitantes no censo de 2010). Logo no acesso ao município, à margem da BR 470, a mais nova unidade da Rex é tão grande que não foi possível enquadrar em uma única foto. A Rex é uma empresa do setor metalmeccânico automotivo. Sua especialização são elementos fixadores: parafusos, arruelas, porcas e barras roscáveis. A Rex começou as suas atividades produtivas em 1958, como prestadora de serviços mecânicos e fabricação artesanal de peças para caminhões, máquinas e equipamentos. A partir da década de 1970, a Industrial Rex partiu definitivamente para a fabricação de parafusos. Em 2010, visando uma diversificação de setores, a Rex inaugurou uma destilaria de cachaças finas, na ocasião da visita, ainda em estágio de implantação, mas já se via em todo o entorno da unidade uma grande plantação de cana, visando a autossuficiência de matéria prima. Ao lado de uma das 4 unidades fabris, a Rex mantém preservados os galpões de madeira e alvenaria onde iniciaram as suas atividades nos anos 50. Também do lado de uma das fábricas, fica a prefeitura, que é tão humilde, que a unidade da Rex de 1958 parece mais

imponente. Não é difícil constatar que a política e a economia da cidade giram em torno do grupo industrial. Outra mega indústria no município é a Balanças Rinnert. Atua no segmento de balanças industriais, balanças agropecuárias e balanças rodoviárias. Está no mercado desde 1950. Assim como a Shutte de Trombudo Central, nas proximidades da Rinnert há uma vila de operários, e junto a fábrica as casas majestosas dos proprietários. Na rua principal de acesso a fábrica, a Escola de Educação Básica Emilia Rinnert.

Agrolândia – polo de tecnologia de processamento de biomassa e geração de energia

A cidade de Agrolândia tem uma grande concentração industrial, fundamentada no setor metal mecânico e de energia. Apesar da presença do setor têxtil (Multicolor, pigmentação de tecidos) e de ser uma cidade de pouco mais de 9.000 habitantes, com importante atividade rural, é o setor de máquinas industriais pesadas que marca a economia da cidade. As duas grandes potências são o Grupo Lippel e o Grupo Biochamm. O Grupo Lippel começou como uma pequena metalúrgica fundada por Vigoldo Lippel em 1975. Desde jovem, Vigoldo Lippel mostrava muita habilidade nas artes metalúrgicas, fabricando equipamentos agrícolas de acordo com as necessidades que observava na região. Juntamente com os seus irmãos, iniciou uma fabriqueta de máquinas agrícolas, que produzia implementos diversos para tratores e micro tratores, e também fabricava carretas agrícolas. Ainda no início das atividades, a empresa foi dividida no segmento de carretas, e no setor de máquinas. Ao longo dos anos, a Lippel se especializou em máquinas para o processamento de biomassa. O objetivo da Lippel é transformar qualquer coisa que possa queimar, num combustível perfeito para caldeiras, agregando valor ao resíduo. Seus equipamentos permitem processar, movimentar, armazenar, compactar e queimar resíduos sólidos. Com a conscientização ambiental em pauta, a empresa vem crescendo muito. Seus equipamentos permitem homogeneizar para queimar, galhos de podas, cascas de árvores, madeiras de construção, resíduos industriais. Nesse último caso, por exemplo, todo madeiramento utilizado em uma obra, mesmo com restos de cimento, pregos, parafusos, grampos; entra em moedor que transforma o material em cavacos. Um detector de metais separa com um eletroímã os materiais metálicos, e os cavacos são destinados ou para a queima ou para compactação, onde são transformados em briquetes (tijolos de biomassa compactada, que possuem maior poder calorífico e ocupam menos espaço). A Lippel ainda hoje mantém a fabricação de carrocerias rodoviárias, mas a fábrica de carrocerias é uma empresa totalmente diferente da fábrica de máquinas industriais, e se localiza no município de Trombudo Central. Uma terceira empresa do grupo é a Lippel Metal Mecânica, que produz máquinas industriais para dobrar chapas, curvar tubos, serra fitas para metais, tesouras hidráulicas. São diversos equipamentos que permitem a fabricação de máquinas industriais. Entendendo que o fundador da Lippel era um talentoso metalúrgico, faz sentido ver que a sua própria demanda por equipamentos, tenha originado uma fábrica de fabricar equipamentos.

A Biochamm, é digamos assim, uma versão ainda maior da H.Bremer. A Biochamm também atua no segmento de caldeiras, mas seus produtos são ainda maiores. A história da empresa remonta 1945, quando as famílias Siegel e Prochnow se uniram para produzir amido de mandioca, criando a Prochnow S.A. O imigrante alemão Walter Siegel era o desenvolvedor das máquinas da empresa, e a partir da constante modificação e aperfeiçoamento de suas máquinas, visando o mercado de fécula em crescimento exponencial na região do Alto Vale, surge a Walter Siegel Máquinas. Nos anos 80, aproveitando o programa do governo federal de incentivo a produção de álcool, a empresa captou fundos para a criação de uma planta industrial para produzir álcool a partir da mandioca. A produção de álcool se encerrou ainda no início dos anos 90, mas o know how na produção de máquinas especiais se ampliou ainda mais. O fechamento da indústria de álcool foi um evento polemico na época, pois no mesmo período em que os Siegel fecharam a usina de álcool, abriram uma empresa de taxi aéreo na rota Lontras-São Paulo com um jato próprio, e na época se falou que o dinheiro foi desviado, roubado e coisas do gênero. Em 1998, a família Siegel funda a divisão Biochamm Caldeiras e Equipamentos Industriais Ltda, empresa do ramo de fabricação de caldeiras. Contando com o apoio integral da WVT alemã (proprietária da Bioflamm na Alemanha) e de outras empresas de nível internacional, a Biochamm é hoje uma das empresas que mais cresce no setor de queima de biomassa. O diferencial com relação a H.Bremer, é que a os equipamentos da Biochamm são voltados para a chamada co-geração. Produzir energia por co-geração, significa utilizar o vapor, os gases da queima ou ainda a água quente em expansão, para movimentar turbinas geradoras de energia. Pois bem, uma caldeira produz energia térmica e energia motriz. Para produzir, além destas duas formas de energia, energia elétrica, a água dentro da caldeira precisa alcançar em estado líquido temperaturas que podem ultrapassar os 400° célsius. Quando liberado o vapor, uma única gotícula de água entra na turbina com a força de uma bala de fuzil. A precisão dos equipamentos e a resistência dos materiais para resistir a estas forças atuantes devem ser tamanha, que poucas empresas nacionais estão atuando no ramo de equipamentos para co-geração. A própria H.Bremer, durante a visita técnica, afirmou que não pretendia se arriscar fora do segmento de caldeiras convencionais, pois levaria alguns anos para dominar a tecnologia de turbinas, fundamental ao processo. A Biochamm produz ainda equipamentos para indústria petrolífera, como torres e fornos de refinaria, filtros de ar para chaminés, reservatórios e tambores de vapor.

Laurentino - alimentos e agricultura, no berço da migração italiana

Laurentino é a porta de entrada para o Vale do Rio do Oeste. Ali se iniciou a colonização por parte dos imigrantes italianos. A cidade de Laurentino é caminho obrigatório para o município de Rio do Oeste, e uma via opcional para Trombudo Central, Braço do Trombudo, Pouso Redondo e Taió. Portanto em uma escala menor, teve um papel parecido com o de Rio do Sul, de concentrar atividades comerciais, serviços, transporte e atividades de suporte a economia dos municípios adjacentes. Há uma

forte valorização da tradição italiana em Laurentino. O município promove como festa de outubro a Festa Nacional da Polenta. Na ocasião da visita, todos os postes da cidade, bem como as pontes e os bancos de praça estavam pintados com as cores da bandeira da Itália. O Vale do Itajaí do Oeste é mais largo que o Itajaí do Sul. Se formam nesse vale, planícies de inundação bastante vastas. Os solos das várzeas são tipicamente férteis, e na região se desenvolve uma importante produção de arroz irrigado, e vem se consolidando uma nova bacia leiteira. Ainda no setor agrícola, Laurentino tem uma forte produção de mudas que vão desde as frutíferas até as exóticas e ornamentais. A produção de mudas de ornamentais é bastante intensiva em mão de obra, mas não exige tecnologia especial. Já a produção de mudas frutíferas é um investimento alto e são estruturas bastante tecnificadas. No caso das mudas de cítricos, voltadas para os mercados de São Paulo e Paraná, as estufas de produção são totalmente isoladas, para entrar é preciso ter uniforme e calçados esterilizados, a área de produção tem tanto controle quanto um frigorífico, devido ao risco de infecção das mudas por vírus ou fungos. Como as mudas são produzidas por clonagem, a contaminação de uma planta pode significar a perda de milhares de outras. Na entrada do município de Laurentino há uma grande unidade do Pamplona, a fábrica de rações que distribui alimento para todas as unidades e para todos os produtores da empresa. Com esta fábrica e com os agricultores que produzem milho ou suínos no município, o Pamplona se consolida como o maior empregador da cidade de Laurentino (o Frigorífico Riosulense Pamplona é o maior empregador de Rio do Sul, de Presidente Getúlio e de Laurentino). Ainda no setor de alimentos, uma indústria bastante tradicional na cidade é a Oliveira Indústria e Comércio de Alimentos. A empresa iniciou suas atividades produzindo fumo de corda e sabão em 1966. Depois de alguns anos neste segmento, a empresa abriu outros segmentos e passou a se dedicar a produção de balas e doces de frutas. O produto mais conhecido e mais tradicional da Oliveira são as balas de banana. A empresa possui um centro de distribuição em São Paulo, de onde seus produtos são distribuídos para as demais regiões do país. Nos anos 90 a Oliveira diversificou mais uma vez a sua produção e entrou para o ramo de laticínios produzindo queijos prato, mussarela e colonial, além de doce de leite, o carro chefe na linha de laticínios. A Oliveira emprega cerca de 700 pessoas. A estrutura da fábrica é um misto de tecnológico com arcaico. A parte de produção de queijos é a mais nova, e a mais moderna, com controle bastante rígido de todas as etapas. O setor de produção de geleias não tem muita sofisticação, são painéis de inox de grande escala, com misturadores mecânicos que homogeneizam as misturas produzindo as geleias. Já a produção de balas, justamente o produto mais conhecido da empresa, foi criado com máquinas usadas, e as mesmas permanecem em atividade desde a fundação da fábrica, em pleno funcionamento.

Rio do Oeste – um expoente industrial da colonização italiana

Rio do Oeste é a cidade mais moderna entre os municípios de predominância italiana. Apesar de possuir a mesma geografia de Laurentino, com terrenos planos, várzeas férteis alagáveis, em Rio do Oeste além de se desenvolver o plantio de arroz, existem empresas descascadoras, silos reservatórios, embaladoras e toda a cadeia produtiva ligada ao grão. Toda a cadeia do arroz pertence à mesma família, os Nardelli. Os negócios da família Nardelli são extremamente diversificados. Produzem eletrodomésticos, possuem supermercados e lojas de materiais de construção. A empresa surgiu em 1939 com o beneficiamento de arroz. Da venda do produto no balcão, surgiram os supermercados. No início da década de 90 a Nardelli começou a produzir fornos elétricos, e acompanhando as modernizações do setor, hoje produz coifas, fogões tipo cook top e recentemente começou a produção de fornos de micro-ondas. Entrando em Rio do Oeste, logo após o portal da cidade estão os silos de arroz da Nardelli Alimentos, adiante vem a unidade fabril da Nardelli Eletrodomésticos, em seguida encontra-se o Supermercado Nardelli, na cidade pode-se comprar também no Atacados Nardellino, ou na Nardelli Materiais de Construção. Trata-se, portanto, da empresa mais diversificada visita na cidade; seus capitais estão totalmente concentrados nas mãos da família, e se dividem em negócios bem consolidados na indústria, no comércio e no agronegócio.

Outra potência no município é a Bertazoli Indústria de Móveis Ltda. Esta indústria pode ser apontada como um resquício clássico da “era da madeira” no Alto Vale. O nome da empresa, Bertazoli, é um nome fantasia criado a partir da junção de Bertolli e Stopazzoli. Como dito no capítulo 2, Luis Bertolli foi um caixeiro viajante que percebeu as oportunidades de negócio que poderiam surgir no entroncamento do Rio Pombas com o Rio do Oeste, e começou a estabelecer comércios pela região, além de empreitar com o governo do Estado a abertura de estradas. A Bertazoli fabrica móveis simples de madeira de reflorestamento. A fábrica não possui grande requinte ou tecnologia que impressione, mas é de fato muito grande, e como outras madeireiras já visitadas, parece uma vila, um pequeno feudo no meio de uma imensidão de florestas de pinheiro. Durante a visita a unidade, foi indicada a Fazenda Água Verde como residência da família Bertolli. Em visita ao local, evidentemente, a fazenda não permitiu a visita, mas o funcionário encarregado informou que a propriedade possui 450 hectares, cria gado europeu da raça Angus, de corte, em sistema extensivo. Toda a área de florestas entre a Fazenda Água Verde e a fábrica, numa distância de 25 km, pertence aos Bertolli. A família possui áreas de psicultura, áreas de arroz, propriedades arrendadas à pequenos produtores e até mesmo uma pista de pouso particular a exemplos dos Siegel.

Por todo o interior do município de Rio do Oeste, passa-se por pequenas propriedades com placas da Pamplona onde lê-se o nome dos produtores e as especificações UPL, UPM e UT, referentes à Unidades Produtoras de Leitões, Unidades Produtoras de Matrizes e Unidades de Terminação. Um sistema de logística transfere os leitões desmamados das UPM para as UPL, onde os leitões ficam até

chegarem ao peso de 15 quilos, quando então são transferidos para as UT, onde ficam até chegar aos 60 quilos, quando são encaminhados para o abatedouro. Isso evita que doenças de adultos afetem os jovens, que doenças de jovens afetem as matrizes ou os recém-nascidos. Uma observação interessante no interior do município é o padrão das casas dos agricultores e as suas posses. As propriedades em sua quase totalidade são muito pequenas, mas não há propriedade que não tenha galpões grandes, maquinário novo, moderno. É comum os moradores deixarem na frente de casa em exposição, o carro, as motos e o trator. Exatamente como havia relatado o técnico da Cravil, vê-se nos galpões estacionados, tratores que parecem nem ter tocado a terra ainda, como se o agricultor tivesse comprado o equipamento, mas ainda estivesse usando o velho, deixando o novo guardado pra quando o equipamento antigo se acabar. A melhor visita em Rio do Oeste foi a Rio do Oeste Laticínios – Riolat. A fábrica é relativamente pequena, porém muito moderna. O proprietário relatou que a família sempre produziu queijo, mas com as restrições sanitárias que foram surgindo nas últimas décadas a produção foi saindo do fundo do quintal e se tornando cada vez mais moderna. Atualmente processam o leite de 400 produtores. Mas para o produtor, a situação do pequeno empresário, em especial no ramo de leite é delicadíssima. Para o empresário, a competição com as cooperativas é desigual, pois para estas organizações os empréstimos são fáceis, as organizações não dão garantias, não penhoram nada, os juros não só são menores, como são decrescentes, se as organizações pagam em dia tem redução das dívidas, em algumas categorias de empréstimo, a primeira parcela vai ser só depois de um ano e por aí vai. Para exemplificar ainda melhor, o empresário relatou que a Frimesa, no município de Aurora, a 30 quilômetros de Rio do Oeste, produz unicamente mussarela, que é o derivado de leite mais caro de se produzir, o que oferece a menor margem de lucro para a empresa, e mesmo assim a indústria em Aurora é lucrativa e prospera, pois a Frimesa é uma cooperativa. No caso da Riolat, para ter viabilidade econômica, não podem nem pensar em produzir mussarela. Precisam vender queijo colonial, ricota, manteiga e iogurte, e a venda do conjunto de produtos é que da sustentabilidade econômica a empresa.

Pouso Redondo – um centro industrial compactado em uma pequena cidade

A cidade de Pouso Redondo é o centro urbano regional que mais se aproxima em importância de Rio do Sul. Pouso Redondo possui esta denominação em decorrência de uma pastagem que era cercada em forma circular, que servia de pouso para as tropas que desciam da serra descansar antes de seguir percurso em direção ao Médio Vale. Nas imediações do “pouso” foram se instalando comércios variados, hospedagens e serviços. Atualmente possui grandes indústrias cerâmicas (Cerâmica Lorenzetti, Haje, Constrular, Sardá), grandes indústrias madeireiras (Rohden, Madeireira Selva Norte). No setor agropecuário, destaque para um grande frigorífico, a FrigoVerdi, que produz unicamente carne de bovinos, e 100% dos animais abatidos são criação própria da família Verdi. A empresa possui cerca de 200 funcionários na linha de produção, e a fábrica opera 24 horas por dia. Em Pouso Redondo fica a central de beneficiamento da Cravil mais moderna, com 12 silos de 25 metros de altura cada, um

moderno tombador, que levanta os caminhões num ângulo de 90° para virar toda a carga rapidamente dentro dos depósitos que encaminham os cereais para o beneficiamento. O gerente da unidade informou que somente esta unidade recebe a produção de 800 propriedades distribuídas entre o Planalto Serrano e a região de Blumenau, num raio de cerca de 200 quilômetros. De acordo com o gerente da planta industrial, no ano de 2010 esta unidade obteve um lucro de R\$ 2 milhões, divididos entre os produtores e associados desta unidade no fechamento de fim de ano. Quando questionado sobre o papel dos silos na manobra contra flutuações de preço, a gerência informou que não há como fugir dos preços estipulados pelo Rio Grande do Sul, que é o Estado que controla os preços no mercado nacional. Os silos servem para estocar com qualidade e padronizar a produção, mantendo-a bem estocada enquanto vai sendo vendida. Os silos levam entre 60 e 90 dias para esvaziar, o que dá mais ou menos o tempo de uma nova safra de grãos chegarem.

Lontras – novo direcionamento dos negócios no Alto Vale

O município de Lontras é proporcionalmente a cidade que mais cresceu nos últimos anos no Alto Vale. Com a construção da Hidrelétrica de Salto dos Pilões, entrou muito dinheiro no município, que recebe os impostos da Usina, além de uma compensação por ser afetada pela área do lago. A hidrelétrica movimentou muito a construção civil no município, e todos os outros setores do comércio estão sendo puxados por esse crescimento. Em entrevista com a chefe do executivo, Martina Zucatelli, a prefeita afirmou que até alguns anos atrás, Lontras era uma cidade-dormitório, a população saía da cidade para tudo. Atualmente, a cidade recebe fluxos de população de todos os municípios do entorno que vão à Lontras para trabalhar. Também há muita procura na prefeitura por terrenos às margens da BR-470, e isto se tornou uma vantagem de Lontras sobre Rio do Sul. Em Rio do Sul, as duas margens da rodovia estão ocupadas ao longo de todo município. Em Lontras ainda existem muitos terrenos industriais disponíveis, e a presença da Usina de Pilões é uma segurança a mais para as empresas com relação à disponibilidade de energia. Para segurar as famílias no campo, a prefeitura criou um programa de compras de hortaliças e frutas para as escolas, que adquire uma quantidade tão expressiva de produtos, que nos últimos anos a cidade assistiu a um retorno das famílias para o campo. A prefeitura tem investido pesado em saúde, com os programas Médico da Família e Médico da Empresa, e no re-aparelhamento dos postos de saúde. Na educação, o município já implantou escola em período integral 3 vezes por semana, e no próximo ano deve implantar nos 5 dias letivos da semana, além de deixar a escola aberta disponível a comunidade nos fins de semana. Entre as principais indústrias observadas no município, cita-se a Metalúrgica Metalcava (equipamentos para madeiras), Metalúrgica Tonon (estruturas metálicas), Aliança Paper (máquinas para papel), Indukraft (máquinas para papelão), Auto Box (elevadores automotivos), e Abrilar (portas e janelas).

CONCLUSÕES

As transformações econômicas que se processavam na Europa no século XIX, em especial na Alemanha e na Itália, estavam prestes a se fundir à história econômica e cultural de Santa Catarina. A necessidade de saltar da condição pré-absolutista feudal para a condição de república imperialista industrial, demandava da Alemanha uma revolução mais incisiva e mais rápida do que as encampadas pela Inglaterra e pela França anteriormente. Nesse processo de transformação social e econômica, a criação de uma identidade nacional, de um sentimento comum de unidade, de progresso, de ordem, foi o elo de ligação utilizado para formar a civilidade alemã. A aristocracia agrária do país, representada pela classe dos *junkers*, protagonizou o processo de transformação e modernização, que fez da colcha de retalhos que compunha a Alemanha, uma nação una, focada no progresso da sua indústria, na expansão do seu capital, na ampliação dos seus mercados e das suas fontes de matérias primas.

O processo de modernização no campo, eliminou as terras de uso comunal, introduziu os pagamentos por salários e levou as relações capitalistas de produção para campo. A valorização da terra, da produção, a modernização das técnicas e a maximização da produtividade, resultaram na expulsão de mão de obra, e disponibilização da mesma nas cidades. No entanto na cidade, as manufaturas, também precisavam dar o seu salto qualitativo. Não era possível mais contar com teares de pedal e moinhos com rodas d'água. Era chegada a hora da caldeira, do aço, das engrenagens e da fumaça. Na cidade também sobriam excedentes populacionais a serem alocados em outras atividades produtivas.

No Brasil, o problema dos “vazios” espaciais entre áreas produtoras e as áreas consumidoras, a insegurança territorial, a falta de mão de obra para algumas atividades produtivas, demandava a importação de uma população que estivesse disposta a ocupar, trabalhar e se reproduzir socialmente, ocupando definitivamente o espaço de forma produtiva. Inicialmente, o Governo Imperial injetou investimentos nos projetos de colonização, subsidiando o transporte da população, doando terras ou implementos. Mas desde cedo, o processo de colonização se mostrou um poderoso mercado. E quem aproveitou este poderoso mercado foram as mais diversas iniciativas particulares. O processo de colonização ocupou intensamente mão de obra, desde seus capítulos iniciais, quando a terra precisou ser avaliada, seus recursos precisaram ser mensurados, a terra precisava ser precisamente medida, seus recursos precisavam ser conhecidos. Empreendedor e colono precisam saber desde o início, a quantidade de madeira disponível na área, a distância dos rios, a declividade, a qualidade dos solos para a agricultura. Assim vão se definindo os preços das terras, e assim o produtor se planeja para saber em quanto tempo o seu investimento se pagará. Se tratando da gênese do processo, o colonizador iniciava seu empreendimento derrubando a mata. A madeira de qualidade era separada para erguer a casa, os estábulos, os galpões de trabalho, as cercas, e tudo mais. O excedente de madeira de qualidade se encaminha para as serrarias, ao passo que a madeira sem qualidade se queima para fertilizar a terra.

Em tempos de início de produção econômica, sem ferramentas muito apropriadas, sem implementos modernos, o ideal é começar com culturas rústicas, que não precisam de manejo muito meticuloso. Aí é o momento da mandioca, da cana, da banana, do abacaxi, das fruteiras. E para o investidor, é mais uma oportunidade. Dessa forma, se observa uma proliferação dos engenhos de farinha, de melado, de açúcar, de cachaça, de amido de mandioca, as fabriquetas de “chimia”, de charque, além claro, das serrarias de madeira. As oportunidades são inúmeras. Olarias para produzir os tijolos necessários à construção das vilas, descascadores de cereais, debulhadores de grãos, carroças, arados. Na colônia, tudo é oportunidade. A garantia do bom andamento do processo, no entanto, deve estar assegurada pela legalidade das terras, pela garantia da ordem pública, pela segurança financeira das transações, pelo crescimento sempre contínuo da população, público consumidor e exército de mão de obra. Para isto, a representatividade política conduzindo os processos na direção da consolidação do capital se faz mister.

O processo de colonização de todo o Alto Vale acompanhou esta sequência, e os fatos analisados se fizeram presentes com as mais diversas variações. A partir de 1850, Hermann Blumenau empreendeu um esforço para fazer de sua empresa colonial um sucesso de vendas de lotes, de desenvolvimento empresarial, de conexão com negócios no resto do Brasil e no mundo. É irônico constatar que dezenas de empreendedores fizeram fortuna, menos H. Blumenau. A maior dificuldade encontrada na gênese do processo, é justamente a quantidade de possibilidades que o novo abre. Nesta fase, os empreendimentos estão sempre perdendo trabalhadores, sempre ganhando novos concorrentes. O colono se consolida facilmente como operário-agricultor. Quando as condições estão favoráveis, com bons salários e boas oportunidades de trabalho, o colono faz dinheiro nas atividades urbanas, nas manufaturas. Quando os salários estão baixos, volta para o campo para ganhar dinheiro com a roça e com a pecuária. E não obstante, quando aprende, domina e aprimora os processos produtivos, empreende ele mesmo um novo negócio, seja como concorrente, seja abrindo uma nova empresa em uma área distante.

A abundância de terras férteis e espécies de madeiras nobres, e as redes logísticas e comerciais já estabelecidas por Blumenau com São Paulo, Rio de Janeiro e Europa impulsionaram o desenvolvimento econômico da colonização do Alto Vale. Aliado a estes fatores, a fácil navegação dos rios e a penetração permitida por seus tributários (Pombas, Trombudo, Canoas, Cobras, Matador, Taió), facilitava a circulação em pequenos barcos e canoas, e permitia a entrada da colonização pelos afluentes menores. Após a abertura de vias de comunicação paralelas aos rios, os empreendedores de estradas conseguiram a concessão de terras para comercialização, e em muitos casos se tornaram proprietários de madeireiras e casas comerciais. Negociavam a terra em troca da madeira ou de produção agrícola, o que lhes possibilitou concentrar um capital expressivo no início do século XX e ascender econômica e politicamente.

O direcionamento da colonização para a região do Alto Vale, vai de encontro a esta possibilidade. Os imigrantes vislumbram terras baratas, florestas ricas, solos férteis, mercados exclusivos, distantes das possibilidades que Blumenau já oferecia. Quando o primeiro colono chega em Rio do Sul, em 1882, em Blumenau o processo já vinha decorrendo à 32 anos. Quando no Alto Vale, a fumaça vai começar a sair pelas chaminés das primeiras fábricas de tijolos, em 1906, em Blumenau já estão sendo instalados os primeiros trilhos da Estrada de Ferro Santa Catarina. Mas Rio do Sul não tem tempo a perder. Os imigrantes que se dispuseram a empreender esta empreitada, acertaram em planejamentos que foram chave para recuperar o tempo que os distanciava de Blumenau. Apostaram na troca de informações, no microcrédito, numa forma de privatização das estradas e balsas, que possibilitava a sua ampliação e manutenção constante. Aparece na formação econômica de toda a região, os casos já identificados por Mamigonian (1965) na formação de Blumenau, do capitalista sem nenhum capital; do capitalista com experiência prévia em algum ramo produtivo, não na agricultura; de empreendedores que acumulam na pequena produção, com vistas à ascenderem ao comércio e a indústria, e que conseguem prosperar como industriais.

Assim, quando a locomotiva chega, em 1936, trinta anos depois de ter saído de Blumenau, Rio do Sul não é só uma pequena vila esperando ansiosamente para vender em maior escala seus produtos primários. A cidade já possui os pressupostos necessários a se utilizar desse momento para fazer despontar uma imponente indústria madeireira. Uma quantidade significativa de população disposta a trabalhar, muitos imigrantes capitalizados para investir em extração e beneficiamento da madeira em maior escala, mercado consumidor amplo para móveis e madeira para construção civil, além de todo tipo de manufatura para alimentar essa população imigrante, reproduzir os seus diferentes modos de vida, construir suas igrejas, fabricar sua comida, as suas roupas, os sapatos, os instrumentos de trabalho. Criar polo madeireiro, demandou o desdobramento de inúmeros processos que vão enriquecendo a história e a economia da região.

A década de 30 marcou uma reviravolta política que vai repercutir na total transformação territorial do Alto Vale do Itajaí. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os imigrantes, que já tinham obtido uma forte representatividade política até então, são afastados do centro do poder por não apoiar a Revolução. Entram em cena regionalmente políticos aliados dos Interventores do governo estadual, que, por sua vez, defendem nos estados os interesses do governo federal. Os prefeitos indicados pelos interventores agem das mais diversas formas para descentralizar o poder político, dissipar a sua representatividade e facilitar o seu trabalho de gestão. Desta forma, temos ao longo da história do Alto Vale, ora municípios que foram desmembrados do território original de Rio do Sul, porque eram colégio eleitoral de determinado partido ou político, ora municípios que foram desmembrados porque o distrito sede ficava muito distante, dificultando a resolução dos problemas administrativos

Nas décadas de 50, 60 e 70, do território de Rio do Sul, com uma área de 3.889 km², (4% da área de Santa Catarina), foram criados os municípios de Taió, Pouso Redondo, Trombudo Central, Rio do Oeste, Lontras, Laurentino, Aurora e Agronômica. E desses municípios desmembrados, originam-se ainda, Salete, Rio do Campo, Santa Teresinha, Mirim Doce, Agrolândia e Braço do Trombudo. O território original de Rio do Sul foi reduzido a 258 km², passando a ter portanto 6% da área do Alto Vale (enquanto outrora possuía 51% da mesma). Em contrapartida, Rio do Sul, que já possuía um comércio bem formado, além de uma série de serviços indispensáveis ao desenvolvimento da colonização nos novos centros locais (bancos, cartório, hospitais, delegacia, comarca judicial, oficinas e comércio de toda ordem) passou a ser um polo centralizador da indústria, do comércio e dos serviços para os municípios vizinhos. São as novas vilas que crescem com a força e com a velocidade que se processou o crescimento de Rio do Sul com relação ao Médio Vale.

No século XX, as cidades são atingidas por grandes enchentes uma série de vezes (1911, 1950, 1983, 1984). Com um sítio urbano locado na planície de inundação dos rios Itajaí, as perdas sempre foram significativas. As duas grandes catástrofes seguidas nos anos 80, praticamente varreram o parque industrial e o centros comerciais das cidades. A partir desses eventos, algumas indústrias buscaram se re-alocar, outras fecharam as portas definitivamente, e algumas mudaram de setor. Nesse período há uma reconfiguração do espaço urbano. Os morros que eram bairros operários, passam a ser os bairros da burguesia comercial e industrial. A indústria que estava locada nos centros urbanos, próximos às estradas, desde a gênese da ocupação, se deslocam para as periferias não inundáveis e começam a se delinear os distritos industriais. As áreas baixas dos municípios e proximidades dos rios passam a concentrar a população de operários, funcionários do comércio e prestadoras de serviços. As cidades começam a se verticalizar.

No início dos anos 90, a abertura da economia nacional atingiu de formas diferentes as indústrias locais. Para algumas significou o momento de se especializar em alguns equipamentos, uma retração forçada da produção, restringindo a atuação da empresa a produção de peças de reposição e manutenção de máquinas. Houve casos de fusões com capitais europeus e parcerias com capitais asiáticos. A Metalúrgica Riosulense perdeu o fornecimento de peças semi-acabadas da Tupy, de Joinville, e numa manobra de acelerar para não fechar, investiu em uma fundição própria, e para bancar os investimentos abriu o capital da empresa, e expandiu o parque industrial. O Frigorífico Riosulense, segundo maior abatedor de suínos em Santa Catarina, aproveitou a abertura econômica para importar maquinário da Alemanha, da Holanda e da Bélgica.

Nas regiões que compreendem os territórios de Pouso Redondo, Rio do Oeste e Agrolândia, houve uma industrialização pesada, com forte presença da indústria metal mecânica, nos segmentos de caldeiras e máquinas industriais. Lontras, Laurentino e Agronômica apresentam um desenvolvimento tardio, que se esforça para recuperar o atraso com relação a Rio do Sul. Lontras começa a sua

concentração industrial a partir de agora, com a disponibilidade de energia, terrenos disponíveis para a instalação de empresas, e capital sobrando para investir em saúde e educação, garantindo a ordem pública e a segurança social atrativas a entrada de investimentos. Agrônômica, característica por propriedades muito subdivididas se especializou no cultivo intensivo de arroz semente, e mesmo sem a presença de indústrias significativas, baseada unicamente no apoio da Cravil, se consolidou como recordista mundial em produtividade por área, despertando olhares dos países mais experientes na cultura. Laurentino experimenta um desenvolvimento tardio. Sua economia está amarrada ao trânsito de pessoas entre Rio do Sul e Rio do Oeste. A maior empregadora na cidade é uma unidade da Pamplona de Rio do Sul, e a maior promessa industrial do município é uma indústria de alimentos que ainda carrega resquícios tecnológicos de sua gênese, como maquinários ultrapassados e produtos que pouco se renovaram nos últimos 50 anos.

Atualmente as indústrias em todo o Alto Vale sofrem um estrangulamento por falta de mão de obra qualificada na região. Muitas têm maquinário, matéria prima e mercado para se expandir, mas sem qualificação têm dificuldades em crescer. A cidade não tem a mesma quantidade e qualidade de centros de formação que Blumenau e Joinville por exemplo.

O crescimento dos capitalistas locais, mostra que sua atuação não foi diferente de outros centros dinâmicos catarinenses. Com iniciativas modestas, como comércio, açougues, oficinas, serrarias ou construtoras, conseguiram rápida expansão a nível local e regional, conseguindo depois se expandir para outros mercados (inicialmente Blumenau e Itajaí, depois como São Paulo , Rio de Janeiro, América Latina e Europa).

De acordo com as situações adversas que se apresentavam, como perda de território, chegada de rodovias, retirada da ferrovia, grandes enchentes; a economia se transformava, com reconfigurações locais, trocas de setores, desaparecimento e surgimento de alguns segmentos. Essa dinâmica continua acelerada, de forma que o crescimento econômico se apresenta maior do que a oferta de profissionais para a indústria.